

ALESSANDRA NASCIMENTO SOARES MARQUES

SISTEMA DE INDICADORES DOS PROJETOS AMBIENTAIS:

Reflexão teórico-metodológica dos projetos financiados no

Fundo Federal de Direitos Difusos.

ANAPÓLIS
2010

UNIEVANGÉLICA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS

SISTEMA DE INDICADORES DOS PROJETOS AMBIENTAIS:
Reflexão teórico-metodológica dos projetos financiados no
Fundo Federal de Direitos Difusos.

Alessandra Nascimento Soares Marques

ANAPÓLIS
2010

ALESSANDRA NASCIMENTO SOARES MARQUES

**SISTEMA DE INDICADORES DOS PROJETOS AMBIENTAIS:
Reflexão teórico-metodológica dos projetos financiados no
Fundo Federal de Direitos Difusos.**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Centro Universitário Unievangélica, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação da professora Doutora Genilda D'Arc Bernardes.

ANAPÓLIS
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Dijaci David de Oliveira.

Professora Doutora Genilda D'Arc Bernardes.

Professor Doutor Roberto Prado de Morais.

Suplente
Professor Doutor Francisco Itami Campos.

Dedico este trabalho aos quatro homens da minha vida; meus filhos Rodrigo, Alexandre e Matheus e meu amado esposo Valdison.

Agradeço, primeiramente, a Deus.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

A minha orientadora Dra. Genilda D'Arc Bernardes e aos professores Dr. Roberto Prado de Moraes, Dra. Mirza Sebra Toschi e Dr. Nilton Correia da Silva, pela paciência, dedicação singular, pelas orientações e, acima de tudo por todo o conhecimento compartilhado.

Ao aluno do sexto período do curso Sistemas de Informação Dhiancarlo Macedo Pinheiro, orientando do professor Dr. Nilton Correia da Silva, pela preciosa ajuda para capturar as imagens obtidas por meio da ferramenta de Sensoriamento Remoto utilizando o *software* livre gv SIG.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE TABELA E FIGURAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
SIGLÁRIO UTILIZADO NA DISSERTAÇÃO	xiv
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS: Controle Social e Conselhos de Direitos no Brasil	23
1.1. Projetos da área do Meio Ambiente que foram aprovados no CFDD	35
1.2. Formação do Estado e a divisão do trabalho político em redes de governança... ..	38
1.3. O trabalho político do Estado Moderno e os Conselhos de Direitos	42
CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Cidadania como fonte de Sustentabilidade	47
2.1. Sociedade Civil: Conjunto das relações ideológico-culturais, espirituais e intelectual dos indivíduos	53
2.2. Condição Humana e Desenvolvimento Sustentável.....	58
2.3. Políticas Públicas e os Conselhos de Direitos: As características institucionais e a forma de organização popular que influenciam na formação dos Conselhos de Direitos.....	66
CAPÍTULO 3 –PROJETOS SOCIAIS: Instrumentos para construção de uma cidadania ambiental	73
3.1. Indicadores: instrumento assertivo para orientar a tomada de decisão em relação ao investimento nas políticas sociais voltadas para o DS.....	75
3.2. Os dez “Princípios de <i>Bellagio</i> ” como ferramenta para orientação na melhoria dos processos de avaliação.....	81
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO ESCOPO DOS PROJETOS APROVADOS NO CFDD	85
4.1. Identificação e análise dos indicadores qualitativos e quantitativos: Indicadores implícitos e explícitos.	115
CONCLUSÃO.....	122
BIBLIOGRAFIA	126
WEBLIOGRAFIA	134
APÊNDICE	135
ANEXOS.....	140

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão teórico-metodológica do sistema de Indicadores dos projetos ambientais financiados com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). A proposta tem como linha de pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e o Meio Ambiente, focando as dimensões sociais, políticas, econômicas e legais. Foram realizadas análises bibliográficas para aprofundar a discussão por meio do referencial teórico de cinco principais autores: Arendt, Gramsci, Bellen, Leff, Almeida. Incluindo o estudo dos seguintes documentos oficiais: relatórios de gestão do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos (CFDD), Balanço Social do FDD do biênio 2007/2008 e do escopo de doze projetos direcionados para área ambiental e desenvolvimento sustentável aprovados no exercício de 2008. Os resultados possibilitaram a identificação de três questões básicas: a abordagem quantitativa dos indicadores propostos é menor que a abordagem qualitativa, ausência de uma clara destinação do montante dos recursos arrecadados e a ausência de uma estratégia legal para distribuição espacial desses recursos. Esses dados são imprescindíveis para efetivação e aperfeiçoamento dos mecanismos de democracia deliberativa - conselhos gestores - para fazer cumprir-se a transparência, a publicidade e o controle social sobre a política institucional.

Palavras-Chave: Sistema de Indicadores de Projetos Ambientais, Políticas Públicas, Conselhos de Direitos, Cidadania ambiental, Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study proposes a theoretical and methodological system of indicators of environmental projects funded by the Defense Fund of Diffused Rights (FDD). The proposal has the line of research: Society, Public Policy and the Environment, addressing the social, political, economic and legal. Literature reviews were performed and documented reports of management of the Federal Fund Manager of Advocacy (CFDD), Social Report 2007/2008 of the FDD and the scope of the twelve projects targeted to the environmental and sustainable development adopted in the exercise of 2008. The results allowed the identification of three basic questions: the quantitative approach of the proposed indicators is less than the qualitative approach, lack of a clear allocation of funds raised and the absence of a legal strategy for the spatial distribution of these resources. These data are essential to effective and improved mechanisms for deliberative democracy - management councils - is to enforce transparency, publicity and social control over the institutional policy.

Keywords: Indicators System for Environmental Projects, Public Policy, Advice of Rights, Environmental Citizenship, Sustainable Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de recursos arrecadados e disponibilizados para investimento em projetos.....	30
Gráfico 2 – Número de projetos encaminhados ao CFDD e o número de projetos aprovados para convênio	31
Gráfico 3 – Número de projetos distribuídos por área.....	32
Gráfico 4 – Distribuição espacial dos projetos contemplados	32
Gráfico 5 – Número dos projetos aprovados, julgados e encaminhados por biênio	33
Gráfico 6 – Resultado dos recursos arrecadados e aplicados em projetos por biênio	34
Gráfico 7 – Número de projeto encaminhados, julgados, desistentes, indeferidos e aprovados.....	35
Gráfico 8 – Projetos – Distribuídos por área.....	115
Gráfico 9 – Projetos- Indicadores de resultado	118
Gráfico 10 – Projetos- Formulação da proposta.....	119
Gráfico 11 – Projetos- Tipologia dos indicadores	119

LISTA DE TABELA E FIGURAS

Figura 1 – Esquema da sequência metodologica empregada	18
Tabela 1 – Projetos- Distribuição por área e estados contemplados.....	30
Figura 2 – Mapa do Brasil com a localização espacial da UF e os municípios que tiveram projetos aprovados no CFDD no exercicio de 2008	86
Figura 3 – Mapa do Brasil, distribuição espacial dos recursos do FDD por UF e os municípios brasileiros que foram beneficiados no exercicio de 2008	87
Figura 4 – Imagem da região do município Engenheiro Paulo Frontin, estado do Rio de Janeiro	89
Figura 5 – Imagem da região do município em torno da APA da Lagoa Verde, estado do Rio Grande do Sul.....	91
Figura 6 – Imagem da região do município de Queixadá, estado do Ceará.....	93
Figura 7 – Imagem da região do município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará.....	95
Figura 8 – Imagem da região dos municipios da Chapada Gaúcha, no estado de Minas Gerais	97
Figura 9 – Imagem da macrorregião do estado de Pernambuco onde estão localizados os municípios de Barra de Guabiraba, Bonito, Bezerras, Sairé, São Joaquim do Monte e Camocim de São Félix	99
Figura 10 – Imagem da região do município de Macapá, estado do Amapá	101
Figura 11 – Imagem da região do município de Juazeiro, no estado da Bahia	103
Figura 12 – Imagem da região do município de Sousa, estado de Pernambuco	105
Figura 13 – Imagem da região do município de São Luiz, no estado do Maranhão	107
Figura 14 – Imagem da região do município de Rialma, no estado de Goiás.....	109
Figura 15 – Imagem da região do município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais	111
Figura 16– Imagem do territorio brasileiro, onde estão espacializados os 12 projetos aprovados pelo CFDD no exercicio de 2008.....	113
Figura 17– Imagem das macrorregiões do terrotório brasileiro em que se destaca a localização dos 1º estados beneficiados com projetos aprovados pelo CFDD no exercicio de 2008	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de projetos e recursos por exercício	135
Quadro 2 – Distribuição dos projetos por área e número de estados.....	135
Quadro 3 – Distribuição quantitativa dos projetos por estado contemplados nos exercícios de 2008 e 2009	136
Quadro 4 – Número dos projetos encaminhados, julgados e aprovados e os recursos arrecadados e aplicados em projetos por biênio	137
Quadro 5 – Número dos projetos encaminhados, julgados, indeferidos, aprovados e desistentes.....	137
Quadro 6 – Dados de identificação dos 12 projetos analisados	138
Quadro 7 – Apresentação da contrapartida dos 12 projetos.....	139
Quadro 8 – Trindade para monitorar o desenvolvimento sustentável	64
Quadro 9 – Natureza das dimensões ideais do processo político democrático	69
Quadro 10 – Dezesesseis características que devem compor um sistema de indicadores para DS	78
Quadro 11 – Os dez “Princípios de Bellagio”	82
Quadro 12 – Projeto nº 1 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	90
Quadro 13 – Projeto nº 2 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	92
Quadro 14 – Projeto nº 3 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	94
Quadro 15 – Projeto nº 4 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	96
Quadro 16 – Projeto nº 5 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	98
Quadro 17 – Projeto nº 6 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	100
Quadro 18 – Projeto nº 7 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	102
Quadro 19 – Projeto nº 8 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	104
Quadro 20 – Projeto nº 9 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	106
Quadro 21 – Projeto nº 10 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	108

Quadro 22 – Projeto nº 11 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	110
Quadro 23 – Projeto nº 12 – Os objetivos específicos e os indicadores propostos	112
Quadro 24 – Proposta para escopo dos projetos do CFDD	121

SIGLÁRIO UTILIZADO NA DISSERTAÇÃO

APA – Área de Preservação Ambiental.

APPs - Áreas de Preservação Permanente.

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CD- Conselhos de Direitos.

CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos.

Cmeps - Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (Comissão sobre a Mediação do Desempenho Econômico e Progresso Social).

CF – Constituição Federal.

DD- Direitos Difusos.

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano.

FDD - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDS – *Indicators of sustainable development* (Indicador de Desenvolvimento Sustentável).

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.

IPH – Índice de Pobreza Humana.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

LACP- Lei da Ação Civil Pública.

OECD – Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento.

ONGs - Organizações Não-Governamentais.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PP – Políticas Públicas

PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente.

RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano.

SAFs – Sistema Agroflorestais.

SR – Sensoriamento Remoto.

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente.

SDE- Secretaria de Direito Econômico.

SIG – Sistemas de Informações Geográficas.

DS - Desenvolvimento Sustentável.

PIB – Produto Interno Bruto.

WCED – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development
(Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

UF – Unidade Federativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade fomentar uma reflexão teórico-metodológica acerca da análise do sistema¹ de indicadores propostos nos projetos aprovados no Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos (CFDD) e financiados no Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). Discuti-se alguns conceitos básicos para implantação e implementação das Políticas Públicas (PP)² a partir da instauração de um novo desenho das políticas sociais no Brasil, com a institucionalização de uma nova forma de fazer política com base na Constituição Federal (CF) de 1988.

Vê-se, pois que esse novo desenho das políticas sociais³ se configurou, principalmente, com uma descentralização política de proteção social por meio da gestão co-participativa em redes de governança nas instancias municipais, estaduais e federais, via fundos públicos e Conselhos de Direitos (CD). O foco da análise desta discussão está no modelo participativo de gestão que ocorre no CFDD para aprovação e financiamento dos projetos sociais voltados para área de defesa e efetivação dos Direitos Difusos (DD).

Sob as diretrizes da descentralização, ou seja, do modelo institucional-redistributivo, CD institucionalizados a partir da CF de 1988, são órgãos colegiados. Esses CD são incumbidos, de modo geral, da formulação, da supervisão e da avaliação das PP, em âmbito federal, estadual e municipal. O CFDD, órgão colegiado, no âmbito da estrutura organizacional do Ministério da Justiça foi instituído pela Lei nº 9.008, de 21/05/1995, com sede em Brasília, DF, tem a finalidade gerir o FDD. Esse CD tem como objetivo a reparação dos danos causados ao MA, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O FDD é constituído pelo resultado financeiro das seguintes fontes de arrecadação: condenações jurídicas, multas e indenizações relacionadas com as finalidades do fundo, além

¹ “Um sistema é um modelo conceitual que ajuda a selecionar e organizar questões que vão definir o que vai se medido pelos indicadores”. Sendo classificados: “pelos caminhos e meios pelos quais identificam as dimensões mensuráveis e selecionam e agrupam as questões a serem mensuráveis; ou pelos conceitos que são utilizados para justificar os procedimentos de identificação e seleção dos indicadores” (BELLEN, 2006, p. 78).

² “A perspectiva de políticas públicas vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas” (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 31).

³ “A expressão “políticas sociais” refere-se às políticas consideradas do ponto de vista setorial, ou de uma questão pública em particular da sociedade. Entre elas se incluem as de educação, saúde, transporte, entre tantas mais” (HEIDEMANN; SALM, *id.*, p. 30).

dos rendimentos auferidos com aplicações, doações e outras receitas que vierem a ser destinadas.

Partindo do pressuposto de que “a participação não é dada, é criada. Não é dádiva é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada”. (DEMO, 1988, p. 82). Com base neste pressuposto, podemos afirmar que a capacidade de partilhar o poder de decisão é uma conquista. Isso por que a prática transformadora instaurada a partir da implantação dos CD tem capacidade para se desenvolver e configurar em um caráter coletivo e emancipatório.

Para os autores Gohn (1997) e Arendt (2009) as novas relações que se estabelecem na participação democrática por intermédio dos CD propiciam os mecanismos necessários para efetivação da participação de diferentes atores sociais com o desejo de lutar em prol dos interesses gerais da coletividade, resultando na criação de “novas realidades”.

Gohn (1997, p. 105) discute que a sociedade civil hoje, “não só capitalizam os anseios político-culturais e as necessidades econômico-sociais/coletivas como também adquiriram identidade democrática e passaram a ser vistas como os fiscais da sociedade civil”. Surgindo assim, uma nova cultura de fazer política com base na CF de 1988.

Arendt (2009, p. 212) alerta que “o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades”. Embora os CD sejam órgãos colegiados que foram criados a partir de exigências constitucionais, isto por si só, não é garantia da possibilidade do exercício pleno de suas funções e atribuições.

Nesse contexto, os projetos sociais têm a capacidade de constituir espaços de comunicação e informação democráticas para planejamento, implantação e avaliação das PP. Isso por meio do diálogo, da deliberação, da representação múltipla. Inclusive, são instrumentos importantes para se estabelecer novas configurações nas estruturas e superestruturas das complexas relações entre o Estado e a sociedade civil (BOBBIO, 1982; COUTO e ARANTES, 2006; GRAMSCI, 2000; LUCHMANN, 2006; ARENDT, 1993).

Todavia, deve-se destacar que é imprescindível para assegurar esse espaço de participação e engajamento ético-político proposto com a implantação dos CD - instituindo um canal permanente de comunicação e informação – utilizar um modelo conceitual organizado. A caracterização desse modelo viabiliza o processo de monitoramento e avaliação

dos indicadores que são propostos nos projetos de implantação de PP voltados para o Desenvolvimento Sustentável (DS) (BELLEN, 2006).

A linha de pesquisa desta temática é “Sociedade, Políticas Públicas e o Meio Ambiente”, focada em quatro dimensões: sociais, políticas, econômicas e legais, com bibliografia interligada aos estudos dos relatórios oficiais do Ministério da Justiça em conjunto com o escopo dos projetos do eixo ambiental aprovados no CFDD e financiados pelo FDD.

Essa pesquisa é de suma importância para fomentar a necessidade da compreensibilidade e avaliação do sistema de indicadores voltados para o DS, que estão sendo adotados, atualmente, nas PP para balizar e monitorar a utilização dos recursos públicos destinados a área do Meio Ambiente (MA).

Os procedimentos metodológicos apresentam-se nesta dissertação divididos em sete partes. Portanto, a dissertação foi organizada em quatro capítulos, segue a apresentação na figura 1 do esquema da seqüência metodológica aplicada:

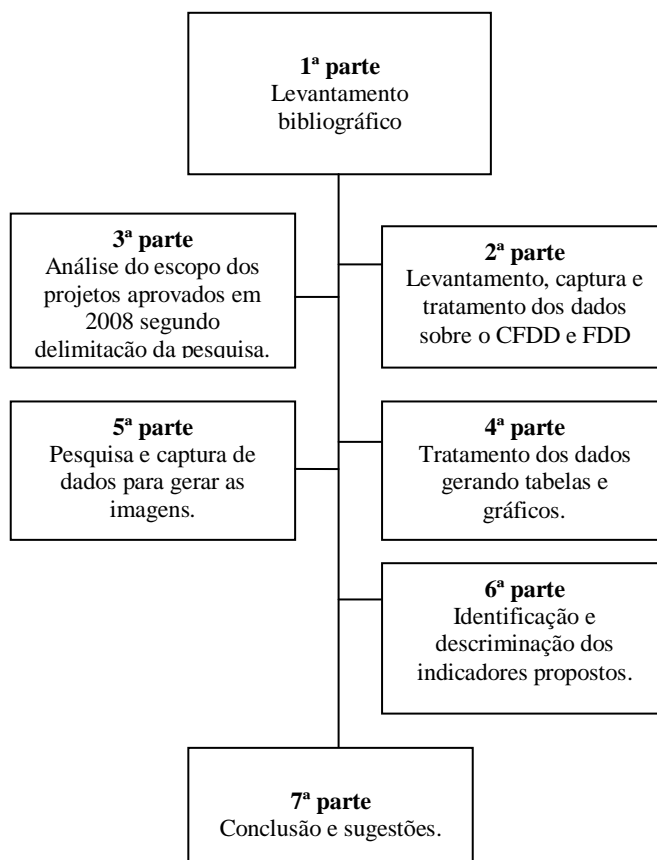


Figura 1-Esquema da sequência metodológica empregada.

Na primeira é apresentado o referencial do alinhamento do grupo de procedimentos, nele se buscou um vasto levantamento bibliográfico na literatura técnica e bibliográfica nacional e estrangeira englobando: livros, teses, dissertações, artigos técnicos, artigos científicos e anais de congressos. Na segunda parte, consta a pesquisa documental com captura e tratamento dos dados sobre o CFDD e o FDD: dados históricos, estatísticas, dados já publicados sobre o tema nos multi-meios eletrônicos, nos jornais, atas de reuniões, relatórios, balanço social e projetos aprovados.

Na terceira parte analiso o escopo dos doze projetos aprovados no CFDD no exercício do ano de 2008, com o objetivo de identificar e registrar o sistema de indicadores observados. Na quarta parte é desenvolvido o tratamento dos dados contidos no escopo dos doze projetos analisados, incluindo a exposição de tabelas e gráficos.

A quinta parte é a migração dos dados já tratados para um mapa-base. O mapa-base escolhido para entrada e conversão dos dados é o produto⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Malha de Setor, Censitário Rural Digital do Brasil⁵. Após espacialidade da distribuição dos projetos por UF e município serão capturadas imagens da localização espacial da distribuição dos recursos do FDD e a macrorregião ou microrregião onde foram aplicados. Na sexta parte identifico e registro as regularidades, continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças para fechamento da análise comparativa dos dados levantados no escopo dos projetos. Sendo a sétima e última parte, a conclusão e sugestões.

Para compreender a dimensão da natureza empírica dessa proposta de pesquisa foi apresentado aqui, de forma introdutória, os dados gerais dos 37 projetos apoiados pelo CFDD no exercício de 2008. Desses 37 projetos que foram aprovados mediante convênio, temos: dezenove entidades governamentais (quatro com estados, seis com municípios, nove com a União); e dezoito Entidades Não-Governamentais (ONGs).

⁴ As bases cartográficas que compõem o produto utilizam, como referências cartográficas: o sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude _ não projetado) e o sistema de projeção policônica projetado (latitude origem: 0° = Equador e longitude origem: 54° W Gr) e, como referência geodésica, o elipsóide UGGI 67 e o South American Datum 1969 (SAD69).

⁵ A Malha de Setor Censitário Rural Digital do Brasil é um produto cartográfico do IBGE gerado a partir do Arquivo Gráfico Municipal – AGM – composto pelas folhas topográficas na melhor escala disponível nas diversas regiões do país. Esta versão retrata a situação vigente da Divisão Político-Administrativa – DPA do País, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais, municipais e distritais, referente à data base – 01/08/2000, utilizada na coleta do Censo Demográfico, incorporando a consolidação das alterações apontadas durante o levantamento do referido Censo.

Os resultados apresentados nos quadros elaborados, com os dados quantitativos dos recursos e projetos (encaminhados, aprovados e conveniados) pelo CFDD, desde o exercício de 2005 a 2008, serão analisados através da elaboração de gráficos e mapas temáticos no capítulo quatro da dissertação. O objetivo é realizar, a partir destas ferramentas, uma análise correlacionada dos dados quantitativos e qualitativos.

Portanto, a proposta é a investigação dos projetos aprovados no CFDD, voltados para área do meio MA e DS, respondendo as seguintes questões: A partir de uma leitura teórico-metodológica refletir acerca da análise do sistema de indicadores propostos nos projetos aprovados no CFDD e financiados no FDD, respondendo quantos foram os projetos aprovados voltados para área ambiental para atender o objetivo de reparação dos danos causados ao meio ambiente? Essa quantia é representativa em relação às outras áreas? Como está sendo configurada a distribuição espacial dos recursos do FDD? Se o projetos aprovados no CFDD apresentam no escopo a formulação de indicadores quantitativos e qualitativos?

Os objetivos que norteiam esta pesquisa buscam identificar o conjunto de indicadores que são utilizados no escopo dos projetos encaminhados e aprovados pelo CFDD, analisando se no escopo dos projetos são propostos indicadores quantitativos e qualitativos e desenvolvendo uma proposta de escopo para apresentação dessa tipologia de indicadores; conhecer e analisar o escopo de doze projetos voltados para área do MA, que devido a sua aprovação no CFDD no exercício de 2008 receberam recursos do FDD. Avaliar se a quantia de projetos na área do meio ambiente é representativa em relação às outras áreas, analisando a equidade da distribuição espacial dos recursos do FDD.

A análise documental dos três documentos: relatório de gestão do CFDD, o Balanço Social do FDD do biênio 2007/2008 e o escopo dos doze projetos direcionados para área ambiental e DS beneficiados no exercício de 2008 serão fundamentais para a proposta empreendida na pesquisa. Os dados destes documentos serão utilizados para gerar mapas temáticos e imagens com o objetivo de identificar, quantificar e qualificar espacialmente a distribuição dos recursos do FDD.

Essa pesquisa poderá ser um marco de referência no tocante à abordagem proposta no universo acadêmico, com potencial de contribuir para a compreensibilidade e avaliação do sistema de indicadores voltados ao DS que estão sendo adotados atualmente para balizar e monitorar a utilização dos recursos federais destinados a área do MA no Brasil. Além disso, e não menos importante, destaca-se neste estudo a capacidade de apreensão dos fatores que estabelecem as diretrizes das PP Ambientais. Isso, por que o entendimento da

forma de direcionamento e aplicabilidade dos recursos públicos é imprescindível à efetivação e aperfeiçoamento dos mecanismos de democracia deliberativa - conselhos gestores - para fazer cumprir a transparência, a publicidade e o controle social sobre a política institucional.

Os fundos setoriais são um conjunto de medidas baixadas pelo chefe de Estado, com o objetivo de captar recursos para o financiamento de projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico de diversos setores das PP.

A criação do FDD, como já discutido, tem por finalidade a reparação dos danos causados MA, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e por infração à ordem econômica. O FDD foi criado pelas leis 7.347, de 24 de junho de 1985 e 9.008, de 21 de março de 1995. O Decreto 1.306, de 9 de novembro de 1994, em seu art. 5º, o regulamenta. Esse fundo constitui de recursos de arrecadação e gestão para o FDD, o resultado financeiro de condenações jurídicas, multas e indenizações relacionadas com as finalidades do fundo, além dos rendimentos auferidos com aplicações, doações e outras receitas que vierem a ser destinadas para o FDD.

Para análise teórico-metodológica do escopo dos projetos aprovados no CFDD foi realizado estudo de corte transversal. O universo da pesquisa foi delimitado através de três critérios: a obtenção das cópias dos projetos, a área de atuação e o ano do exercício que foram aprovados e conveniados. O resultado após aplicabilidade dos critérios foi à seleção de 12 projetos voltados para área do MA e DS beneficiando dez estados brasileiros, mais especificamente 20 municípios, ambos aprovados no exercício do ano de 2008.

Nesta dissertação são identificados os tipos de indicadores de sustentabilidade utilizados na proposta dos projetos aprovados pelo CFDD. Especificamente, pretende-se fazer uma investigação dos dados apresentados para formulação da proposta nos projetos aprovados no CFDD através do parâmetro de avaliação: utilização ou não utilização de indicadores qualitativos e quantitativos para formulação dos indicadores propostos.

Por fim, os critérios formais para elaboração desta dissertação serão embasados em seis pontos: coerência, sistematicidade, consistência, originalidade, objetivação e discutibilidade (DEMO, 2000). Assim, foi sugerido no capítulo quatro, a adoção de um quadro para compor o modelo oficial do escopo adotado pelo CFDD, quadro 24.

Para o estudo foi definido o seguinte fluxo da hipótese: Os projetos voltados para área do desenvolvimento sustentável já utilizam indicadores quantitativos e qualitativos, no entanto, ainda são utilizados poucos indicadores quantitativos para medir o seu desempenho. É possível propor melhorias na forma de apresentação do sistema de valores a serem

utilizados no escopo dos projetos a serem aprovados no CFDD, no que se refere a ferramentas a serem explicitadas para mensurar a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Pretende-se ainda demonstrar a seguinte hipótese:

O uso de indicadores quantitativos e qualitativos de sustentabilidade ambiental, social e econômica:

1. Auxilia o CFDD no monitoramento mensurável do desempenho dos projetos que receberam recursos do FDD;
2. Facilita a prática de divulgação, entre os setores da sociedade, do conhecimento em relação aos efeitos e impactos produzidos pelos investimentos arrecadados no FDD e administrados por meio do CFDD.

A abordagem metodológica usada na pesquisa é de natureza interdisciplinar, como proposto por LEFF (2004), considera, ainda, diversas fontes de informação e pesquisa. As principais modalidades de pesquisa são:

- Pesquisa bibliográfica por meio de construção de textos – as fontes de consulta são: livros, teses, dissertações, artigos técnicos e científicos, anais de congressos sobre o tema de PP, CD e DS.
- Pesquisa eletrônica dos assuntos: CFDD e FDD; DS e sistema de indicadores, em 30 sites de entidades na internet;
- Pesquisa documental: captura e utilização de dados sobre o CFDD e o FDD - dados históricos, estatísticas, dados já publicados, nos jornais, relatórios, balanço social e projetos aprovados;
- Tabulação e análise dos dados coletados: organizados em representações estatísticas, tabelas, quadros, figuras, gráficos e imagens que poderão ser utilizados após produto final na dissertação.

O primeiro capítulo da dissertação é dedicado à reflexão em relação ao processo de redemocratização da sociedade brasileira que fundamentou a criação e implantação dos fundos setoriais e os CD. O segundo capítulo discute a característica mutável do conceito de cidadania como um instrumento que favorece a configuração e ampliação, por intermédio dos CD, do exercício dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais. O terceiro capítulo está relacionado à aplicação potencializadora dos projetos financiados pelos CDs e sua característica de favorecer instrumentos de inovação a construção de uma cidadania ambiental. O quarto e último capítulo, antes da conclusão, é direcionado à análise do escopo dos projetos aprovados no CFDD.

CAPÍTULO 1- POLITICAS PÚBLICAS: Controle Social e Conselhos de Direitos no Brasil.

“A participação não é dada, é criada. Não é dádiva é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada” (Demo, 1988).

O primeiro capítulo pretende ser a referência principal para reflexão em relação ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, que culminou à instalação da Assembléia Nacional Constituinte e à possibilidade de se construir coletivamente uma nova ordem social, em novas bases, que criaram fundos setoriais e CD, municipais, estaduais e federais.

As PP e as “políticas de Estado”⁶ de proteção social são necessárias e indispensáveis em qualquer país, sobretudo no Brasil, que recebeu uma herança de problemas sociais resultantes da duração de uma estrutura econômica baseada na força da mão de obra escrava que se estendeu até os fins do século XIX. O sistema capitalista intensificou a exploração do ser humano transformando o trabalho em mercadoria. Nessa forma de produção mercadológica⁷ está contido o mecanismo de exploração. O trabalhador, as máquinas, instalações, matérias-primas e os recursos naturais passam a ser propriedade privada usufruídos de forma exploratória.

A crise gerada pela estrutura excludente do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana e as políticas sociais surgiram no governo Getulio Vargas, para amenizar as chagas da economia, que deixava boa parte do povo à margem. Essas políticas, por meio de programas de assistência, formaram ações governamentais para controlar o descontentamento, a revolta e evitar a convulsão social.

⁶“Mais recentemente, surgiram referências a “políticas de Estado” em lugar de políticas públicas ou governamentais. Elas teriam caráter particularmente estável e inflexível e obrigariam todos os governos de um estado em particular a implementá-las, independentemente dos mandatos que os eleitores lhes confiassem, em momentos históricos distintos. Na prática, a noção de política de Estado difere pouco do conceito de políticas públicas, pois se limita aos valores consagrados na Constituição. Afinal, governos democráticos não disputam princípios constitucionais, que se presumem universais; simplesmente, cumprem-nos” (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 30)

⁷ “Numa sociedade na qual a troca de produtos é a principal atividade política, até mesmo os operários, cotejados com o “o dinheiro ou (com) proprietários de mercadoria”, tornam-se proprietários, “donos de sua força de trabalho”. É somente neste ponto que surge a famosa auto-alienação de Marx, quando os homens são rebaixados a mercadorias; e esta degradação é característica da situação do trabalho numa sociedade manufatureira, que julga os homens não como pessoas, mas como produtos, mas como produtores, segundo a qualidade de seus produtos” (ARENDETT, 2009, p. 179).

A partir da década de 1980, precisamente após a promulgação da CF de 1988, inicia-se a conjuntura que começou a ser gestada no Brasil para romper com o trato privado da coisa pública e, conseqüentemente, romper com o clientelismo, com as relações de favor, enfim, com a dominação da democracia representativa.

Neste sentido foi estabelecido o marco legal que regulamenta até hoje o funcionamento do Estado brasileiro: harmonia entre os três poderes e os entes federativos, os direitos individuais e coletivos. Onde o usufruto dos direitos e o estabelecimento dos deveres são construídos a partir do estabelecimento de redes de governança.

Para viabilizar o usufruto dos direitos e o estabelecimento dos deveres surgem os canais de participação social, institucionalmente reconhecidos, com competências definidas em estatuto legal, com o objetivo de realizar o controle social de políticas públicas setoriais ou de defesa de direitos de segmentos específicos.

Por isso, o tema do desenvolvimento pode ser discutido como sendo um processo histórico de apropriação universal dos direitos humanos, individuais e coletivos. Isso significa que podemos somar três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; sociais, econômicos e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento ao MA e à cidade. Sendo que a última geração de direitos apresenta a base necessária para o surgimento de um novo contrato social, onde a apropriação dos recursos naturais para manter ou elevar o padrão de consumo vigente no mundo desenvolvido é regulado a partir dos limites impostos pela perenidade dos recursos globais (SACHS, 2002).

O crescimento econômico em conformidade com o padrão de consumo vigente no mundo desenvolvido é responsável pela devastação da natureza para produção de energia por meio da queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás), de onde se origina 90% da matriz energética mundial, “produzindo CO₂, aquecendo a terra, mudando o clima e produzindo situações de redução de produção, seca e fome em varias partes do mundo. Sobretudo, nos países mais pobres”, pois embora os efeitos do aquecimento global seja uma ameaça para todos os seres vivos do planeta terra são os mais pobres que mais sofreram seus efeitos em curto prazo (BECKER *et al.* 2007, p. 9).

Devido a esta crise ambiental global, decorrente da apropriação dos recursos naturais, foi preciso ampliar a dimensão da discussão sobre MA, Conservação da Biodiversidade e DS para o âmbito internacional e aprofundá-lo de forma multissetorial e democrática. Com isso, os movimentos sociais ambientais foram constituindo-se sobre um horizonte de diversidade.

Um horizonte histórico cultural de diversidade que foi traçado desde a primeira conferência sobre o MA que foi realizada em 1972, em Estocolmo, passando pela Conferência da ONU para o “Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, mais conhecida como ECO-92, a Conferência em *Bellagio* em 1996, até a de Joanesburgo em 2002 (TRES, 2006).

Este amplo espectro de práticas e atores dos movimentos ambientalistas é um dos pontos mais favoráveis para se manter um caráter multissetorial. Um dos resultados foi o diálogo multi-direcionado com outros atores sociais em prol de ações coletivas direcionadas pelos valores da equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental. Na ECO-92 foi aprovado o documento denominado Agenda 21, no qual ficou estabelecido um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o próximo século.

Depois de 1972, após a Conferência de Estocolmo, os 26 Estados da Federação Brasileira e o Distrito Federal, em estágios diferenciados, implantaram PP de MA. Todos possuem órgãos colegiados de política pública ambiental, organizações técnicas e orçamentos próprios. Em 1973 o Governo Federal, criou a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Assim deu início à institucionalização da política nacional desta área.

Ao longo de um processo de desenvolvimento histórico “os movimentos sociais populares caracterizaram-se pela incessante luta de classe, de buscar conquistas para o povo, pela solidariedade e a comunhão com o próximo” (TRES, 2006, p. 70). Entretanto, existe uma diferença significativa entre esses movimentos sociais populares que surgiram até o final da década de 1980 em relação aos movimentos sociais novos que se configuraram após os anos 1990. A diferença está centrada no surgimento das questões éticas e culturais como agregadoras das ações coletivas da sociedade civil organizada.

Sherer-Warren (1993) esclarece que este novo sistema de valores:

Se os movimentos sociais da década de 70 e início dos anos 80 tiveram sua relevância na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos espaços de cidadania, as redes de movimentos tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, sobre tudo em relação ao binômio liberdade (e democracia) e Sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável) (SHERER, 1993, p. 122).

Assim, por intermédio dos instrumentos de participação democrática representativa, participativa e direta pode-se demandar uma maior participação na elaboração e implementação das PP que garantem os direitos sociais que estão claramente afirmados na CF de 1988 (Art. 6º), traçados nos seguintes objetivos: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”; “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; “promover o bem de todos sem preconceito”; “Todos têm direito ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O resultado desse novo sistema de valores pode ser observado constitucionalmente com a definição do MA como um bem jurídico a ser preservado e priorizado na questão do desenvolvimento econômico. O embasamento legal e normativo para o MA foi introduzido através dos seguintes artigos: artigo 23º; artigo 170; artigo 215º e artigo 225º.

A CF de 1988 possibilitou o surgimento de novos ramos para a delimitação de um desenho novo das PP no Brasil ao instaurar elementos democráticos, fundamentados nos princípios de descentralização, municipalização e participação da sociedade civil. Estabelece a possibilidade de uma co-gestão via órgãos representativos, os CD.

Os CD foram instituídos pela CF de 1988, com âmbito federal, estadual e municipal. Com a instituição dos CD as comunidades, através de seus representantes, enquanto sociedade organizada participa da gestão pública. Esses conselhos são denominados de Conselhos de Políticas Públicas ou Conselhos Gestores de Políticas Públicas Setoriais. São órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com a incumbência de formulação, supervisão e avaliação das PP, tendo como critério de constituição obrigatória para repasse de verbas federais, com atribuição de formular ou de propor, supervisionar, avaliar, fiscalizar e controlar as PP, no seu âmbito temático.

A partir do momento que existe uma expansão gradativa da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais, econômicas e ambientais surge à possibilidade de desenvolvermos um diálogo multisetorial (governo, iniciativa privada e sociedade organizada). Inclusive de criarem-se formas de garantir um desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Com a consolidação da democracia representativa, a sociedade começa a demandar através dos CD sua participação na elaboração e implementação das políticas públicas. Com o surgimento dessa nova dinâmica das relações sócio-ambientais, sócio-político- econômico e de consumo trouxe também a necessidade de uma nova proposta jurídica. Assim foram instituídos por lei os DD e Coletivos, que promovem o diálogo normativo entre o Poder Público a coletividade e o particular (agente econômico).

Mendonça (2006) em sua dissertação de mestrado pontua que o texto constitucional da CF de 1988, faz referência no artigo 225, dedicado ao meio ambiente, o direito de todo cidadão ao MA ecologicamente equilibrado. Inclusive o direito à qualidade de vida. Essa determinação legal corrobora também com a idéia de co-responsabilidade entre os três setores da sociedade (governo, iniciativa privada e sociedade organizada). Ressalta o autor que o interesse na defesa e preservação, antes um dever somente do Estado, é também da coletividade, aí incluída a iniciativa privada, tanto na questão ambiental quanto em referência à cultura. Isso conforme § 1º do artigo 216, da CF de 1988, ao prever a colaboração da comunidade ao Poder Público na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

No Brasil a legislação ambiental, mesmo tida como avançada por vários organismos internacionais é reconhecidamente deficiente do ponto de vista do cumprimento e da fiscalização. O alinhamento das questões legais e sócio-ambientais apresenta-se, hoje, como um dos grandes desafios para o processo de avaliação do sistema de indicadores propostos nos projetos pleiteadores de financiamento por parte dos fundos públicos e privados.

Mazzilli (2000) esclarece que com a CF de 1988, diversas foram às modificações estruturais introduzidas na sociedade brasileira e na ordem jurídica, com destaque para a previsão dos DD e Coletivos. Os DD⁸ são aqueles que não podem ser atribuídos a um grupo específico de pessoas, mas que beneficiam a sociedade como um todo. As relações de DD e Coletivos, diferentemente da noção de regime jurídico público e privado, representam diferentes setores e interesses sociais, e impõem o diálogo entre as áreas de Direito do Consumidor, Direito Ambiental e Direito Econômico.

Com base na CF de 1988, os DD têm a característica de serem amplos caracterizados principalmente por sua indivisibilidade, ou seja, para que se satisfaça um de seus sujeitos, deve satisfazer-se a todos, pela sua transindividualidade e pela própria indeterminação de seus sujeitos, como por exemplo, o direito a um meio ambiente equilibrado. Os direitos coletivos são direcionados às pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por meio de uma relação que é jurídica, e seus sujeitos são indeterminados, mas

⁸ Direitos Difusos (art. 81, § único, I, do CDC e art. 1º, I, do CM) – são aqueles com características transindividuais (metaindividuais, supraindividuais, pertencentes a vários indivíduos), de natureza indivisível (só podem ser considerados como um todo), e cujos titulares sejam pessoas indeterminadas (ou seja, indeterminabilidade dos sujeitos, não há individuação) ligadas por circunstâncias de fato, não existe um vínculo comum de natureza jurídica, v.g., a publicidade enganosa ou abusiva, veiculada através de imprensa falada, escrita ou televisionada, a afetar uma multidão incalculável de pessoas, sem que entre elas exista uma relação jurídica-base.

determináveis por grupos que se configuram na sociedade, como por exemplo, os grupos de sindicalistas.

A partir destas reflexões é lícito afirmar que os DD ligados a área ambiental têm reflexo sobre a sociedade como um todo, pois se ocorrer qualquer dano ou mesmo um benefício ao MA, este afetará, diretamente ou indiretamente, a qualidade de vida de toda população. O mesmo ocorre com os direitos do consumidor, com os direitos ligados à preservação do patrimônio sócio cultural e com os bens de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico.

O decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994, foi criado para regulamentar o FDD, criado pelo artigo 13 da lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347 de 24 de junho de 1985). O CFDD (Lei nº 9.008, de 1995), do Ministério da Justiça, foi criado em 24 de julho de 1985, com o objetivo de administrar e aplicar os recursos financeiros do FDD, arrecadados em esfera Federal. Os recursos financeiros são oriundos de multas aplicadas pela Justiça Federal, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, condenações judiciais, dentre outros, decorrentes da violação dos DD.

Nesse caso, poderão habilitar-se para receber recursos do FDD, através da apresentação de projetos, as Instituições governamentais da Administração Direta ou Indireta, nas diferentes esferas de governo - federal, estadual e municipal - e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), brasileiras, sem fins lucrativos, que tenham nos seus estatutos, objetivos relacionados à atuação no campo do MA, do consumidor, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e por infração à ordem econômica.

O encaminhamento dos projetos inicia-se por meio da apresentação do formulário Carta-Consulta, via postal ou protocolados no Setor de Protocolo e Controle Processual da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que segue os procedimentos que foram estabelecidos pela Resolução nº 18, de 28 de dezembro de 2005⁹. O período para apresentação de projetos é estabelecido por Resolução do CFDD.

⁹ Das seleções das Cartas-Consulta e Deliberação dos projetos: "...o CFDD indicará as Cartas-Consultas cujos projetos tenham selecionados como prioritários para o ano subsequente, de acordo com a política definida para aplicação dos recursos públicos do CFDD e as disponibilidades orçamentárias"; " Cartas-Consulta serão classificadas por ordem decrescente de votação, divididas pelas áreas do meio ambiente, consumidor e concorrência, patrimônio cultural brasileiro e outros direitos difusos e coletivos tutelados"; caso haja empate entre duas ou mais Cartas-Consulta em uma mesma posição de classificação, o desempate será decidido pelos membros do Conselho, em votação na qual cada Conselheiro terá um voto...Ao persistir o empate, este será dirimido por decisão monocrática do Presidente do Conselho".

Esse procedimento de encaminhamento do formulário Carta-Consulta tem como base 4 chamadas: a primeira “promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente, e melhoria da qualidade de vida da população brasileira; a segunda é referente à “proteção e defesa do consumidor e da concorrência”; a terceira, “patrimônio cultural brasileiro” e a quarta chamada, “outros direitos difusos e coletivos tutelados”. A ordem de prioridade dos projetos aprovados é determinada pelo CFDD¹⁰.

Após a publicação da lista das Cartas-Consulta prioritárias, seguindo os procedimentos da Resolução nº 18, de 22 de dezembro de 2005, revogada pela Resolução nº 20, de 28 de fevereiro de 2008, a Secretaria Executiva do CFDD oficia os proponentes para encaminharem os respectivos projetos, devendo ser emitidos, em uma via original, no modelo padrão do CFDD (Anexos 1 a 4 Conforme o Manual de Procedimentos e Diretrizes Técnicas para Apreciação e Análise dos Projetos – edição 2007) e a documentação exigida. São quatro os procedimentos para análise dos projetos: instrução normativa¹¹; deliberação do projeto¹²; consultoria jurídica¹³ e assinatura do convenio ou termo de parceria e publicação do extrato no Diário Oficial.

Segundo o relatório de gestão de 2008, emitido pelo CFDD, foi executado através de convênios para o apoio de 37 projetos, o montante no valor de R\$ 5.902.206,00 (cinco milhões novecentos e dois mil e duzentos e seis reais). Beneficiando 16 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

A efetivação desses convênios apresentou uma distribuição quantitativa e percentual por meio de três áreas temáticas: do Consumidor foram 5 projetos representando 13,51% dos projetos; do meio ambiente 16 projetos representando 43,24%; bens e direitos de valor artístico, Histórico e outros interesses difusos e coletivos foram 16 projetos representando 43,24%. A tabela 1 apresenta esta distribuição quantitativa e percentual por área e número de estados contemplados no exercício de 2008.

¹⁰ Art. 1º da Resolução nº 7, de 25 de junho de 1999.

¹¹ O primeiro procedimento é realizado no âmbito da Secretaria Executiva do CFDD, onde é verificada a documentação requerida e a coerência entre objetivo, metodologia e orçamento. Depois, o projeto é distribuído para o Conselheiro-Relator.

¹² O segundo procedimento representa a ultima instancia de decisão sobre o apoio financeiro ao projeto, realizado pelos Conselheiros em reunião do CFDD, com subsídios fornecidos pelas análises anteriores e pelo voto do Conselheiro-Relator.

¹³ O terceiro procedimento caracteriza-se pela submissão do projeto à Consultoria Jurídica do Ministério da justiça, que aprecia a Minuta do convenio ou termo de parceria, o Plano de Trabalho e toda documentação exigida.

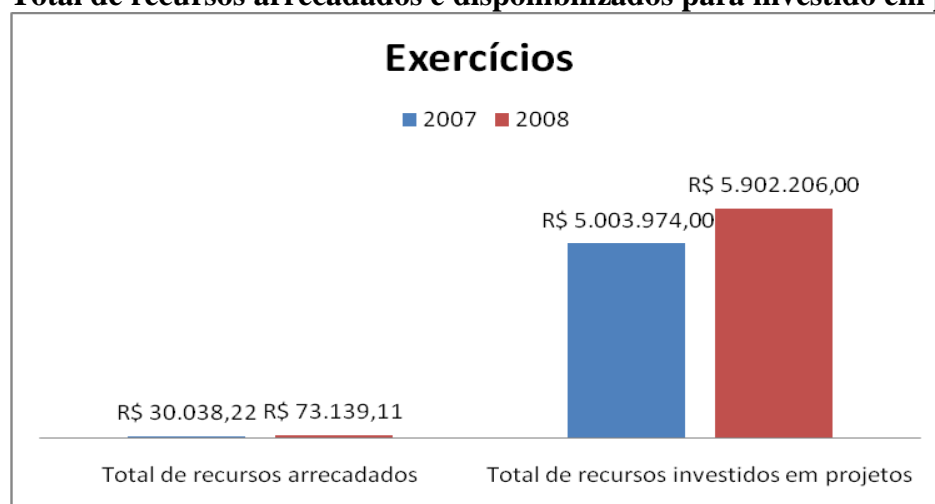
Tabela 1
Projetos – Distribuição por área e estados contemplados

Área	2008	%
Consumidor	05	13,51%
Meio Ambiente	16	43,24%
Bens e direitos de valor artístico histórico e outros interesses difusos e coletivos	16	43,24%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

Com relação à distribuição por área foram: cinco projetos para área do Consumidor, dezesseis para o Meio Ambiente e para a terceira e última área com o tema Bens e Direitos de Valor Artístico, Histórico e outros Interesses Difusos e Coletivos foram dezesseis, beneficiando o total de 15 estados brasileiros. Os gráficos 1 e 2, elaborados com base nos dados do quadro 1 (APÊNDICE 1), apresentam: o total de recursos arrecadados e o montante disponibilizado para investimento em projetos e o número de projetos encaminhados e o total dos projetos aprovados para mobilização de recursos do FDD. O gráfico 2, elaborado com base nos dados do quadro 3 (APÊNDICE 2), apresenta os dados quantitativos dos projetos e sua distribuição por área e número de estados contemplados pelos recursos do FDD, ambos no exercício 2007 e 2008.

Gráfico 1
Total de recursos arrecadados e disponibilizados para investido em projetos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

No que se refere às metas de investimento financeiro, gráfico 1, podemos observar que no exercício de 2008, apesar do aumento de 12,22 % no valor aprovado e disponibilizado dos recursos do FDD, não teve aumento no investimento financeiro dos projetos e sim uma redução de 11% no número de projetos conveniados em relação ao exercício de 2007, conforme gráfico 2. O limite de valor para apoio em cada projeto com recursos do FDD foi estipulado, na Resolução nº 19, de 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), podendo ser alterado por Resolução do CFDD.

Gráfico 2
Número de projetos encaminhados ao CFDD e o número de aprovados para convênio.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

No que se refere às metas quantitativas em relação ao número de projetos aprovados, gráfico 2, podemos observar que no exercício de 2008, mesmo com o aumento de 12,22% no valor disponibilizado pelo FDD, não ocorreu aumento do número de projetos aprovados, voltados para área do meio ambiente, em relação ao exercício de 2007, quadro 3. Com uma diminuição de 25% no número de estados contemplados pelos recursos do FDD.

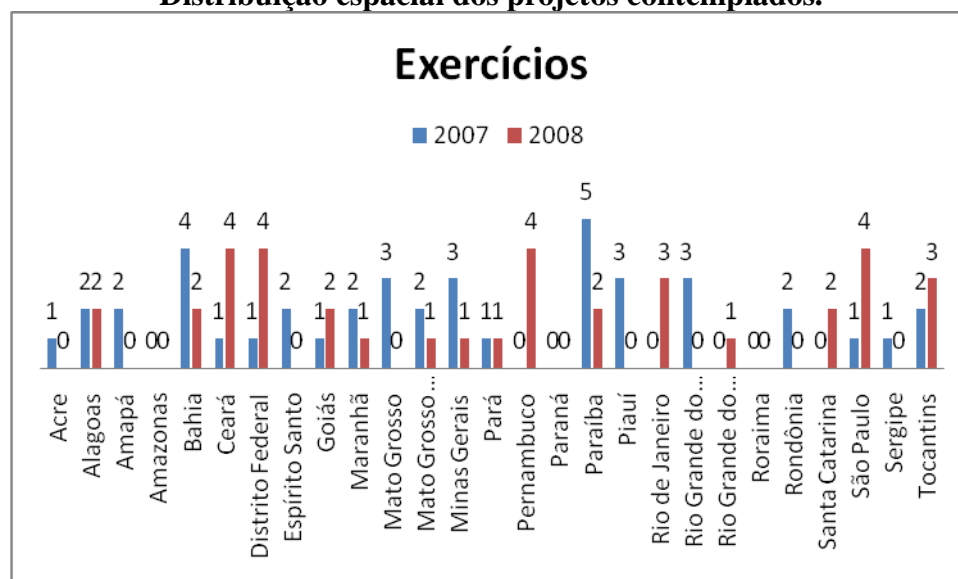
Gráfico 3
Número de projetos distribuídos por área.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

O gráfico 4, elaborado com base nos dados do quadro 3 (APÊNDICE 3), apresenta a configuração da distribuição quantitativa e espacial dos projetos nos estados, exercícios de 2007 e 2008.

Gráfico 4
Distribuição espacial dos projetos contemplados.



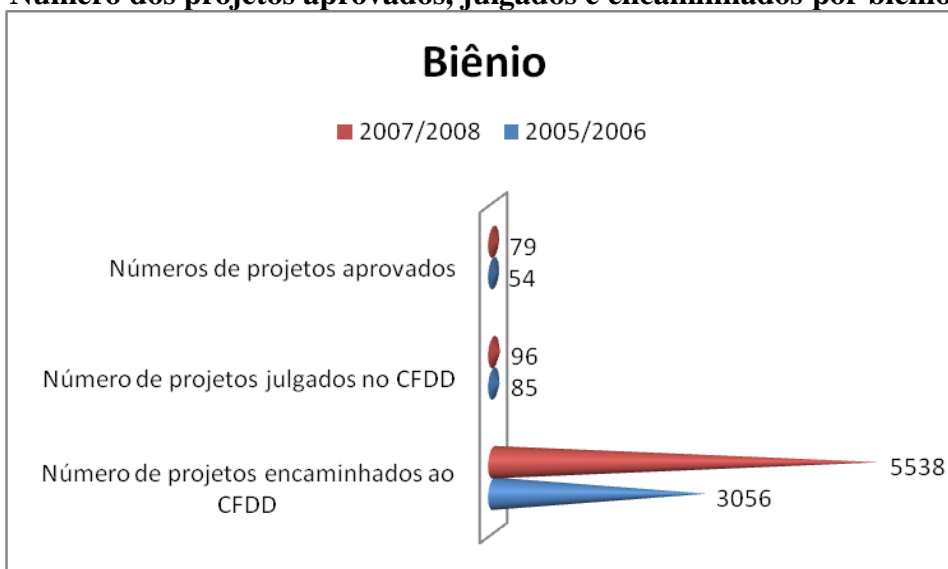
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

No que se refere às metas quantitativas em relação ao número de projetos apoiados territorialmente podemos observar que no exercício de 2008, mesmo com o aumento de 12,22% no valor disponibilizado dos recursos do FDD foram contemplados somente 15

estados e no exercício de 2007 foram um total de 20 Estados contemplados. Entre esses 20 estados beneficiados em 2007 cinco deixaram de ser contemplados com recursos, cinco Estados sofreram diminuição no número de projetos contemplados e cinco Estados obtiveram um aumento no número de projetos contemplados no exercício de 2008.

Ao comparar esses dados do FDD e CFDD em biênios os resultados se apresentam da seguinte forma, no biênio 2007/2008, a arrecadação do FDD atingiu R\$ 100 milhões, enquanto que, no biênio 2005/2006 a arrecadação foi sete vezes menor, no patamar de R\$ 16 milhões. CFDD aplicou cerca de R\$ 12 milhões em 79 projetos, que beneficiaram milhões de cidadãos brasileiros, nas mais diversas regiões do país. Os gráficos 5 e 6, elaborados com base nos dados do quadro 4 (APÊNDICE 4), apresentam o número dos projetos encaminhados, julgados e aprovados e os recursos arrecadados e aplicados nos projetos por biênio.

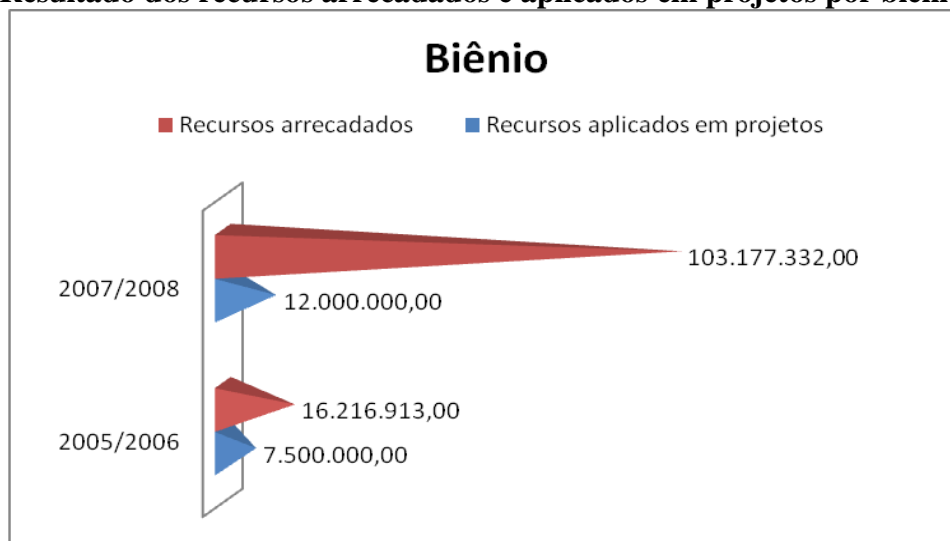
Gráfico 5
Número dos projetos aprovados, julgados e encaminhados por biênio.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

No que se refere às metas físicas podemos observar que no biênio 2007/2008 o número de projetos conveniados superou em 46, 29% os projetos conveniados no biênio anterior. Importante pontuar que os critérios para aprovação dos projetos são fundamentados no Manual de Procedimentos e Diretrizes Técnicas para Apresentação e Análise de Projetos – edição 2007, Resolução nº19, de 28 de fevereiro de 2009.

Gráfico 6
Resultado dos recursos arrecadados e aplicados em projetos por biênio.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

O resultado do recurso financeiro arrecadado no biênio 2007/2008 superou em significativamente o valor alcançado no biênio 2005/2006, gráfico 6. Mas a porcentagem de investimento na área de projetos em relação ao recurso anual arrecadado no biênio 2007/2008 foi 25% inferior ao biênio 2005/2006. Ou seja, no biênio 2005/2006 foram investidos 46% do valor anual arrecadado em projetos, sendo que no biênio de 2007/2008, essa porcentagem de investimento, em vez de manter-se ou aumentar, teve uma significativa redução com um investimento de somente 11, 63% do valor anual arrecadado.

Como já mencionado os projetos das entidades governamentais e não-governamentais precisam ser aprovados no CFDD¹⁴, que é composto por sete representantes da área governamental e três representantes da sociedade civil organizada, para que possam estar habilitadas para utilizar as receitas destinadas ao FDD. Devido à necessidade de delimitar a discussão em torno da pesquisa não será discutida a questão da representatividade que não é paritária.

Por isso, dos 1.884 projetos encaminhados no ano de 2008 somente 37 projetos sociais foram aprovados para investimento financeiro. Segundo o CFDD somente os 2% dos

¹⁴ O CFDD é composto por 10 membros-Conselheiros e seus respectivos suplentes, definido no Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994: um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que o presidirá; um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; um representante do Ministério da Cultura; um representante do Ministério da Saúde vinculado à área de vigilância sanitária; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do CADE; um representante do Ministério Público e três representantes de entidades Cíveis. A Resolução nº 03, de 29 de setembro de 1995 define os critérios para indicação das entidades Cíveis que comporão o CFDD. É O Ministro de Estado da Justiça que tem a incumbência de escolher as entidades com base na lista emitida pelo CFDD das entidades que atendem aos requisitos da lei.

projetos encaminhados tinham preenchido os requisitos necessários para serem contemplados com os recursos do fundo. Segundo o Relatório de Gestão 2008, foram realizadas reuniões mensais, tendo ocorrido 12 reuniões ordinárias, durante todo o exercício, e duas extraordinárias. Nessas sessões foram aprovados 43 projetos (total sem gerar apoio financeiro), sendo que destes 37 foram conveniados e seis não conveniados e indeferidos foram 8.

O gráfico 7, elaborado com base nos dados do quadro 5 (APÊNDICE 5) apresenta dados quantitativos dos projetos encaminhados, julgados, desistentes, indeferidos e aprovados para apoio financeiro pelo FDD no exercício 2007 e 2008.

Gráfico 7
Número de projetos encaminhados, julgados, desistentes, indeferidos e aprovados.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2007 a 2009.

Assim, pode-se observar que no exercício de 2008 o número de projetos encaminhados é 51,56% menor, e o número de projetos conveniados teve também um decréscimo com uma diferença de 11% menor em relação ao exercício de 2007.

1.1. Projetos da área do Meio Ambiente que foram aprovados no CFDD em 2008.

Em suma, foram aprovados 16 projetos no exercício do ano de 2008 voltados para área do MA, o que corresponde a 43, 23 % dos 37 projetos aprovados neste mesmo exercício voltados para as três áreas temáticas de investimento dos recursos do FDD. São analisados

nesta dissertação 12 projetos, ou seja, 75% dos 16 projetos ambientais aprovados pelo CFDD. Os quadros 6 e 7 (APÊNDICE 6 e 7) apresentam em ordem alfabética os 12 projetos analisados no capítulo 3.

Com base nestes dois quadros podemos observar que durante o exercício de 2008 a arrecadação total do FDD (Lei 9.008/95) foi no valor de R\$ 72.758.068,56 (setenta e dois milhões setecentos e cinquenta e oito mil sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). O CFDD apoiou através dos recursos do FDD trinta e sete projetos, num montante de recursos mobilizados no valor de R\$ 4.823.080,00 (quatro milhões oitocentos e vinte e três mil e oitenta reais), sendo o valor mobilizado para defesa dos DD neste exercício correspondente a 6,62 % do valor arrecadado pelo FDD.

Para área do MA foram apoiados dezesseis projetos em 2008, que mobilizaram R\$ 2.852,080, 49 (dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil oitenta reais e quarenta e nove centavos). O número de projetos ambientais conveniados foram 16 projetos, que correspondem a 43% do total de 37 projetos conveniados e o valor mobilizado corresponde a 59% do total financeiro do FDD investido para defesa dos DD. O desdobramento e aprofundamento dos dados quantitativos e qualitativos dos doze projetos pesquisados serão apresentados no quarto capítulo.

A previsão do CFDD é que no exercício de 2009 sejam disponibilizados no FDD aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Esses recursos na casa dos milhões deverão ser utilizados na garantia dos DD. A gestão dos recursos arrecadados e utilizados no FDD reflete na execução dos projetos sociais e ambientais. Inclusive configuram em suas ações as prioridades do governo federal que são expressas legalmente com o seguinte objetivo “Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e à cidadania e garantir a defesa dos Direitos Fundamentais”.

Os projetos ambientais em nossa atualidade constroem-se a partir de novos perfis e desafios. Principalmente, dos desafios que envolvem os conflitos oriundos da dinâmica sociedade-natureza e DS. De fato, projetos configuram-se através dos indicadores em ferramenta de ação para delimitar uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, recursos, responsabilidade e avaliação (eficácia, eficiência e efetividade). Os indicadores podem ser formas de quantificação de medição. Os dados podem ser levantados pelas pesquisas qualitativas e quantitativas capazes de indicar os resultados obtidos através do desenvolvimento das ações e alcance das metas e objetivos estabelecidos (BELLEN, 2006).

Por isso, os indicadores propostos nos projetos desenvolvidos para área ambiental devem ser medidos, analisados, avaliados, interpretados e divulgados, para que os agentes envolvidos e interessados possam acompanhar participar e avaliar os progressos resultantes dos investimentos financeiros dos setores público e privado.

Para fundamentar uma tomada de decisão assertiva, nos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas, o papel dos indicadores de desenvolvimento sustentável são indispensáveis, porque podem servir a um conjunto de aplicações diferentes: atribuição de recursos, classificação de locais, cumprimento de normas legais, análise de tendências, informação ao público, investigação científica.

Seguindo esta apresentação dos argumentos podemos afirmar que os indicadores são itens essenciais para qualquer projeto social. Inclusive condição *sine qua non* para aprovação e mobilização de recursos oriundos de fundos públicos e privados, pois sua principal finalidade é traduzir de forma mensurável determinado aspecto de uma realidade (situação social) ou construída (ação de governo) de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Quanto aos Conselhos Gestores podemos afirmar que conquistaram um espaço significativo de articulação para efetivação da participação popular no cenário político brasileiro. Mas, ainda existem grandes desafios a serem superados: a representatividade dos conselheiros, a articulação entre os conselhos, o exercício da deliberação, e a compreensibilidade dos indicadores que determinam o investimento financeiro dos projetos aprovados para o desenvolvimento das políticas ambientais e a viabilização do DS.

Um dos grandes desafios a ser superado é a discreta participação da sociedade organizada, principalmente as instituições acadêmicas, nas decisões, controle e execução de projetos ou programas, gera também uma discreta divulgação do conhecimento em relação aos efeitos e impactos produzidos pelos investimentos arrecadados e administrados pelos CD.

No item 1.2 será discutido a formação do Estado e o resultado da divisão do trabalho político em redes de governança, propiciando um ambiente fértil para instaurar novos sentidos civilizatórios.

1.2. Formação do Estado e a divisão do trabalho político em redes de governança.

Como já discutido, as diversas estruturas políticas foram instituídas legalmente com o objetivo principal de estabelecer e consolidar o Estado Democrático de Direito. Portanto inicia-se uma discussão em cima de um eixo referencial teórico voltado para as origens da formação do Estado e a complexidade que ocorre com a interação e inter-relacionamento de atores e grupos de atores, principalmente a partir da divisão do trabalho político nas redes de governança. Discussão importantíssima para a caracterização do funcionamento da gestão participativa por intermédio dos fundos públicos e CD.

Segundo Aristóteles (1966), o homem vive em sociedade por uma questão de constituição natural. Sendo, portanto, nesta concepção aristotélica o homem um ser naturalmente sociável. Enquanto para Aristóteles, o homem era naturalmente um cidadão, para o autor Thomas Hobbes¹⁵ “a natureza não colocou no homem o instinto de sociedade”, porque a sociedade política é o fruto artificial de um pacto voluntário, devido às necessidades e interesses do homem (CHEVALLIER, 1982, p. 70).

Para Souto Maior (1976, p. 310) os autores Hobbes e Rousseau concordam com o princípio de que os fins sociais não são o ponto de encontro dos fins individuais, por isso, é necessário estabelecer os fins coletivos por meio da coerção. O filósofo inglês Thomas Hobbes¹⁶, esclarece sua teoria argumentando que “o homem vivia primitivamente não sujeito à lei, mas sim aos seus próprios interesses. O homem seria o lobo do próprio homem (*homo homini lúpus*) na luta de cada um contra todos pela sobrevivência”.

Copans *et al.* (*id.* p. 98), pontua que o autor americano Lowie (1927) declara que “em comparação com os esforços despendidos para esclarecer os problemas da família e da organização clânica, as obras teóricas consagradas às instituições políticas das tribos primitivas são em número ínfimo”. Essa declaração do autor é colocada, porque as

¹⁵ O autor Thomas Hobbes (1588-1679), é um positivista, o eixo racionalista e materialista, do autor não passava por Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a. C.), mas sim, por Demócrito, Epicuro e os sofistas gregos (CHEVALLIER, *id.*).

¹⁶ “O caráter absolutista do contratualismo hobbesiano torna-se explícito à medida que caracteriza o seu “estado de natureza” como uma situação marcada pela existência de homens livres e iguais, mas tão livres e iguais que não possuem freios às suas ações, dando assim forma a um conflito generalizado, “uma guerra de todos contra todos os homens”, onde “um é o lobo do outro”” (PINSKY *et al.*, 2008, p. 128 e 129).

abordagens são indiretas e se manifestam, neste contexto, por meio das investigações comparativas de dois autores precursores da antropologia, Maine¹⁷ (1861) e Morgan (1971)¹⁸.

É verdade que a teoria de Marx e Engels parte do significado da dialética hegeliana, mas os autores provam uma inversão, pois são materialistas, ao contrário de Hegel que era idealista. Uma vez esclarecida esta questão fica claro o porquê da análise das condições das transformações históricas de Marx & Engels, *apud* Ianni (1978, p. 69), estarem ligadas aos “diversos estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho” que representam em igual número as diferentes formas de propriedade. Ou seja, cada “novo estágio da divisão de trabalho determina ao mesmo tempo, relações dos indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos do trabalho. Assim, os modelos de estrutura social implicam em mudança histórico-social; e a história consiste em mudanças que as estruturas sociais sofrem.

O que demonstra Engels (1994, p. 191), ao explicar que a origem do Estado está ligada a desigualdade econômica. A partir da divisão social do trabalho surge à divisão da sociedade em classes, pontuando que:

O Estado não é [...] um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]. É antes produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos [...] não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dele e se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Segundo Bobbio (1982, p. 22-23), essa teoria materialista tornar-se-ia um traço característico das ideologias políticas dominantes no século XIX. E cita Marx e Engels como os autores que fariam dessa teoria um dos fundamentos de que o “Estado não é uma sociedade natural, conforme a natureza eterna do homem”, mas um simples reflexo dela. O Estado “contém a sociedade civil não para revolvê-la em outra coisa, mas para conservá-la como tal”. É dessa tríplice antítese que “podemos extrair os três elementos fundamentais (O Estado como aparelho coercitivo, o Estado como instrumento de dominação de classe, o Estado como

¹⁷ O britânico Henry Sumner Maine (1822-1888) elaborou a teoria do movimento de todas as sociedades do status para o contrato como uma condição das sociedades complexas (COPANS, 1998).

¹⁸ O americano Henry Morgan (1818-1881) elaborou a teoria sobre a *societas* (as relações de parentesco fundamenta todas as relações estratégicas do homem) e *civitas* (as relações ideológicas, econômicas e políticas orientam e limitam as funções estratégicas de parentesco). Outros dois autores foram influenciados por esta teoria, K. Max e F. Engels (COPANS, *id.* p. 20).

momento secundário ou subordinado com relação à sociedade civil) da doutrina marxiana e engelsiana”, onde apresenta o oposto da concepção positiva do pensamento racionalista.

Por isso, Bobbio (*id.* p. 25) comenta que a descrição da sociedade civil em Hegel “pode ser considerada como uma prefiguração da análise e da crítica marxiana da sociedade capitalista”. Essa conclusão, segundo o autor, é com base no trabalho do próprio Marx (1974), que ao escrever o “*Prefacio*” a “*Contribuição à crítica da economia política*”, conclui que:

[...] tanto as relações jurídicas quanto as formas do Estado não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem através da chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes, ao contrário, nas relações materiais de existência, cujo conjunto é abarcado por Hegel – segundo o exemplo dos ingleses do século XVIII- sob o nome de “*sociedade civil*”; e que a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política (MARX, 1974, p. 4).

Existe, contudo o fato de que ao contrário da longa tradição do conceito de Estado, o conceito de sociedade civil, que deriva de Hegel, reaparece atualmente em construção na linguagem da teoria marxiana da sociedade. Sendo que interpretes da filosofia do direito de Hegel direcionaram a atenção privilegiando a teoria do Estado e somente nos anos 20 foram retomados os estudos voltados para análise da sociedade civil. O autor ainda esclarece que é por isso que nas obras dos estudiosos de Marx (autores italianos Labriole, Croce, Gentile e Mondolfo), “não se encontra nenhuma referência ao conceito hegeliano de sociedade civil (embora se encontre em Sorel)” (BOBBIO, *op. cit.* p. 26).

Foi o autor Gramsci, que introduziu o termo sociedade civil, provocando uma “profunda inovação na teoria marxista” ao colocar que a sociedade civil não pertence ao “momento da estrutura”, mas ao da “superestrutura”. Onde as “superestruturas” correspondem à função de hegemonia dos grupos dominantes, o domínio direto ou comando do Estado e no governo jurídico. Diferente de Marx que partiu sua análise da sociedade voltada para as relações econômicas, o que lhe interessava era as instituições que a regulamentam. Dois grandes planos superestruturais são o organismo habitualmente dito privado, e a da sociedade política ou Estado (BOBBIO, *id.* p. 33-35).

Para Campos (2009, p. 64), “a forma como o Estado teve sua origem é motivo de controvérsias, havendo diversidade de opiniões acerca de como e onde ele teria surgido”, mas apresenta para discussão duas teorias da formação do Estado: a primeira é uma formação natural e a segunda uma formação contratual.

Os autores Campos (2009) e Copans *et al.* (1998) concordam que os pensadores John Locke (1632-1704)¹⁹ e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), desenvolveram uma visão contratual para a formação do Estado. Onde a insegurança gerada pelo estado de natureza é o resultado do contrato e a instituição do Estado como estruturador legal da ordem. Mas, também podemos encontrar pontos de divergências entre os autores no que se referem à concepção de estado e o Estado como estruturador da ordem social.

Enfim, é possível afirmar que, quanto à forma como o Estado teve a sua origem não existe um entendimento único entre os autores, mas observam-se três pontos bastante evidenciados entre as teorias apresentadas. Estes três pontos estão voltados para teorias: a formação do Estado de origem natural, a formação do Estado de origem contratual e o da estrutura ideológica-política do Estado.

Por outro lado, também é possível afirmar que, o Estado constitui “o fator primordial da ordem social, ordem da totalidade social e ordem em benefício daqueles que dominam essa mesma totalidade social” (COPANS *et al.*, *id.* p. 117). Neste contexto de totalidade, a densidade populacional é um fator importante e envolve uma população numerosa no plano social e étnico. E este fator coletivo da origem do Estado também foi abordado como uma das características fundamentais da natureza pública na atividade política, discutido anteriormente.

Por, isso Copans *et al.* (*id. op. cit.* p. 118) defende que “definir a natureza do Estado é evidentemente descrever as suas condições de aparecimento, ainda que a análise se pretenda estrutural ou funcional e não genética”. Neste contexto, “o Estado é o poder organizador em uma base superior ao parentesco e essa base é essencialmente o uso exclusivo da força” em benefício da sociedade e para os seus próprios fins.

Neste sentido, o Estado pode ser entendido como lugar de convergência de uma dupla delegação de poderes, da sociedade para o Estado e do Estado para postos ou regiões específicas. Sendo que o Estado inclusive é a instituição que comporta a divisão desse trabalho político. As discussões para explicar a origem do Estado, são importantes para identificar e fundamentar um eixo de referencial teórico para reconhecer esses diferentes e complexos processos possíveis.

A proposta para o próximo tópico é continuar essa discussão, por meio da linha de pesquisa desenvolvida pela Antropologia Política, classificando esses processos, apresentando uma tipologia com o objetivo de analisarmos sua divisão do trabalho político com a

¹⁹ Enquanto para Thomas Hobbes “o poder é absoluto, indivisível e irresistível”, a partir do “revolucionário século XVII inglês”, para John Locke, “o poder é limitado, divisível e resistível” (PINSKY *et al.*, 2008, p. 129).

participação indireta da população, por meio da representação política que ocorre na instituição e gestão dos CD, especificamente o CFDD.

Desta máxima, pode-se concluir que o novo modelo político de gestão democrática sofre uma crise de representação, por estar calcada no modelo estabelecido constitucionalmente pela ação indireta e representativa da população no que se refere à estruturação dos órgãos representativos, por isso, a importância desta pesquisa para propiciar dados que sirvam para manifestação das opiniões divergentes nas tomadas de decisão do CFDD, o que resulta numa dinamização da fiscalização dos recursos utilizados para implementação das PP que estão sendo direcionadas para efetivação da gestão mais democrática e sustentável dos recursos naturais.

1.3- O trabalho político do Estado Moderno e os Conselhos de Direitos.

Discutir o processo histórico-cultural e jurídico das formas de Estado e a configuração constitucional do Estado Democrático de Direito contribui para auxiliar na análise da contribuição das formas de participação democráticas com co-responsabilidade da sociedade civil para transformação social. Principalmente, devido ao foco deste trabalho, as que ocorrem por meio dos CD, estabelecidos historicamente e a partir da CF de 1988.

Copans *et al.* (1998, p. 97) pontua que a antropologia política dividiu-se em duas grandes correntes, onde as primeiras abordagens são indiretas e manifestam-se da seguinte maneira: “[...] às que se referem à história do direito (Sumner Maine) e as que se referem à definição dos estudos da evolução e, por conseguinte dos tipos de organização social (L. H. Morgan)”.

Mas é importante acentuar que esta distinção das primeiras abordagens do político é considerada especulativa, devido à utilização natural das categorias ocidentais que impedem de reconhecer na prática a originalidade política das sociedades não europeias.

Inclusive Campos (2009) e Copans *et al.* (1998) corroboram com esta pontuação, sendo que inclusive para o autor Campos não existe dúvida quanto ao caráter especulativo em relação às primeiras abordagens do político.

Serão discutidas pelos autores as duas correntes da escola funcionalista: “uma empírica e historicizante e a outra uma corrente formalista e psicossocializante”. A primeira,

discutida pelo autor Copans *et al.* (*id.* p. 99), “apresenta descrições das normas políticas de funcionamento e não dos comportamentos reais”. Isso porque descrevem “os Estados analisando as sociedades que manifestamente não possuem instituições políticas especializadas e autônomas”. O autor, cita E.-E. Evans-Pitchard e M. Fontes²⁰ que teorizaram sobre estas distinções. Por outro lado, a segunda corrente, “corresponde à mutação estruturalista do antigo funcionalismo (o inglês E. Leach, o Frances J. Poullon) e à análise de um sistema político como um sistema *de ação política*, como um processo”.

Entretanto “esta acumulação de dados permite uma comparação mais sistemática dos sistemas políticos e conseqüentemente uma revisão das primeiras classificações”, esclarecendo que:

Existem diversos tipos de Estado. As associações sem Estado possuem elementos institucionais explicitamente políticos (classes etárias, linhagens ou clãs dominantes). Nesta perspectiva toda a vida social acaba por adquirir um significado político. As dicotomias ente funções – parentesco, religião, organização produtiva, sistemas políticos – desaparecem. Com efeito, a antropologia social dos anos 30 era por definição funcionalista. Neste quadro teórico o político era definido unilateralmente: a manutenção da ordem e da coesão social [...] o estava ao serviço do conjunto da organização, mas nunca na perspectiva de uma estratificação não igualitária dos grupos (COPANS *et al.*, 1998, p. 99).

Mas, para CAMPOS (2006, p. 70) ainda existe outra questão importante a ser levantada, que embora se trabalhe nas correntes funcionalistas com o processo histórico, “não parece correto pensar em formas estatais seqüenciais, como se tivesse havido um contínuo, quando não houve uma continuidade entre os diferentes tipos de Estado”. Inclusive uma ressalva, do autor, é que “não convém fazer juízo de valor, afirmando que determinada forma de Estado é melhor que a outra, pois, ao que tudo indica, cada um tornou-se expressão da estrutura da sociedade e da economia de seu tempo”. Por tudo isso, o autor opta para citar a teoria de Pierre Clastes, “que trabalha com resultados de pesquisas sobre o que se denomina “sociedades sem Estado”, porque neste contexto é um etnocentrismo apontar o Estado como destino final de toda sociedade”.

Clastres (1978, p. 143), acredita que seria um etnocentrismo se apontássemos o Estado como o destino final de toda sociedade. Onde por sua vez, na visão do autor Krader (1970, p. 106), a tipologia do Estado é totalmente empírica²¹, onde o início do Estado não se

²⁰ Segundo Copans *et al.* (1998, p.98) os autores E.-E. Evans-Pitchard e M. Fonte teorizaram está detenção em 1940 na obra coletiva *African Political Systems – sociedades com Estado e sociedades sem Estado*.

²¹ Estas tipologias empíricas são: “Estados-cidades, impérios, Estados teocráticos, Estados tribais e consangüíneos, Estados-nações, Estados centralizados e descentralizados, Estados autocráticos, oligárquicos e democráticos, Estados classificados segundo a classe, a casta ou estatuto social” (COPANS *et al.*, *id.* p. 119).

deu por meio de uma, mas de múltiplas origens. Sendo que estas tipologias devem basear em tipos de sociedades, sem levar em conta o processo de decisão política.

Seguindo o contexto da visão de Krader (1970), Barker (1978) e Cardoso (1985), caracterizam-se entre as várias estruturas estatais do Estado Antigo, duas principais características que marcam a institucionalização das organizações estatais antigas (na Grécia e em Roma): a natureza unitária, em que o Estado se apresenta como uma unidade (sem divisão territorial e de funções); e a religiosidade, em que os dirigentes adquirem um caráter divino.

Nessa mesma linha de argumentação, para Campos (2002), mesmo existindo um desentendimento entre os estudiosos quanto à concepção de Estado no final do Império Romano (476 d.c) e a queda de Constantinopla (1453 d.c), entendido como Idade Média, um “elemento central na concepção estatal da Idade Média é o caráter privativo da organização, o que resulta numa relação patrimonial” (p.73). Outro elemento marcante é “o caráter patrimonial²² que se evidencia na medida em que os bens públicos tornaram-se propriedade do governante (senhor), confundindo-se com os seus bens e propriedades familiares” (p. 74).

Lloyd (1965, p. 78), citado por Copans *et al.* (*id.* p. 119), também acredita que “os antropólogos privilegiaram demasiadas vezes a estrutura administrativa em detrimento do processo de decisão política”, sugerindo uma técnica mecanicista para descrever suas variantes tipológicas. O processo proposto consiste em reter os critérios significativos do governo político para depois construir um modelo adequado para definir as suas variantes tipológicas. Sendo pré-definidos pelo autor quatro dimensões diferentes para constituir a natureza do governo: “a decisão política, a administração, o conflito político e a centralidade. E um sinal para se observar a diferenciação das funções públicas é a constituição de redes administrativas autônomas em um governo.

Sendo que a técnica mecanicista proposta por Lloyd se difere da técnica proposta por Southall. Na técnica de Lloyd é utilizado um método de “demonstrações tipológicas ligadas demasiado estreitamente a uma série praticamente infinita de variáveis” já o método de Southall, inspirado em Weber, propõe que a “diferenciação política está absolutamente ligada à diferenciação econômica e as potencialidades tecnológicas”. Essa classificação de Southall apresenta uma noção de segmentaridade, cruzada com as noções de Estado e de estrutura política (COPANS *et al.*, *id.* p. 120).

²² “O patrimonialismo é apresentado por Weber (1969) como dominação tradicional, caracterizada por uma relação de poder centrada na figura do senhor – rei, príncipe, governante- que exige lealdade de seus subalternos e que tem o mando assentado numa ordem há muito tempo existente, ou seja, na tradição” (CAMPOS, *id.* p. 74).

Entretanto, mesmo que a disposição das redes e sistemas políticos tenha a mesma importância que os aparelhos institucionais é preciso considerar que o Estado é um corpo autônomo de funcionais onde uma estrutura hierárquica e burocrática faz andar a máquina governamental. Foi Poulantzas, por meio de Lenine, que propõe uma distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado. Neste contexto, o aparelho de Estado apresenta-se em duas composições: o lugar do Estado no conjunto de uma formação social, com diversas funções (técnico-económica e política no sentido ideológico) e o pessoal do Estado, os quadros da administração, da burocracia. O poder de Estado apresenta em contrapartida, a classe social ou fração de classes que detém o poder. Sendo que “a aparente autonomia do político é completada quando um grupo especializado ocupa o aparelho do Estado como representante e como grupo delegado dos grupos socialmente dominantes fora do aparelho ao seu serviço” (COPANS *et al.*, *id.* p. 121–122).

Nesse sentido, ainda é considerado por Copans *et al.* (*id.* p. 123) que existe uma “pluralidade dos níveis do funcionamento do Estado, que tendo nascido de estruturas não políticas, submete essas mesmas estruturas a uma nova lei da história”, onde encontramos na discussão marxista, “que caracteriza este modo de produção que é a combinação de estruturas comunitárias com estruturas de classe”.

Por isso, para Campos (2009, p. 75), “o Estado como unidade de dominação política é um fenômeno recente e produto de uma série de combinações sugeridas no final da Idade Média e início da Idade Moderna”. Como não existe entre os estudiosos um caminho único estabelecido para formação do Estado Moderno, algumas características dessa nova forma de organização política foram observadas a partir do século XIII. Maquiavel (1469-1527) foi pioneiro em perceber esse “fenômeno de centralidade” denominando como *stato*. Outra característica é a interpenetração de interesses do Estado e do mercado, estabelecendo uma relação de complementaridade.

No processo histórico de consolidação do Estado Moderno, a interrelação desses elementos é importante, sendo eles: o estabelecimento do poder soberano; burocracia (“hierarquia de autoridade, ordenada de modo regular e segundo competências”); emancipação econômica do poder estatal (finanças públicas); estabelecimento de uma ordem jurídica. Entretanto essa inter-relação desses elementos não ocorreu de forma linear, ao contrário se caracterizando por meio de uma ambigüidade e contraditoriedade no decorrer do processo de mutação das sociedades (CAMPOS, *id.* p. 75-79).

E a partir da consolidação do Estado Moderno surgem dois tipos de Estado: o Estado Nacional²³ e a forma assumida pelo Estado capitalista no século XX, o Estado do Bem-Estar (*Welfare State*). Não serão levantadas as divergências que existem em relação à conceituação do termo de Estado Nacional, o que cabe nesta discussão é a questão da formação desse tipo de Estado que teve a sua estruturação a partir da convergência de dois fenômenos do mundo moderno, o Estado e a Nação. E nessa, forma de estado moderno, surge também a estrutura do Estado do Bem-Estar²⁴, que teve a sua origem a partir da política adotada pelo Estado na Inglaterra pós-segunda guerra, colocando como atribuição da instituição estatal garantir os direitos sociais para a população como um todo. Mas o conceito, de Marshall, cidadania social, que constitui a idéia fundamental do Estado do Bem-Estar é gênese da revolução industrial e do desenvolvimento do capitalismo (CAMPOS, *id.*).

Contudo, se o Estado como unidade de dominação política é um fenômeno recente o sistema de Conselhos podem ser observados desde o século XVIII, mas esta nova forma de governo foi sendo “destruído diretamente pela burocracia dos estados-nações ou pelas máquinas participantes” (ARENDDT, 1999, p. 199).

A autora, no que se refere à espontaneidade do surgimento dos conselhos, observa que:

Organização espontânea de sistemas e conselho ocorreu em todas as revoluções: na Revolução Francesa, com Jefferson Revolução Americana, na Comuna de Paris, nas revoluções russas, no despertar das revoluções na Alemanha e Áustria, no final da Primeira Guerra Mundial e finalmente na Revolução Húngara. E mais, estes sistemas de conselho nunca apareceram como resultado de uma tradição ou teoria revolucionária consciente, mas de um modo totalmente espontâneo; cada vez mais como se nunca tivesse havido nada semelhante antes. Assim, o sistema de conselho parece corresponder e brotar da própria experiência da ação política (ARENDDT, *id.*).

O resultado desta discussão ressalta a importância das estruturas do Estado e dos CD no processo histórico de transformação social. Esse processo de transformação social e política é resultado de uma convergência entre as ações individual e coletiva da humanidade. Diante desta diversidade e complexidade das teorias discutidas, a tipologia apresentada teve o critério de seleção proposta na análise de Campos (2009, p. 70). Essa seleção é realizada a partir de “um corte do no início do mundo moderno, ou seja, no final do século XV e início do

²³ “Estado nacional compreende uma entidade política soberana cuja jurisdição territorial se estende sobre as pessoas que compartilham da tradição histórica e das características lingüísticas e culturais que as identificam como sendo uma nacionalidade” (CAMPOS, 2009, p. 84).

²⁴ No Brasil a construção do Estado do Bem-Estar “tem em 1930 seu ponto inicial, embora haja antes do movimento de Trinta eventos marcantes na questão social” (CAMPOS, *id.* p. 95).

século XVI, apresentar como Estado antigo as formas estatais anteriores a esse período e como Estado moderno as que se apresentam a partir daí”. Portanto a partir desta discriminação positiva os tipos de Estado foram caracterizados em quatro grupos: Estado Antigo; Estado Moderno; Estado Nacional; Estado do Bem-Estar.

Essa mutação das sociedades demonstra que na estrutura social ocorrem mudanças não apenas de pessoas, de grupos, das ordens que compõem a estrutura social, na forma que estão articuladas e relacionadas, mas inclusive na forma de legitimações e sua elaboração ideológica. Portanto se a transformação da sociedade resulta manifestamente de uma ação individual e coletiva não há mais espaço para planejamento e implementação de PP sem a participação da coletividade. Assim o próximo capítulo será dedicado ao tema da cidadania, pois propõe na discussão deste trabalho que a atuação dos CD, especificamente o CFDD pode ser uma fonte de cidadania. Os projetos aprovados e financiados com os recursos do FDD são uma ferramenta importante para que se viabilize a circulação e promoção de idéias e valores por meios materiais extraídos de maneira sustentável do ambiente.

CAPÍTULO 2- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Cidadania como fonte de sustentabilidade.

“O cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentido ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de decisão.” (Betinho).

Por meio de um sentido amplo podemos afirmar que a cidadania é a expressão concreta do exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais. E neste ponto incluímos a garantia dos direitos civis e sociais também sendo efetivados com a participação representativa da sociedade civil nos CD.

Entretanto, os caminhos percorridos para construção de uma definição do conceito de cidadania e as formas de configuração desses direitos “vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos”. Isso, porque a definição de cidadania não tem uma característica estanque, devido à variação cultural que o seu significado é imputado em decorrência dos múltiplos efeitos sofridos no tempo e no espaço (PINSKY *et al.*, 2008, p. 9).

Assim, para entender o conceito de cidadania e a importância da participação representativa da sociedade civil nos conselhos, se faz necessário uma análise do processo histórico em relação aos avanços e retrocessos voltados para ampliação do conceito de cidadania e apropriação da condição de cidadão. Onde, dentro deste processo de evolução histórico, podem-se observar dois eventos que contribuíram de forma substancial para ampliação dos direitos dos indivíduos dentro da sociedade: a Independência dos Estados da América do Norte e a Revolução Francesa. Por isso, neste sentido podemos entender a cidadania como a “expressão concreta do exercício da democracia” (PINSKY *et al.*, *id.* p. 10).

Outro aspecto que pode ser observado é que desde o mundo antigo encontram-se evidências de lutas sociais entre os povos da antiguidade que podem ser caracterizadas como fazendo parte deste processo histórico da busca por cidadania. Esse período é definido por Pinsky *et al.* (*op. cit.*) como sendo a fase da pré-história da cidadania. Neste período a fé monoteísta ética dos hebreus trouxe uma diferença significativa em relação à concepção religiosa das demais civilizações antigas.

Segundo Pinsky *et al.* (*op. cit.* p. 16) essa diferença foi “a contribuição original dos hebreus à civilização”, porque enquanto as outras civilizações antigas mantinham suas crenças vinculadas à concepção de uma divindade que se interessava principalmente pelos holocaustos (oferendas de frutos das terra, sacrifícios de animais e seres humanos) oferecidos por seus seguidores e pelas lutas que eram travadas pelos exercícios com ajuda do poder sobrenatural, diferentemente a crença dos hebreus era vinculada a uma divindade que estava mais preocupada com os problemas vinculados as questões que envolviam a exclusão social, a pobreza, a fome, a solidariedade.

Por volta do século VIII a. C. podemos observar que os discursos dos profetas Isaías e Amós explicitam os fundamentos desta crença monoteísta ética dos hebreus (PINSKY *et al.*, *op. cit.*).

Apesar de termos citado dois importantes profetas sociais, foram vários os profetas hebreus que denunciavam o sofrimento dos oprimidos e injustiçados. Questionando os mecanismos de poder desde a divisão das doze tribos comandadas por sacerdotes e juizes até a monarquia “os profetas conseguiam ser os porta-vozes da incompreensão das pessoas com relação aos nos tempos, a um gênero de vida que não tinham como compreender e aceitar” (PINSKY *et al.*, *op. cit.* p. 26-27).

Mas é importante esclarecer que para o autor a “cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenômeno único na História”, porque não podemos entender os fatos

históricos como um simples processo de desenvolvimento progressivo do mundo antigo ao mundo contemporâneo. Pois esses fatos históricos ocorreram em mundos diferentes, dentro de sociedades distintas, com indivíduos vivenciando sua participação e direitos em épocas distintas com sentidos diversos. Mas tendo como base a consciência da multiplicidade dessas experiências passadas que ocorreram em sociedades distintas, podemos evidenciar os processos históricos que deram forma as para se configurar as complexas relações entre os indivíduos.

Por isso, uma diferenciação importante que ocorreu nas relações entre os indivíduos pode ser delineada na própria forma da existência social. Neste contexto, partimos para discussão da diferença do mundo greco-romano que não era estruturado como os Estados-nacionais contemporâneos, mas era estruturado na forma de cidade-estado²⁵. O termo *civitas*, do latim, que significa cidade, deu origem à palavra cidadania, por isso, a discussão se inicia a partir do Estado Antigo, onde a cidadania era entendida como uma forma de privilégio direcionado somente para certas classes e grupos (DALLARI, 1998; PINSKY *et al*, *op. cit.*).

No Estado Antigo podemos observar dois grandes momentos que se dividem nas civilizações do Ocidente: O Estado na Grécia e o Estado em Roma. “Embora pesquisas arqueológicas indiquem que domínios e estruturas estatais possam ser delineados entre os egípcios, os eslavos e os mongóis,” existe um consenso na maioria dos estudos apontado as civilizações do Ocidente como sendo as primeiras civilizações com organizações estatais (CAMPOS, 2009, p. 71).

Na Grécia dos filósofos Platão e Aristóteles a idéia de cidadania era restrita aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade, ou seja, em condições de se dedicarem exclusivamente aos negócios públicos sem precisar trabalhar para sobreviver, deixando espaço apenas para os proprietários de terras. Isso excluía a participação das mulheres, das crianças, dos estrangeiros e dos escravos. Importante esclarecer que na civilização grega não existiu um único Estado, mas dadas as semelhanças das formas políticas das cidades gregas faz-se uma generalização para todo o mundo helênico. Onde a *pólis* não era compreendida como uma área territorial, mas uma comunidade (CAMPOS, *id.*).

²⁵ Para Pinsky (*et al.*, *op. cit.* p. 32), “as cidades-estado surgiram [...] num quadro de crescimento econômico e social. Difundiram-se pelo Mediterrâneo a partir de núcleos originais da Grécia Continental, da Ásia Menor (hoje Turquia) e da Fenícia (atual Líbano). Pelos séculos seguintes, até bem adentrado o Império Romano, representaram um modelo virtuoso [...] de um modo de organização da coletividade humana [...] a um mesmo sistema econômico de poder. Ao estudarmos as cidades-estados não podemos perder de vista esse quadro multissecular de expansão”.

A idéia de cidadania surgiu na Idade Antiga por meio das instituições greco-romanas e sua complexa história transição para idade Média. Após Roma conquistar a Grécia esse conceito de cidadania se expandiu para o resto da Europa. Sendo assim, os modernos conceitos de ideais políticos se originaram dos pensadores helênicos e a forma política grega da cidade-Estado, a *pólis* (CAMPOS, *op. cit.* ; QUITÃO, 2001).

Na Grécia a *polís* tornava os homens iguais perante a lei, por isso, o conceito de igualdade é proveniente da organização institucional humana. Assim, a igualdade era privilegio daqueles que faziam parte da esfera pública, os indivíduos da esfera privada eram destituídos da cidadania. Como já mencionado os indivíduos que faziam parte da esfera privada eram os que se ocupavam com atividades de sobrevivência, pertencendo ao espaço de sujeição ao chefe da família. Portanto, as mulheres, os filhos, os escravos estavam destituídos da cidadania e subjugados à esfera privada (LAFER, *apud.* QUITÃO, *id.*).

Em Roma, apesar de ter existido “varias formas de governo que ocorreram ao longo da sua consolidação como império”, “a cidade-Estado é uma marca da organização política romana, tanto na origem etrusca como na Roma republicana”. Assim como na Grécia o Estado Romano tem como base familiar organização política. A cidadania como capacidade para exercer direitos políticos e civis era atribuída somente aos homens considerados livres. Os homens livres que pertenciam à classe dos patrícios (patriarcas, aristocratas e proprietários de terras) formavam a base do Senado e do poder em Roma. Os plebeus (descendentes de estrangeiros) também eram denominados de homens livres, mas não eram considerados cidadãos, pois era um privilegio somente dos que faziam parte da classe dos patrícios gozarem dos direitos políticos, civis e religiosos (CAMPOS, *id.*; BERNARDES, 1995).

Para Pinsky *et al.* (*op. cit.* p. 50) “a história de Roma pode ser vista como uma luta pelos direitos sociais e pela cidadania entre aqueles que tinham direitos civis plenos os grupos sociais”. Somente após a elaboração da lei das Doze Tábuas, que foi o primeiro documento literário de Roma, foi assegurada entre o restante da população²⁶ o povo os plebeus uma abertura na participação política por influência principalmente do momento de expansão

²⁶ Segundo Pinsky (*et al.*, *op. cit.* p. 51-52) o restante da população, idéia ligada a noção de multidão, era composto pelo povo e a plebe. “A noção de plebe como um grupo surgiu no processo histórico de luta contra os privilégios dos patrícios. Era um termo para englobar todos os cidadãos romanos sem os mesmos direitos dos oligarcas. Na sua base estavam os camponeses livres de poucas posses, aos quais se juntaram os artesãos urbanos e os comerciantes. Ao que tudo indica, a plebe incluía também descendentes de estrangeiros residentes em Roma”. Mas também existiam mais dois grupos: os clientes, aqueles que obedecem e servem aos patrícios, em troca de terra e proteção e os escravos, “a pobreza de camponeses e trabalhadores urbanos levava-os à escravidão”, integravam o conjunto de propriedades do patriarca e faziam parte da *família*. “Assim, embora houvesse rigidez na sociedade romana, os pobres podiam mudar de posição [...] de livre para escravo ou de plebe para cliente, mas essa mudança “era quase sempre para pior” o que gerava a luta entre patrícios e plebeus.

militar de Roma. E mesmo em 212 d. C., com a *Constitutio Antoniniana de Civitate*, Constituição Antonina, do imperador Marcus Aurélio Antoninus, conhecido como Caracalla, onde a cidadania foi concedida a quase todos os habitantes do império romano, o direito romano não assegurava a igualdade para todos, pois ainda admitia a escravidão (BERNARDES, *id.*; QUINTÃO, *op. cit.*).

Para Pinsky (*et al, op. cit.* p. 63), “outro grande tesouro da cidadania” ocorreu no período tardio da República romana, que foi as eleições em Roma onde votavam pobres e mesmo libertos por meio do voto por grupo, “diferente de muitas cidades gregas, em que o direito de voto era individual e restrito”.

Outro aspecto que interessa destacar é que as estruturas sociais passam por profundas transformações na Idade Média, onde a sociedade medieval é caracterizada por uma sociedade com múltiplos centros de poder e com uma intensificada hierarquia de classes sociais. Neste período surgiram os feudos, onde nestas fortalezas particulares mantinha-se uma relação de total dependência entre a vassalagem e os ditames do Rei e do suserano (senhor feudal) que eram os únicos detentores do patrimônio público e das terras. Por isso, os princípios de cidadania e de nacionalidade provenientes das instituições greco-romana ficaram suspensos no período considerado “idade das trevas” (CAMPOS, *op.cit.*; QUINTÃO, *id.*).

Somente a partir da formação do Estado Moderno (séc. XV ao XVIII d. C.) e a configuração dos Estados Nacionais é que a partir do século XVII ressurgem os princípios da cidadania que foram retomados com o desaparecimento dos feudos. Com o fim do feudalismo, que foi o resultado da união da força econômica da burguesia e com o apoio do poder político da realeza, surge um modelo absolutista de governo. (QUINTÃO, *op. cit.*).

Onde inclusive, “desde o século XVIII, todo grande levante desenvolveu realmente os rudimentos de uma forma completamente nova de governo, que surgiu independente de teorias revolucionaria precedentes” (ARENDRT, 1999, p. 199). Corroborando para que no final da Idade Moderna, inicia-se entre os pensadores da época (Rousseau, Montesquieu, Diderot, Voltaire) a produção de teorias importantes para o questionamento dos privilégios de certas classes (nobreza e clero) e o suporte para as idéias para construção de um governo democrático.

Entretanto, os direitos civis e políticos por si só não são capazes de caracterizar um Estado democrático, pois a efetivação dos direitos sociais é o que garante de forma pratica a participação do individuo na distribuição da riqueza coletiva. Como por exemplo, os direitos que influenciam no resultado da qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e da

sociedade: o direito ao acesso de uma educação de qualidade, ao trabalho com os direitos trabalhistas garantidos, ao atendimento na área da saúde preventiva e curativa, a uma velhice tranqüila.

Até as últimas décadas do século XX confundiu-se claramente o fator do crescimento da economia com os fatores que envolvem as melhorias no padrão de vida da sociedade²⁷, sendo, portanto o crescimento econômico o fator principal para se indicar a qualidade de vida de uma sociedade. Resultando em uma apropriação acumulativa e devastadora da natureza centrado no modelo capitalista. Essa “devastação de diversos ambientes naturais é apenas uma das conseqüências de um modelo de reprodução de vida que não ponderou por séculos a reposição da base material que o viabilizou”. Por isso, “um dos aspectos mais importantes da relação entre cidadania e ambiente é a desigualdade ao acesso e uso da base material da existência” (PINSKY *et al.*, *op. cit.* p. 404-405).

Na busca da qualidade de vida, na Era Contemporânea, é imprescindível a discussão dos temas da cidadania e do meio ambiente que remetem as questões de caráter ético político e também os múltiplos e complexos fatores que envolvem o mundo material que sustenta não só a forma de vida humana, mas também todas as formas de vida conhecidas e não conhecidas que existem dentro e fora do planeta terra. Por isso, a relação que existe entre o tema da cidadania e o ambiente é interdependente. Os recursos necessários à manutenção da vida humana são obtidos no ambiente que é a única base material que dispomos para extrair bens materiais e alimentos necessários para garantia da manutenção e da reprodução dos seres vivos (PINSKY *et al.*, *op. cit.*).

Por isso, discutir de forma interligada os temas cidadania ambiental, qualidade de vida, e desenvolvimento sustentável, favorece a crítica necessária para a construção de um projeto que aponte para os caminhos da gestão democrática e sustentável dos recursos naturais. Para isso, a criação de novas formas de envolvimento da sociedade civil no trato da questão ambiental é um dos fatores determinantes para concretização de uma visão abrangente de cidadania por meio de uma responsabilidade compartilhada.

Nessa concepção participativa da responsabilidade compartilhada existe a necessidade de articular simultaneamente e coordenadamente três esferas: a primeira refere-se à administração pública, a segunda refere-se à sociedade civil e “a terceira materializa-se em âmbito individual, com o cidadão atuando no espaço da sua casa, do seu bairro, do seu local

²⁷ Ver a respeito, Pinsky *et al.*, *op. cit.* p. 160 e 161.

de emprego e assim por diante” e inclusive nos Conselhos de Direitos que são mecanismos institucionais de participação popular. (PINSKY *et al.*, *op. cit.* p. 555).

Portanto, essa discussão continua por meio do tema da sociedade civil que faz parte das três esferas que são imprescindíveis para uma ação efetiva na busca da qualidade de vida tendo como base a construção de uma cidadania ambiental. Por isso, sem dúvida nenhuma os CD são instrumentos imprescindíveis para propiciar a garantia da participação direta e representativa da sociedade no processo de decisão, de gestão e de fiscalização das PP voltadas para área do DS, além de conferir a efetivação de uma maior transparência dos recursos públicos que são arrecadados pelo FDD.

2.1. Sociedade Civil: conjunto das relações ideológico-culturais, espirituais e intelectual dos indivíduos.

O sonho do ser humano e da sociedade é ser capaz de desenvolver uma razão autônoma, que transcenda as barreiras impostas por meio das superstições e crenças, também decorre de um longo processo histórico cultural. Esse processo sócio-cultural caracteriza-se por meio do conjunto de tradições que herdamos e que passamos a mobilizar e se responsabilizar.

Os conjuntos das tradições que nos são dadas, para filósofa Arendt (1997), surgem como o atributo fundamental para se definir o conceito de liberdade, onde a autora apresenta um conceito de liberdade dita negativa. Essa liberdade é dita negativa por que advêm da capacidade que a ação humana apresenta em fundar, preservar e também repensar os corpos políticos nos quais os homens, por seus feitos e palavras, se apresentam uns aos outros.

De acordo com esta interpretação, se somos livres mantemos a condição de cidadão sem reduzir o espaço público às estruturas do Estado. Mas para isso, é necessário efetivar uma ação coletiva com participação dos cidadãos na esfera plural da vida pública. Uma proposta para articulação dessa esfera pública plural é a forma de governança baseada no sistema de CD são espaços propícios para surgir à liberdade transformadora da ação política coletiva.

Esse conceito de indivíduo portador de uma razão autônoma - vontade livre e consciente - foi melhor do que ninguém trabalhada por Kant, quando definiu a pessoa humana como sujeito cujas ações são susceptíveis de imputação. Sendo a imputação no sentido moral o juízo pelo qual se olha para alguém como autor de uma determinada ação, mas para isso o

conceito de pessoa precisa estar relacionado simultaneamente a sujeito e liberdade (SÉVE, 1994).

Para Bobbio (1982, p. 26), Kant é o autor mais próximo da teoria Hegel, ao lado de Fichte, quando discute a “tendência irresistível que a natureza impõe ao homem no sentido da construção do Estado, chama essa meta suprema da natureza em relação à espécie humana de *bürgerliche gesellschaft*” (sociedade civil).

A primeira crítica de Hegel às doutrinas do direito natural encontra-se na sua obra denominada “Metafísica dos Costumes de Kant”. Onde ele afirma que o estado de natureza é também o estado social, diferenciando assim, o conceito de estado civil e o conceituando de sociedade política, que é “o Estado, a sociedade que Kant conceituava como aquela que garante o meu e o teu através de leis públicas” (BOBBIO, *id.* p. 27).

O autor considera que a partir desta crítica a teoria Hegel se desenvolve para uma inovação radical com relação à tradição jusnaturalista²⁸. Desse modo, a inovação de Hegel não é somente terminológica, pois o conceito de sociedade civil não se restringe apenas as esferas das relações econômicas e a formação de classes, abrange também a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo.

Mas, é a partir de Marx que as esferas das relações econômicas e a formação de classes da sociedade civil fixa um lugar de momento estrutural das relações materiais entre os indivíduos, como um agente determinante das relações econômicas e o seu desdobramento que compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial. Assim, “a sociedade civil torna-se um dos elementos do sistema conceitual marx-engelsiano, desde os estudos juvenis de Marx”, percorrendo os textos marxianos até chegar aos “escritos mais tardios de Engels, como o ensaio sobre Feuerbach”. Nesse ensaio Engels coloca que o “Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo” (BOBBIO, *id.* p. 30).

Gramsci tomou como ponto de partida a identificação de Marx entre sociedade civil e momento estrutural introduzindo de volta o pensamento hegeliano, para propor uma inovação teórica, onde a sociedade civil deixa de pertencer ao momento da estrutura para pertencer ao momento da superestrutura. Isso significa que para Gramsci a sociedade civil deixa de compreender todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos e seus

²⁸ A tradição jusnaturalista resultou do “pensamento jurídico-político” que solidificou “uma ética racional”, desvinculada da teologia e garantidora da “universidade dos princípios da conduta humana” (PINSKY *et al.*, 2008, p. 129).

desdobramentos para fazer parte do conjunto das relações ideológico-culturais, espirituais e intelectual dos indivíduos (BOBBIO, *id.*).

Pode-se concluir que o conceito gramsciano de sociedade civil é superestrutural sendo derivado da teoria hegeliana. Isso porque existem duas diferenças fundamentais entre a concepção marxiana e a concepção gramsciana no que se refere às relações de estrutura e superestrutura. A primeira é que em Gramsci “não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam seu movimento” (BOBBIO, *id.* p. 37). A segunda diferença fundamental entre a concepção marxiana e a concepção gramsciana é a inversão da relação entre instituições e ideologia, para Gramsci as ideologias tornam-se o momento primário da história, enquanto as instituições passam a ser o momento secundário.

Esse momento da sociedade civil passa a ser entendido como o momento de passagem do estado de necessidade para o estado de liberdade, por isso as ideologias são concebidas “como as forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai construindo e não tanto como justificadoras de um poder constituído” (BOBBIO, *id.* p. 41).

Para o autor, o conceito de sociedade civil no esquema conceitual gramsciano é complexo, porque apresenta uma forma dicotômica nos aspectos historiográfico e prático-político. Essa dicotomia entre necessidade e liberdade é o elemento central do sistema conceitual estrutura/superestrutura e instituições/ideologias.

No aspecto historiográfico a primeira dicotomia surge porque a sociedade civil é ao mesmo tempo o momento ativo, contraposto a passivo e na segunda parte desta dicotomia apresenta o momento positivo, contrapondo o negativo. Em outras palavras a primeira dicotomia é um instrumento conceitual, que aparece entre momento econômico e momento ético-político indicando os elementos essenciais do processo histórico. A segunda dicotomia por sua vez, surge entre o momento ético e o momento político que serve para distinguir entre um bloco histórico²⁹ progressista e o outro reacionário (BOBBIO, *id.*).

Sob o aspecto da ação política o uso da primeira dicotomia está na base da polêmica de Gramsci contra a pretensão do economicismo de querer “resolver o problema histórico com que se defronta a classe oprimida operando exclusivamente no terreno das relações econômicas e das forças que elas liberam (os sindicatos)”. O uso da segunda por sua vez se encontra na base de que a “conquista estável do poder por parte das classes subalternas é

²⁹ Bloco histórico é colocado por Gramsci para designar uma situação histórica global, onde “compreende tanto o elemento estrutural quanto o superestrutural” (BOBBIO, *id.* p. 42).

sempre considerada em função da transformação a ser realizar, em primeira instância, na sociedade civil” (BOBBIO, *id.* p. 43).

O autor propõe que somente levando em conta a superposição dessas duas dicotomias pode-se explicar a dupla frente em que se move a crítica gramsciana:

[...] contra a consideração exclusiva do plano estrutural, que leva a classe operaria a uma luta estéril ou não decisiva; e contra a consideração exclusiva do momento negativo do plano superestrutural, que leva a uma conquista efêmera e também não decisiva. O local dessa dupla batalha é [...] na sociedade civil, uma de cujas faces se volta para a superação das considerações materiais que operam na estrutura, enquanto a outra se volta contra a falsa superação dessas condições através da pura dominação sem consenso. A não utilização (ou má utilização) de uma ou de outra dicotomia leva a dois erros teóricos opostos entre si: a confusão entre sociedade civil e estrutura gera o erro do sindicalismo, enquanto a confusão entre sociedade civil e sociedade política leva ao erro da estatolatria (BOBBIO, *id.* p. 43-44).

Apresenta-se novamente, nessa explicação da dupla frente analítica de Gramsci, dois pontos importantes da crítica gramsciana, que é a pretensão do economicismo e da estatolatria de acreditar poder resolver todas as dificuldades econômicas e sociais.

Entretanto, também é reconhecido, o lugar central que o tema partido e hegemonia ocupam na concepção gramsciana dos dois elementos da sociedade civil: partido e hegemonia. Mas do ponto de vista conceitual o termo hegemonia de Gramsci se diferencia de Lênin (diferença de função do conceito), e ainda sofre uma transformação a partir dos escritos de 1926, para ser empregado com o significado de direção cultural, sem excluir o primeiro significado de direção política.

Esse complemento dos termos para o conceito de hegemonia pode ser observado quando Gramsci “nas páginas programáticas dedicadas ao moderno Príncipe” (Notas sobre Maquiavel) “propõe dois temas fundamentais para o partido moderno”. O primeiro tema é o da formação da vontade coletiva que nada mais é do que o tema da direção política e o segundo é o tema da reforma intelectual e moral, que também nada mais é do que o tema da direção cultural (BOBBIO, *id.* p. 46-47).

Para Bobbio (*id.*), essa diferença de função da hegemonia em Gramsci não está limitada apenas a formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho estatal transformador da sociedade (conforme Lênin), mas também e, sobretudo à elaboração, à difusão e a realização de uma nova concepção de mundo. Nesse aspecto consiste o ponto nevrálgico que é o momento em que a sociedade civil assume uma posição hegemônica, com

relação às outras formas de dominação. Esse momento da hegemonia é expandido até ocupar o espaço criador e autônomo da sociedade civil.

Ainda com base no autor, e mesmo sem aprofundamento é importante mencionar, outro tema gramsciano complexo, devido sua dupla face dicotômica do conceito de sociedade civil, o tema do fim do Estado. A sociedade sem Estado que Gramsci denomina de sociedade regulada (Estado Ético), é o resultado da expansão global da sociedade civil. Esse momento hegemônico já discutido, onde por meio dessa ocupação gerada pela reabsorção da sociedade política na sociedade civil.

No pensamento político moderno a teoria original do Estado gramsciano apresenta que as condições materiais não atuam sozinhas no processo do movimento da história, pois o ser humano com consciência individual/coletiva de sua ação passiva e ativa faz parte atuante neste processo, e pode de forma dialética projetar suas ações para resultar em força transformadora do movimento histórico em busca da configuração dos instrumentos para construção de um Estado Ético.

Essa transformação do movimento histórico proposto por Gramsci foi discutida porque transcendi os novos elementos que são apresentados para consolidação de um Estado Democrático de Direito, como é preconizado em nossa Constituição da República. Onde a crise da teoria representativa do novo modelo político é evidente na estruturação dos órgãos representativos, nas eleições periódicas, no voto direto, no pluralismo político, na separação dos poderes.

A subordinação pura a uma ordem constitucional em busca de uma evolução democrática não é suficiente para a legitimação das ações políticas e muito menos para uma consolidação de um Estado Democrático de Direito e menos ainda para definir a construção de instrumentos para transformar esse novo modelo político de sistema representativo em um sistema que contribua para garantia da participação direta e representativa da sociedade civil.

Mas é verdade que o sistema político participativo tem o poder de tornar possível a caracterização um ponto importante para tomada de consciência coletiva. Que é a configuração de formas modernas de relação do poder compartilhado, mesmo que sejam considerados como uma evidencia na participação passiva do sujeito/sociedade nas estruturas de organização política.

A democracia participativa por sua vez é um grande avanço, pois advém do rompimento jurídico-constitucional com o modelo do Estado Antigo. Isso fez surgir a partir do Estado Nacional o alargamento dos espaços de co-gestão entre governo e sociedade civil.

É sobre este novo sistema de gestão que será discutido no próximo tópico, que sem dúvida nenhuma não transcendi para o caminho de construção do modelo de sociedade civil proposto por Gramsci, mas apresenta a proposta de responsabilidade compartilhada, na concepção das três esferas³⁰ de atuação conjunta, dentro dos órgãos estruturados para organização institucional da decisão política. Esse novo sistema de gestão se fundamenta na consolidação dos órgãos colegiados, que são os CD, onde especificamente a pesquisa se delimita ao CFDD.

2.2 - Condição humana e desenvolvimento sustentável.

A expressão condição humana³¹ se refere “a soma total das atividades e capacidades humanas” e possuem um elemento importantíssimo para discussão do tema desenvolvimento sustentável que é a ação política E “a tarefa, a finalidade última, da política é salvaguardar a vida em seu sentido mais amplo” (ARENDDT, 2009, p. 17, 18 e 169).

Por isso, inicia-se a reflexão deste item afirmando que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política”. Essa ação política da condição humana é a “única atividade humana que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” e conseqüentemente “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDDT, *id.* p. 15).

Os projetos aprovados no CFDD são imprescindíveis para propiciar um ambiente político com novas formas de interação plural entre os seres humanos, criando novas relações de apropriações dos recursos da natureza com ações menos voraz e mais equânime, instaurando assim a construção de uma cidadania ambiental que favoreça no DS.

Para Arendt (*ibid.* p. 112) o impacto que o meio ambiente sofre, por meio do processo do trabalho dos homens “subtrai material da natureza sem devolver no curso rápido do metabolismo natural do organismo vivo”. Esse impacto também reflete na realidade do

³⁰ Lembrando que a administração pública, a sociedade civil e o cidadão configuram as “três esferas de ação conjunta que são indispensáveis para qualquer ação de efetiva de conservação da natureza e de objetivação da cidadania ambiental” (PINSKY *et al.*, *op. cit.* p. 555).

³¹ “Para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana” (ARENDDT, *id.*).

mundo no que se refere à capacidade de natalidade³², existência e continuidade da vida humana e porque não dizer de toda a forma de vida no planeta terra.

Na realidade o resultado dos impactos ambientais do trabalho humano também inviabiliza a continuidade do modelo econômico de exploração dos recursos naturais. Por isso, organizações internacionais se dobraram a necessidade de projetar e programar estratégias ambientais adequadas. “Essa preocupação aparece pela primeira vez em um documento do Clube de Roma³³, em 1968” (SOUZA *et al.*, 2006, p. 2).

Sachs (2002, p. 54), nessa mesma linha de pensamento, que “a crítica ao crescimento selvagem e a análise de seus custos sociais e ambientais” favoreceram a produção de uma extensa literatura bem como a “formulação de importantes conceitos, como *throughput*³⁴ e *perverse growth* (crescimento perverso)”³⁵.

O primeiro registro do uso do conceito de DS ocorreu em 1987, na Assembléia Geral da ONU, onde surgiu como um “conceito político” apresentado pelo presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) - Gro Harlem Brundthand – ao redigir o relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Depois este conceito consagrou-se ao ser difundido na Conferência Rio-92, mas o conceito de DS provém processo histórico que já somam mais de 30 anos. Por isso, existe uma múltipla variedade de abordagens que procuram explicar este conceito (VEIGA, 2009).

Além das múltiplas abordagens que procuram explicar o conceito de DS o autor Veiga (2006) crítica a aplicação desse termo, isso por que, segundo o autor a palavra desenvolvimento não pode ser aplicada em conjunto com a palavra sustentável já que aquela teve sua origem nas ciências econômicas. Palavra essa que indica um crescimento infinito num ecossistema finito.

As críticas pertencentes a essas palavras podem ser sanadas ao considerar a diferença entre a terminologia “desenvolvimento sustentado” e “desenvolvimento sustentável”. Pois

³² “Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode construir a categoria central do pensamento político, em contradição ao pensamento metafísico (ARENDRT, *id.* p. 17).

³³ Composto por um grupo de pesquisadores responsáveis pelo relatório “Crescimento Zero” de 1972. Importante relembrar que foi em 1972 que ocorreu à reunião de Estocolmo e no ano de 1974 foi formulada a declaração de Cocoyocede, onde foi “ênfatisado a necessidade de se planejar e implementar estratégias ambientais adequadas” (SOUZA *et al.*, *id.*)

³⁴ Taxa de transferência.

³⁵ “A crítica ao crescimento selvagem e a análise de seus custos sociais e ambientais estimularam uma extensa literatura e a formulação de importantes conceitos, como *throughput* e *perverse growth* (crescimento perverso), como também a reinterpretação do conceito marxista de *faux frais* (falsos custos) ou na concepção de George Bataille *la part maudite* (lado maldito) (rendimento desperdiçado e riqueza estéril)” (SACHS, *id.*)

segundo Leff (2006), enquanto aquela está ligada à lógica econômica do mercado o “desenvolvimento sustentável” resulta de uma mudança paradigmática dos valores e conseqüentemente uma mudança no modo de produção existente.

Leff (2004) propõe uma política do saber com base na epistemologia ambiental³⁶, “que tem por “finalidade” dar sustentabilidade à vida” (*id.* p. 20), articulando-se com “outras ciências no campo das relações sociedade-natureza” (*ibid.* p. 22). E afirma que:

Essa epistemologia leva implícita uma política da diversidade cultural e da diferença. Abre-se a um dialogo intercultural que transcende o espaço de um dialogo interdisciplinar [...]. A interdisciplinariedade abre-se assim para um dialogo de saberes, no encontro de identidade conformadas por racionalidades e imaginários que configuram os referentes, os desejos e as vontades que mobilizam os atores sociais; que transbordam a relação teórica entre o conceito e os processos materiais para um dialogo entre o real e o imaginário (*op. cit.* p. 38).

Por isso, o aspecto fundamental da epistemologia ambiental favorece a construção de novas estruturas conceituais e teóricas específicas para abrir um dialogo intersubjetivo e intercultural que inclusive transcende o espaço proposto por meio do dialogo interdisciplinar. Essas interações dialógicas estimulam e auxiliam na análise e entendimento da vida social.

Assim como não está estabelecido um acordo conceitual para o termo indicador, não existe também um consenso para o conceito de DS. Segundo o autor Bellen (2002), existem 160 interpretações para o termo de DS.

Apesar disto, o conceito de DS é um dos resultados da tomada de consciência da sociedade acerca da crise ambiental. Mas a falta de consenso em relação a uma definição mais rigorosa e unificada sobre o termo indicador ressalta ainda mais a necessidade de uma definição de indicador à temática ambiental (BELLEN, 2006, p. 45).

As principais dimensões que devem ser consideradas nas pautas políticas para definir uma proposta de desenvolvimento sustentável são apresentadas, sem consenso, por autores como Sachs (1993), Bossel (1999, *apud.* PAULISTA *et al.*, 2008), Bellen (2006), Machado e Fenzl (2001).

A agenda 21 proposta na ECO-92 estabelece que as dimensões do DS são a ambiental, a econômica, a social e a institucional. Em seu capítulo 40, pontua a importância dos IDS para a tomada de decisões:

³⁶ “A epistemologia ambiental emerge e se inscreve como uma abordagem crítica no debate que abre o projeto da interdisciplinaridade” (*id.* p. 32).

[...] Necessidade de desenvolver indicadores sustentáveis que sirvam de base sólida para a tomada de decisão em todos os níveis e que contribuam para a sustentabilidade auto-regulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento (UNCED, 1992).

Para Bellen (*op. cit.*), os principais fatores para assegurar o DS são o social³⁷, o ecológico³⁸ e o econômico³⁹. O autor não inclui na discussão o fator institucional, mas discute também a perspectiva da sustentabilidade do ponto de vista geográfico⁴⁰ e cultural⁴¹.

O autor Bossel (1999), citado por Paulista *et al.*, (2008, p. 187), apresenta nove dimensões que formam um conjunto de fatores relevantes para atingir o DS: material, ambiental, social, ecológica, econômica, legal, cultural, política e psicológica.

Machado e Fenzl (2001) ressaltam que a dimensionalidade do DS está baseada em sete dimensões: física, material, ecológica, social, psicológica, cultural e ética.

Ainda segundo Sachs (1993) a dimensionalidade do DS esta baseada em cinco fatores: o social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Além das dimensões já citadas – a ecológica, econômica, política, cultural e social, Paulista *et al.* (2008, p. 187 e 188) menciona as dimensões humana e espiritual, agregadas a Agenda 21.

Foram por varias razões específicas que os sistemas de indicadores surgiram resultando em indicadores “ambientais, econômicos, de saúde e sociais. É preciso, sobretudo esclarecer que, estes indicadores não podem ser considerados indicadores de sustentabilidade em si”, pois, em sua maioria, esses indicadores possuem é um potencial de representativo no que se refere ao contexto do DS (BELLEN, 2006, p. 45).

Nesse sentido, os sistemas e problemas interligados que envolvem a questão do desenvolvimento sustentável necessitam de indicadores inter-relacionados, existindo no momento poucos sistemas de indicadores propostos para lidar com a temática do DS. Em sua

³⁷ “Na sustentabilidade observada da perspectiva social a ênfase é dada à presença do ser humano na ecossfera. A preocupação maior é com o bem-estar do ser humano e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição” (BELLEN, *id.* p. 37).

³⁸ “A sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo” (BELLEN, *id.*).

³⁹ “A sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada”. Essa dimensão considera o capital “incluindo o ambiente e/ou natural, capital humano e capital social” (BELLEN, *ibid.* p. 34).

⁴⁰ “A sustentabilidade geográfica pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Deve-se procurar uma configuração rural-urbana mais adequada para proteger a diversidade biológica, ao mesmo tempo em que se melhora a qualidade de vida das pessoas” (BELLEN, *ibid.* p. 37-38).

⁴¹ “A sustentabilidade cultural esta relacionada com uma “nova concepção dos limites e ao reconhecimento das fragilidades do planeta, ao mesmo tempo que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas da população” (BELLEN, *ibid.* p. 38).

maioria, estes se encontram em caráter experimental, e pouco conhecidos, desenvolvidos com o objetivo específico de compreender os fenômenos relacionados à sustentabilidade (BELLEN, 2006, p. 45).

As definições das ferramentas selecionadas para escolha, utilização, interpretação e comunicação de indicadores necessitam de um duplo compromisso estabelecido entre a exatidão científica e a necessidade eminente de tomada de decisão (BELLEN, *ibid.* p. 48).

No capítulo 35 da Agenda 21, destaca-se o papel da ciência para o desenvolvimento sustentável onde conhecimento científico está proposto para fornecer apoio ao manejo prudente do MA, garantindo a sobrevivência diária e o desenvolvimento futuro da humanidade.

Em resposta a estes desafios vários especialistas e pesquisadores desta área se reuniram na Itália, em novembro de 1996, no Centro de Conferências de *Bellagio*. Os objetivos da reunião eram de revisar os dados das diferentes iniciativas já realizadas para avaliação de sustentabilidade. O resultado deste encontro produziu um guia com dez princípios a serem utilizados como orientação para avaliação e melhoria do processo de escolha, interpretação e comunicação de indicadores (BELLEN, 2006, p. 73).

Os dez princípios de *Bellagio* serão apresentados no próximo tópico e aplicados na análise para identificação do sistema de indicadores quantitativos e qualitativos de sustentabilidade. Um requisito básico para a construção do caminho para o DS é a melhoria da qualidade de vida de cada cidadão (tanto no presente como no futuro), com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda suas capacidades fundamentais de regeneração e de assimilação dos rejeitos (VEIGA, 2009, p. 2).

Dias (2002) destaca como “elemento fundamental para ampliação desse novo modelo a educação ambiental”, pois qualquer mudança de comportamento está permeada de conflitos devido ao atual modelo econômico, fundamentado historicamente no consumismo, imediatismo e utilitarismo. É a partir da educação ambiental que ocorrerá o fortalecimento do processo de aprendizagem coletivo, capaz de criar os instrumentos necessários para a mudança de paradigma rumo ao caminho do DS.

A idéia de projetos tem íntima articulação com o desenvolvimento de propostas educacionais, conforme acredita Silva (2000) ao apresentar também um conceito sobre a palavra projeto, além dos conceitos já discutidos:

“O sentido etimológico da palavra – *projetare* – é algo que se lança para frente, que avança, que pressupõe antecipação imaginária do futuro e suas possibilidades. Essa idéia de projeto como ação planejada, com vistas ao futuro ou ação consciente voltada para a criação de uma realidade futura, aponta-nos para: desejo ou necessidade de alterar o presente, com vistas ao futuro, portanto a ação presente, com vistas à transformação da realidade futura. Direção para o futuro ou lançar-se ao futuro, considerando-se a possibilidade real de vir a existir” (SILVA, id. p. 33).

Essa ampla abordagem que envolve ações paradigmáticas, participativas e plurais também é necessária para construção de projetos sociais voltados para o DS. Mas, não pode ser traduzida somente por meio de indicadores operacionais, precisa ser “submetida a um sério processo de afinamento”. Simplesmente, por que não existe, até o momento, um único sistema de indicadores capaz de “revelar simultaneamente grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e grau de qualidade de vida que dele decorre” (VEIGA, *id.* p. 2).

Segundo Veiga (*op. cit.*) não existe, no momento, um método contábil ou estatístico capaz de produzir uma única fórmula sintética para equacionar esses variados e complexos dados. “Isto significa que a utilização de tais indicadores na orientação das PP requer necessariamente algum tipo de consorciação estatística”.

O relatório final da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (Cmeps) ⁴² corrobora com a afirmação de que as ações necessárias para construção de projetos sociais voltados para o DS não pode ser traduzida somente por meio de indicadores operacionais. Sendo que inclusive este recente parecer “passará a ser referencia para o debate internacional sobre indicadores de desenvolvimento sustentável” (VEIGA, 2009, p. 2).

Segundo Veiga (*id.* p. 3) a forma mais sintética de apresentar o resultado final da Cmeps é descrever as três mensagens apresentadas e os quinze itens de recomendações que foram pontuados em três contextos diferenciados – o contexto do DS, da qualidade de vida e dos problemas clássicos do PIB.

Em síntese, as três mensagens finais desta comissão foram: “Medir desenvolvimento sustentável difere da prática estatística *standard* em uma questão fundamental: para que seja adequada, são necessários projeções e não apenas observações”; “Medir sustentabilidade também exige necessariamente algumas respostas prévias a questões normativas. Também nesse aspecto há forte diferença com a atividade estatística *standard*” e a última mensagem diz que:

⁴² Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (Comissão sobre a Mediação do Desempenho Econômico e Progresso Social). Setembro, 2009, p. 291 (www.stiglitz-sen-fitoussi.fr).

Medir sustentabilidade também envolve outra dificuldade no contexto internacional. Pois não se trata apenas de avaliar sustentabilidade de cada país em separado. Como o problema é global, sobretudo em sua dimensão ambiental, o que realmente mais interessa é a contribuição que cada país pode estar dando para a sustentabilidade global (Cmpsp, 2009).

O grupo de recomendações, da Cmpsp, está dividido em três contextos, o quadro 8 apresenta os dados deste resultado.

Quadro 8
Trindade para monitorar o desenvolvimento sustentável:

CONTEXTO	RECOMENDAÇÕES
Desenvolvimento Sustentável	<p>Avaliação da sustentabilidade requer um pequeno conjunto bem escolhido de indicadores, diferente dos que podem avaliar qualidade de vida e desempenho econômico.</p> <p>Características fundamentais dos componentes desse conjunto deve ser a possibilidade de interpretá-los com variações de estoques e não de fluxos.</p> <p>Um índice monetário de sustentabilidade até pode fazer parte, mas deve permanecer exclusivamente focado na dimensão estritamente econômica da sustentabilidade.</p> <p>Os aspectos ambientais da sustentabilidade exigem acompanhamento específico por indicadores físicos. E é particularmente necessário um claro indicador da aproximação de níveis perigosos de dados ambientais.</p>
Qualidade de Vida	<p>Medidas subjetivas de bem-estar fornecem informações-chave sobre a qualidade de vida das pessoas. Por isso, a instituição de estatística deve pesquisar as avaliações que as pessoas fazem de suas vidas, suas experiências hedônicas e as suas prioridades.</p> <p>Qualidade de vida também depende, é claro, das condições objetivas e das oportunidades. Precisam melhorar as mensurações de oito dimensões cruciais: saúde, educação, atividades pessoais, voz política, conexões sociais, condições ambientais e insegurança (pessoal e econômica).</p> <p>As desigualdades devem ser avaliadas de forma bem abrangente para todas as oito dimensões.</p> <p>Levantamentos devem ser concedidos de forma a avaliar ligações entre várias dimensões da qualidade de vida de cada pessoa, sobretudo para elaboração de políticas em cada área.</p> <p>As instituições de estatística devem as informações necessárias para que das dimensões da qualidade de vida possam ser agregadas, permitindo a construção de diferentes índices compostos ou sintéticos.</p>
Problemas do PIB	<p>Olhar para renda e consumo em vez de olhar para a produção.</p> <p>Considerar renda e consumo em conjunção com a riqueza.</p> <p>Enfatizar a perspectiva domiciliar.</p> <p>Dar mais proeminência à distribuição de renda, consumo e riqueza.</p> <p>Ampliar as medidas de renda para atividade não-mercantil.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com dados do autor Veiga, 2009, p. 3-4.

Até aqui, não foi apresentado pela Cmpsp nenhum conteúdo novo no que se refere à questão conceitual sobre os temas de DS e progresso. Mas, todavia foi positiva para ampliação da discussão que envolve a necessidade de se criar uma forma consensual de medir

as ações voltadas para o DS, mesmo que o resultado do trabalho não tenha apresentado um modelo sugestivo para a forma desses novos indicadores.

Esse resultado pode ser considerado positivo por que, “mesmo que não tenha construído novos indicadores, seu relatório final esclarece quais são os principais obstáculos e mostra o que precisará ser feito para que possam ser superados” (VEIGA, *id.* p. 5).

Esses obstáculos a serem transpostos podem ser resumidos em três pontos principais: ser bem pragmático sobre as questões que envolvem o tema sustentabilidade; abrir o leque da dimensão dos fatores que influenciam na qualidade de vida e superar a análise proposta pela contabilidade produtivista e por último criar um sistema tríade de indicadores: “um indicador físico da contribuição de cada país para a insustentabilidade global”; um indicador diferente do IDH para medir a qualidade de vida; “um indicador de desempenho econômico que reflita o real progresso material da população, e não apenas a capacidade produtiva do país em que vive” (VEIGA, *id.* p. 11).

Inclusive ao transpor esses obstáculos os projetos voltados para o DS poderão propiciar novas formas de interação entre os seres humanos, criando novas relações sociais com base em apropriações dos recursos da natureza com menos voracidade e mais equânime, instaurando uma cidadania ambiental.

A multidimensionalidade em que se inscreve a crescente crise ambiental favorece a adoção de uma visão holística e integrada do ambiente. Essa visão abrangente também favorece a construção de um novo paradigma civilizatório pautado na racionalidade ambiental, Nessa ótica, da interdisciplinaridade da abordagem ambiental, apontado caminhos para as respostas aos desafios decorrentes dos padrões insustentáveis de consumo do mundo contemporâneo que é sujeito à racionalidade econômico-tecnológica (VIEIRA e MORAIS, 2003).

Desta forma, segundo Leff (2004, p. 25) ocorre à desconstrução do logos científico. Isso ocorre por que a “racionalidade ambiental, como processo de construção social, coloca as condições para internalizar o saber ambiental no campo das ciências” fomentando a construção de uma nova “racionalidade social”.

Essa visão abrangente da cidadania se estabelece também a partir de uma cultura constitucional ambiental que sustenta ao afiançar que o MA diz respeito a um bem coletivo, “configurada em responsabilidades compartilhadas difundidas nos mais diversos recortes sociais, políticos e econômicos” (PINSK *et al.*, 2008, p. 555).

Portanto, cabe salientar que a responsabilidade compartilhada torna-se concreta a partir da implantação e gestão dos CD. Esses órgãos que fazem parte de uma rede de governança propiciam por meio de projetos a concretização de parcerias que interagem na construção da cidadania ambiental a partir das três esferas de atuação conjunta, já discutidas, envolvendo o primeiro, segundo e terceiro setor da sociedade. Inclusive um ambiente coletivo propício para o exercício teórico e prático das questões ambientais interdisciplinariamente e de forma democrática.

2.3. Políticas Públicas e os Conselhos de Direitos: As características institucionais e a forma de organização popular que influenciam na formação dos Conselhos de Direitos.

Segundo Souza (2006, p. 21), “entender a origem ontológica de uma área do conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas”. Por isso, a primeira questão a ser discutida neste tópico é como e porque surgiu a área de PP.

Foi nos EUA, nos anos 1930, que a política pública nasceu enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica⁴³, “rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia⁴⁴ de estudos e pesquisas nessa área”, passando direto para os estudos sobre a ação dos governos. Sendo considerado como o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo político, com o objetivo de entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, *id.* p. 22).

A área de PP contou com quatro grandes fundadores, a saber: Haroldo D. Laswell, Herbert Alexandre Simon, Charles E. Lindblom e David Easton (SOUZA, *id.* p. 23).

O primeiro é o autor Haroldo D. Laswell, após 1930, introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), com dois objetivos: o primeiro objetivo era criar uma forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e o segundo objetivo era de criar uma forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

⁴³ Para uma síntese desta trajetória, ver SOUZA (2006, p. 21-23).

⁴⁴ Na Europa os estudos e pesquisas nessa área se concentravam na análise sobre o Estado e suas instituições. A área de políticas públicas vem surgindo a partir do desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo (SOUZA, *id.*, p. 22).

O segundo é o autor Herbert Alexandre Simon, após 1950, introduziu o conceito de *policy makers* - racionalidade limitada dos decisores públicos. Souza (*id.* p. 23 -24) esclarece que:

Para Simon, a racionalidade dos processos públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação da estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

O terceiro é o autor Charles E. Lindblom questionando a ênfase no racionalismo estabelecida nos conceitos de Laswell e Simon. A partir deste questionamento propôs a incorporação de outras variáveis a formulação e a análise de PP. SOUZA (*id.* p. 24) descreve estas outras variáveis propostas por Lindblom, da seguinte maneira:

[...] propôs a incorporação de outras variáveis a formulação e a análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim e um principio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

O quarto e último é o autor David Easton que definiu a “política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultado e o ambiente”, pois a partir desta definição introduziram-se a seguinte questão que também influencia os resultados e efeitos das políticas públicas: “o recebimento de *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse” (SOUZA, *id.* p. 24).

Quanto ao conceito de PP, cinco autores são referenciados pela autora, para afirmar que não existe uma única, ou melhor, definição para o que são PP (SOUZA, *id.* p. 24):

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peter (1986) segue o mesmo veio: política é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Na mesma linha, CAMPOS (2009, p. 128) argumenta que PP referem-se ao poder de governar, por isso, “nos estudos das políticas públicas exige-se a identificação dos atores – quem ganha e quem perde com a decisão”.

De maneira geral, o conceito de PP pode ser resumido como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) com a participação da sociedade civil organizada, e quando necessário também tem a atribuição de propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, *op. cit.* p. 26).

Os estudos de PP têm vários tratamentos analíticos na Ciência Política. A literatura sobre *policy analysis* diferencia três dimensões da política. Com o objetivo de ilustrar essas dimensões se adotado o emprego dos conceitos em inglês de *polity*⁴⁵ para denominar as instituições políticas; *politics*⁴⁶ para denominar os processos políticos e *policy*⁴⁷ para denominar os conceitos da política (FREY, 2000, p. 216).

Segundo Couto e Arantes (2006), os autores que definiram em inglês as três dimensões da política relataram que o fizeram devido à inexistência de termos em português apropriados e claramente diferenciados para cada uma delas. Colocando da seguinte forma:

Definimos em inglês as três dimensões da política em decorrência da falta de termos apropriados e claramente diferenciados na língua portuguesa para cada uma delas. Sumarizando, a *polity* correspondente à estrutura paramétrica estável da política e que, supõe-se, deve ser a mais consensual possível entre os atores; a *politics* é o próprio jogo político; a *policy* diz respeito às políticas públicas, ao resultado do jogo disputado de acordo com as regras vigentes (p. 47).

Os autores esclarecem que “embora cada uma dessas dimensões sejam parte constitutiva do processo poliárquico, elas não têm o mesmo significado nem contribuem da mesma forma para o funcionamento do regime democrático”, embora estejam entrelaçadas e se influenciam mutuamente. Dada a função estruturante dessas três dimensões elas se apresentam com significado e contribuições diferentes em sua natureza, denominação, característica formal e substancial para configuração do ideal processo político democrático (COUTO e ARANTES, *id.* p. 46).

O quadro 9, resume a natureza e as características principais três dimensões do processo político democrático.

⁴⁵ *Polity* refere-se à dimensão institucional à hierarquia normativa que distingue o pacto institucional.

⁴⁶ *Politics* refere-se à dinâmica do processo democrático.

⁴⁷ *Policy* refere-se às dimensões governamentais e diz respeito às PP.

Quadro 9
Natureza das dimensões ideais do processo político democrático:

Dimensão	Natureza	Denominação	Característica Substantiva	Característica Formal
Normatividade Constitucional	Regras Gerais do jogo Político (Estrutura)	<i>Polity</i>	Consenso mínimo pactuado entre os diversos atores políticos	Generalidade, relativa neutralidade
Embates e Coalizões Políticas	Jogo Político	<i>Politics</i>	Relacionamento dinâmico entre os atores políticos	Conflito e/ou Cooperação
Normatividade Governamental	Resultados do Jogo Político (Conjuntura)	<i>Policy</i>	Vitória/ Derrota de diferentes atores políticos	Especificidade, controvérsia

Fonte: Couto e Arantes, 2006, p. 47.

Mais um elemento importante desta abordagem das PP é o chamado campo holístico, pois caso as PP sejam também entendidas como uma área que se situa diversas unidades em totalidades organizadas, admitimos que a política pública é um campo holístico.

Para Souza (2006), surgem duas implicações ao admitirmos que a política é um campo holístico. Descrevendo assim as duas implicações:

A primeira é que [...] a área torna-se território de varias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influencia de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares” (p. 26).

Portanto, fecha-se esta parte da discussão concluindo que as PP, após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa. Inclusive a partir do momento que são postas em ação, podem ser implementadas, monitoradas e avaliadas (SOUZA, *id.* p. 26).

As PP, principiadas constitucionalmente para produzir resultados ou mudanças no mundo real, existem para atender o interesse público primário, a saber: econômicos, sociais e culturais bem como coletivos e difusos. A enunciação desses direitos foi incrementada, como já discutido, pela constituição de 1988, onde a efetivação desses direitos passa a ser normativamente previsto como mínimo existencial.

Segundo Campos (2009, p. 129), quando a CF de 1988 foi incrementada houve uma mudança significativa no sentido das PP, a partir do momento que elevou o município à condição de ente federativo ao lado dos estados e da União. Diz a Constituição e seu artigo 18: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta constituição”.

Essa determinação resulta em uma descentralização das políticas sociais voltadas para o município. Antes da constituição de 1988 o aparato institucional que tratava das políticas sociais era desarticulado: concentrava recursos e poderes no âmbito federal e atribuía competências residuais aos estados.

A partir da CF de 1988, a definição das PP é de responsabilidade conjunta do governo e da sociedade civil. Onde a partir deste momento, surgem os conselhos estaduais e municipais, como órgãos gestores das políticas em suas respectivas esferas, com a proposta de descentralização de políticas.

Assim, como afirma Carvalho *et al.* (2008):

Tais experiência alteraram significativamente a relação Estado/sociedade na medida em que criaram novos canais de participação popular, como é o caso dos conselhos de políticas sociais, que têm atuado na sua co-gestão. Sendo esses conselhos instrumentos de expressão, representação e participação popular, têm o desafio de discutir e deliberar sobre determinados temas, buscando consensos e alianças que definam as agendas públicas que representam interesses coletivos. Outro grande desafio é transformar suas deliberações em ações do poder público, ou seja, interferir na definição de ações, prioridades e metas dos governos e funcionamento de seus sistemas administrativos (CARVALHO *et al.*, *id.* p. 16).

Os CD ou Conselhos de Políticas Públicas, ou Conselhos Gestores de Políticas Públicas Setoriais, são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com incumbência de Formulação, Supervisão e Avaliação das PP.

A conjugação entre a vontade política dos governantes e as forças da sociedade civil organizada resultou na criação de diversos Conselhos Gestores de PP. Esses órgãos são instituídos por decretos ou leis de iniciativa do Poder Executivo, direcionados pela obrigatoriedade prevista na legislação federal, como por exemplo: a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, lei 8.742, de 07.12. 1993, que dispõem sobre a organização da Assistência social e a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, lei 6. 938, de 31.08.1981, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicabilidade.

A lei que cria os conselhos define quem deles participa - paritário ou não- e se serão consultivos ou deliberativos. O princípio da paridade é adotado pela grande maioria dos conselhos, pois é o instrumento previsto para garantir a representação de diferentes segmentos sociais. Em relação à outra característica, consultivos ou deliberativos, a diferença se apresenta na definição de competência do conselho. Os consultivos não têm poder de decisão sobre as diretrizes da política setorial, por isso, sua atribuição é de emitir pareceres ou opinião sobre determinada ação do governo. Já os deliberativos são órgãos de decisão, ou seja, tem poder para analisar, intervir e propor ações em determinada política setorial.

Esse novo ordenamento jurídico relacionado “à gestão das políticas sociais institui os fundos especiais como instrumento de gestão financeira, buscando tornar transparente e democrática a destinação e utilização dos recursos que as financiam” (CARVALHO, 2008, p. 20).

Importante retomar que o fundo focado nesta pesquisa é o FDD que é gerido pelo CFDD, e tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Destas seis áreas de finalidade para investimento esta pesquisa selecionou os 12 projetos aprovados no exercício de 2008 à área do MA. O FDD foi criado pela Lei 7.347/ 85, de 24 de julho de 1985, que também disciplina a Ação Civil Pública. O CFDD foi criado pela Lei 9.008, de março de 1995. A regulamentação do FDD é através do Decreto 1.306, de 9 de novembro de 1994.

Gohn (2007) também ressalta a característica paradigmática dos CD. Após caracterizá-los como instrumentos importantes para efetivação de uma gestão pública democrática e participativa, propõe também que os CD são instrumentos institucionais de inovação, isso por que, são potencializadores da caracterização de novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas setoriais.

Para Arendt (1988) o sistema de CD, o poder político nascido do próprio povo e as organizações populares, são elementos fundamentais para estruturação de um corpo político capaz de se constituir como defensor efetivo dos pilares democráticos que são expressos em nossa CF e fazem parte dos objetivos a serem alcançados por meio das políticas públicas. Onde, inclusive, para Arendt (1999, p. 198), a grande vantagem que decorre deste sistema federativo é a participação onde “o poder não vem nem de cima nem de baixo, mas é dirigido horizontalmente de modo que as unidades federadas refreiam e controlam mutuamente seus poderes.

Frey (2000, p. 217) conclui: “É inquestionável que o “descobrimento” da proteção ambiental como uma política setorial peculiar levou a transformações significativas dos arranjos institucionais em todos os níveis de ação estatal”. Mas, apesar dessa revolução política descrita pelo autor, os conselhos ainda não conseguiram alcançar o patamar de ação que o poder constituinte propõe no que se refere ao seu papel deliberativo.

Para Castro (2000), a dificuldade de inovação das políticas públicas por parte dos conselhos - por meio da caracterização de experiências coletivas de ação política - pode ser analisada a partir de estudos da cultura política. O que possibilitaria uma análise das experiências e vivências históricas dos sujeitos e a sua relação com o comportamento político desempenhado na sociedade.

Fuks *et al.* (2003), concorda com Castro (*id.*) e propõe uma análise cultural política desta questão ao afirmar que a forma desigual de distribuição de recursos cívicos que decorreu na história da sociedade gerar comportamentos desiguais também em relação à forma de participação política.

Entretanto, apesar da existência da cultura de desigualdade política, existem diversas experiências de ações políticas governamentais de co-gestão na esfera do poder local, pautadas no tríplice princípio de sustentabilidade (áreas ambiental, econômica e social) (JACOBI, 1999).

Ramos (1958) pontua, com base na razão noética⁴⁸, que o desenvolvimento de novos princípios e valores é uma possibilidade humana subjetiva, pois a evolução histórica de um país, de uma região, de uma comunidade ou mesmo de uma organização não está vinculada de forma predestinada aos padrões de seu passado e/ou presente.

Por isso, a urgência e importância da implantação e efetivação das ações (deliberativa, alocativa de recursos e regulatória) dos conselhos setoriais paritários nas esferas: federal, estadual e municipal. Estabelecendo os instrumentos legais necessários para caracterização de experiências coletivas de ação política e responsabilidade pública (CARNEIRO, 2001).

Mesmo tendo consciência da importância do estudo da atuação do Conselho de DD por meio da gestão dos recursos destinados aos fundos com sua representação também nas esferas: municipal e estadual, no capítulo 3, por uma questão de delimitação do tema, serão analisados os projetos aprovados no Conselho Federal, o CFDD.

⁴⁸ O termo noética, do grego *nous*, significa mente. A ciência noética é uma disciplina que estuda os fenômenos subjetivos da consciência, da mente, do espírito e da vida a partir do ponto de vista da ciência. “Com a nova antropologia, Ramos visa a superar o reducionismo da ciência social ou do conhecimento moderno, que se estriba na noção predominantemente funcional da razão, no *codigo* cartesiano” (HEIDEMANN e SALM, 2009, p. 22).

CAPÍTULO 3 - PROJETOS SOCIAIS: instrumentos para construção de uma cidadania ambiental.

“Elaborar projetos é uma forma de independência. É uma abordagem para explorar a criatividade humana, a mágica das idéias e o potencial das organizações. É dar vazão para a energia de um grupo, compartilhar a busca da evolução” (Kisil, R., 2001).

Os elementos democráticos na gestão das PP são estabelecidos por meio da execução, via órgãos representativos, das diretrizes das políticas, do planejamento, da implantação, do controle e da supervisão de planos, programas e projetos. Por isso, os projetos sociais aprovados no CFDD são instrumentos importantíssimos para efetivação de PP voltadas para o DS e construção de uma cidadania ambiental.

O que diferencia um programa de um projeto é o nível de formulação apresentada por meio da ação social. O programa é entendido como atividades que são oferecidas em bases contínuas e o projeto são atividades oferecidas por um período determinado de tempo (ARMANI, 2004, p. 18).

Cury (2001, p. 41) define projeto como uma “unidade mais específica e delimitada dentro da lógica do planejamento, é a unidade mais operativa de ação, o instrumental mais próximo da execução”.

Para Armani (*op. cit.* p. 18), um projeto “é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseadas em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo”.

A elaboração de projetos públicos tem por finalidade viabilizar o fornecimento inteligente de bens e serviços com o objetivo principal focado no bem-estar da sociedade. Um bom projeto social produz aprendizagem individual, social e organizacional (STEPHANOU *et al.*, 2003).

Somente a partir da década de 1960, que os responsáveis pelos projetos de investimento social passaram a se preocupar com os impactos antropológicos, socioeconômicos e ambientais. Por meio da inclusão destes aspectos multifatoriais, a elaboração dos projetos ficou mais complexa (Távora, 1994). As inserções de indicadores sociais e de formas de monitoramento efetivaram o uso de planejamento público para a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo. Jannuzzi (2002, p. 55), afirma que:

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (*id.* p. 55).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da análise dos indicadores tanto na avaliação de PP, quanto na pesquisa acadêmica, mas para isso, um indicador deve apresentar um bom grau de confiabilidade.

Sendo que, essa característica de confiabilidade do indicador social pode ser obtida com os seguintes critérios:

Ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta; ser sensível a políticas públicas implementadas; ser específico a efeitos de programas setoriais; ser inteligível para os agentes públicos e público alvo das políticas; ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; e, gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo (*op.cit.* p. 57).

Mas o casamento do puramente econômico com os aspectos ambientais e sociais dificulta a definição de uma medida padrão assertiva para mensurar estas externalidades múltiplas em um sistema de indicadores voltado para área sócio-ambiental, isso por que os indicadores de DS envolvem necessariamente o estabelecimento de padrões ou metas não-monetárias.

Entretanto, mesmo com esta dificuldade em definir essas medidas através de indicadores qualitativos e quantitativos, foram criadas diversas formas de incorporação dos aspectos externos na análise econômica de um projeto. Contudo, até o momento, não há um método padrão estabelecido como indicadores para quantificar e qualificar as externalidades.

Por isso, pode ser considerada uma questão primordial para tomada de decisão sobre os projetos públicos a discussão da valoração dos recursos ambientais transformadas em indicadores. Por meio do funcionamento do aparelho do Estado são cobrados impostos para oferecer ao cidadão uma série de serviços que têm como objetivo principal a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos.

No caso da arrecadação para financiamento dos projetos aprovados no CFDD, esses recursos são oriundos, como já discutidos, de multas aplicadas pela Justiça Federal, pelo CADE, pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, condenações judiciais, dentre outros, decorrentes da violação dos DD.

Os indicadores propostos nos projetos para definir a forma de utilização dos recursos do FDD, devem ser elaborados por meio de um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos, tendo em vista a sua utilização como instrumentos importantes na configuração da organização das ações coletivas dos cidadãos, e como aumento das chances de uma avaliação assertiva, por parte dos CD, em específico o CFDD, quanto à viabilidade e sustentabilidade ou não das ações propostas nos projetos encaminhados para deliberação de recursos do FDD.

Essa reflexão orienta a análise dos projetos em estudo. A metodologia que compõe a coleta dos dados dos projetos aprovados no CFDD está dividida em dois grupos que obedecem à característica básica da informação: qualitativa e quantitativa a ser discutida no item, 2.1, como sendo uma proposta assertiva para orientar a análise e avaliação do CFDD, quanto à viabilidade ou não das propostas (objetivo geral e os específicos) apresentadas no escopo dos projetos que são encaminhados para receberem recursos oriundos do FDD.

3.1- Indicadores: instrumento assertivo para orientar a tomada de decisão em relação ao investimento nas políticas sociais voltadas para o DS.

O marco conceitual de DS adotado a partir da Conferencia ECO 92, resultou na formulação da Agenda 21, que especificou em seus capítulos 8 a 40 as questões fundamentais entre MA, DS e informações que são necessárias para tomada de decisões. Um ponto importante, a partir deste marco conceitual, foi o reconhecimento da importância que tem os indicadores no que se referem a auxiliar as nações a tomar decisões em relação ao DS.

Para tanto, criou-se, em 2001, a *Commission on Sustainable Development (CSD)*, responsável pela estruturação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e de monitorar os progressos nesta área, por meio de ampla parceria com os governos nacionais, com as instituições acadêmicas, com as organizações não governamentais, com as organizações do sistema da ONU e com especialistas de vários países do mundo (INDICATORS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2001).

Essa ampla parceria somou esforços para desenvolver uma harmonização nos dados pertinentes ao DS em níveis global, nacional, regional, incluindo a elaboração de um conjunto de indicadores em comum, que possam ser regularmente atualizados e amplamente divulgados.

Desta forma, independente das reformulações que ocorreram nos IDS⁴⁹, devido à adaptação as necessidades local, é inquestionável a contribuição do CDS no uso de indicadores como instrumentos assertivos para tomada de decisão. Isso, por que a formulação de indicadores “facilita o planejamento, ao apontar para movimentos significativos de variáveis relevantes em programas, projetos e ações” (BRASIL, 2006, p. 9).

Para Marino (2003, p. 46), “os indicadores são elementos concretos que indicam a medida de sucesso ou fracasso em relação aos resultados esperados”, uma vez que estes são observáveis, o que facilita o processo de escolha de métodos da coleta de informações no processo de avaliação. “[...] os objetivos e as perguntas formuladas para orientar sua avaliação são as principais fontes para definir os indicadores de resultados parciais ou finais”.

Para os Países em desenvolvimento, o primeiro passo para construção de indicadores deve ser a identificação dos impactos ambientais significativos na base para a sua definição. Entretanto, não se devem restringi-los às medidas de impactos sobre o meio ambiente, devendo ser englobados, em sua definição, expressões relacionadas às informações sobre condições ambientais, locais ou regionais. No processo de construção e seleção desses indicadores deve incluir tanto indicadores existentes como os novos, com agregações e ponderações que possam refletir características estratégicas da política ambiental.

Nesse sentido, a observação do “sistema de indicadores” (IBGE, 2004), também conhecido como *dashboards*, é importante para orientar a tomada de decisão mais assertiva em relação às diversas formas de ações apresentadas como propostas nos projetos encaminhados ao CFDD com o objetivo de mobilizar recursos do FDD para financiar políticas ambientais voltadas para o DS.

Van Bellen (2006, p. 41) esclarece que o termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. E alerta que apesar do significado do termo as definições mais comuns de indicadores e inclusive a terminologia associada são confusas. Por isso, o autor propõe a definição do termo com duas frases: “podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável”; “podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta”.

⁴⁹ O trabalho de reformulação do IDS no Brasil, de modo a tender as disposições da Agenda 21, está sob a responsabilidade do IBGE. Para conhecimento da estrutura do IDS que foi adotado no Brasil, ver: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Brasil 2004, Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Seguindo este conceito o autor Holinng (1978), *apud* Bellen (2006, p. 42), também define semelhantemente o termo ao afirmar que um indicador é “uma medida do comportamento do sistema em termos de atributos expressivos e perceptíveis”.

Um conceito diferente é proposto pela Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento⁵⁰ (OECD, 1993). Nele o indicador deve ser entendido não mais como uma medida, mas sim “como um parâmetro ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa” (BELLEN, 2006, p. 42).

Entretanto, esse autor pontua que o grupo de indicadores propostos pela OECD para o monitoramento do DS, mesmo sendo limitado em tamanho é capaz de cobrir uma vasta área de questões ambientais, “representando um grupo comum de indicadores dos países-membros, e adicionalmente incorpora indicadores derivados de alguns grupos setoriais e de sistema de contabilidade ambiental” (BELLEN, *id.* p. 63).

Armani (2004, p. 59) afirma que “indicadores são parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para operacionalizar conceitos”.

Propondo a seguinte definição ao conceituar o termo indicador:

Um instrumento de medição usado para indicar mudanças na realidade social que nos interessa. É uma “régua” ou um padrão que nos ajuda a medir, avaliar ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade relevante para os objetivos de um determinado projeto. Os indicadores fornecem evidências concretas do andamento das atividades, do alcance dos resultados e da realização dos Objetivos de um projeto (ARMANI, 2004, p. 58).

Difere também das abordagens anteriores a concepção de indicador apresentada por Gallopin (1996), *apud* Bellen (2006, p. 42), para ele o indicador é “uma variável que está relacionada hipoteticamente com outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada”. Acrescenta, ainda, que característica mais importante de um indicador - quando comparado com os outros tipos ou formas de informação – é a sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão. Afirma, que para um indicador “ser representativo este tem que ser considerado importante tanto pelos tomadores de decisão quanto pelo público”.

Desde a década de 1960 são utilizados indicadores sociais como ferramenta para avaliar a qualidade de vida da população brasileira, com o intuito de orientar a ação política

⁵⁰ *Organization for Economic Cooperation and Development*. “Os objetivos do trabalho da OECD são: rastreamento do processo ambiental (monitoramento do ambiente e de suas mudanças no tempo); integração entre preocupações ambientais e políticas públicas; integração entre preocupações ambientais e política econômica” (BELLEN, *id.* p. 64).

no país. Mas a partir da década de 1990 surgiram novos indicadores que “adicionaram as dimensões ambiental, cultural, e espacial aos tradicionais indicadores econômicos e sociais, aumentando a capacidade dos agentes públicos de aferirem a evolução do desenvolvimento” (LORENÇO, 2009, p. 3).

Meadows (1998), *apud* Bellen (*id.* p. 56), define dezesseis características necessárias para a construção de sistemas de indicadores adequados para o DS. Sendo estas características definidas no quadro da seguinte forma, apresentadas no quadro 10:

Quadro 10

Dezesseis características que devem compor um sistema de indicadores para DS:

1-devem ser claros nos valores, pois não devem existir incertezas nas direções que são propostas como corretas ou incorretas;
2-devem ser claramente entendíveis;
3- precisam ser relevantes para todos os atores sociais;
4 -devem conter informações suficientes para formulação de um quadro adequado da situação;
5 -devem ser capazes de impulsionar a política;
6 -devem ser mensuráveis dentro de um custo razoável;
7 -devem conter informações suficientes para formulação de um quadro adequado da situação;
8 -devem ser possíveis de serem compilados, sem a necessidade excessiva de tempo;
9 -devem estar situados dentro de uma escala apropriada, nem super nem subagregados;
10 -devem ser democráticas em relação ao acesso à situação e às informações resultantes da aplicação da ferramenta;
11- devem ser suplementares, incluir elementos que as pessoas não podem medir por si;
12- devem participar, no sentido de ser utilizar elementos que as pessoas, os atores, possam mensurar, além da compilação e divulgação dos resultados;
13-devem ser hierárquicos, para que os usuários possam descer na pirâmide de informação se desejarem, mas, ao meso tempo, transmitir a mensagem principal rapidamente;
14- devem ser físicos, uma vez que a sustentabilidade esta ligada em grande parte a problemas físicos;
15- devem fornecer informações que conduzam a ação;
16- devem ser provocativos levando à discussão, ao aprendizado e à mudança.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do autor Meadows 1998, *apud* Bellen 2006.

Em relação à construção do sistema de indicadores para desenvolvimento de um projeto, Armani (2004) também descreve as características necessárias: ter mais indicadores nos níveis de atividades e resultados e menos no nível de objetivo geral; conter um número de indicadores adequado, trazendo informações importantes, porém, não em excesso, de modo a facilitar a operacionalização da avaliação; fazer com que o processo de definição de indicadores seja o mais participativo possível, envolvendo todos os principais atores do projeto; promover e fomentar reflexões periódicas com os atores ao longo de todo o projeto;

explicitar os meios de verificação e coleta de dados, bem como seus responsáveis; buscar fazer uso de informações já existentes ou de simples produção, com o objetivo de otimizar o uso de recursos.

Entretanto, quanto à questão que envolve a classificação dos indicadores, a tipologia, “há vários sistemas classificatórios, de acordo com sua natureza e tipo”. Conhecer esta classificação é importante para auxiliar no momento de estabelecer “o critério de escolha no ciclo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação de ações, programas e projetos” (BRASIL, 2006, p. 11).

Os indicadores podem ser classificados em: indicadores quantitativos e qualitativos; indicadores simples e compostos; classificação temática; indicadores insumo, processo e resultado; indicadores para avaliação de eficiência, eficácia e efetividade (BRASIL, *id.*).

Nesse sentido, os indicadores quantitativos⁵¹ e qualitativos⁵² “referem-se às ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis ou pesquisas de campo”, “com relação a diferentes aspectos da realidade”. Os indicadores simples ou compostos são entendidos como “um critério de diferenciação obtido a partir da quantidade de informação usada para sua definição e de sua complexidade metodológica”. Sendo que os indicadores simples “são construídos a partir de uma estatística específica e referida a uma dimensão” sócio-ambiental elegida. Já os indicadores compostos, que também são definidos como indicadores sintéticos, “são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade (BRASIL, *ibid.* p. 11).

Por outro lado, a classificação temática dos indicadores é dividida segundo a área temática da realidade social a que se referem. Como por exemplo, os indicadores educacionais, indicadores de mercado de trabalho, indicadores habitacionais, IDH.

É importante ressaltar que no ciclo de formulação, execução, monitoramento e avaliações de ações propostas nos programas e projetos públicos os indicadores de insumo, processo e resultado são bastante relevantes, isso por que, são capazes de trazer “claramente uma diferenciação quanto à natureza operacional da medida” proposta para ser utilizada como referência (BRASIL, *ibid.* p. 12).

⁵¹ “As informações quantitativas são aquelas que podem ser expressas em números, dando uma visão objetiva a qualquer um que tenha acesso aos dados (MARINO, 2003, p. 54).

⁵² “Uma informação é qualitativa quando expressa valores e referências não objetivas, mas subjetivas as pessoas; são dados mensuráveis, porém não numéricos” (MARINO, *id.*).

Jannuzzi (2002, p. 60) ressalta construção assertiva de indicadores para avaliar à PP ocorre a partir da introdução de indicadores que possam: fazer a “avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores para avaliação da efetividade social do programa”.

Relembrando que, devido à necessidade de delimitação e aprofundamento do tema, a proposta desta dissertação estará focada na identificação dos indicadores quantitativos e qualitativos propostos no escopo dos projetos aprovados no CFDD, no exercício do ano de 2008. Os indicadores quantitativos estarão referindo-se às ocorrências concretas ou entes empíricos, da realidade apresentada no projeto, construídos a partir de estatísticas públicas ou pesquisa de campo. Os indicadores qualitativos corresponderam às medidas construídas pelos elaboradores do projeto para compor os resultados que são esperados após a implantação do projeto (resultados em geral há longo prazo).

Convém ressaltar que a construção de um sistema de informação para propiciar a construção de caminhos para o DS “não são necessários apenas indicadores para informar sobre a sustentabilidade do sistema, mas também indicadores de informações coerentes e adequados, dos quais os indicadores possam ser devirados” (MEADOWS, *id. apud BELLEN id. p. 57*).

A reflexão desses conceitos foi importante para a compreensão de que uma avaliação assertiva, pensando nos projetos encaminhados para o CFDD, precisam conter um sistema de indicadores, capazes de estabelecer ou revisar as metas (curto, médio e longo prazo) pertinentes a ação proposta no projeto e orientar seu processo de avaliação. Mas, por outro lado os sistemas de indicadores adequados devem seguir alguns preceitos que são discutidos nos próximos tópicos, a saber: a condição humana e a necessidade de escolher princípios que sirvam como orientação para avaliação sistemática e melhoria progressiva das ações voltadas para DS. Sendo os dez “Princípios de *Bellagio*” (IISD, 2000) o critério estabelecido para continuar a discussão desses preceitos.

Pontua-se que devido à necessidade de delimitação da pesquisa, foram compilados os indicadores quantitativos e qualitativos apresentados no escopo dos 12 projetos aprovados no CFDD. Mas, a compreensibilidade aprofundada dos elementos formativos e a lógica de construção destes indicadores quantitativos e qualitativos são imprescindíveis para orientar a tomada de decisão em relação ao investimento nas políticas ambientais voltadas para o DS. Sendo que um entendimento mais aprofundado do sistema de indicadores propostos nos projetos - aprovados pelo CFDD - voltados para área do meio ambiente poderá inclusive

contribuir para prevenção de justaposições de informações que não propiciam uma visão conjunta e uma maior participação da sociedade na co-gestão dos recursos destinados ao FDD.

A proposta desta dissertação é justamente a de focar a identificação dos indicadores quantitativos e qualitativos propostos no escopo dos projetos aprovados no CFDD, no exercício do ano de 2008. Os indicadores quantitativos estarão referindo-se às ocorrências concretas ou entes empíricos, da realidade apresentada no projeto, construídos a partir de estatísticas públicas ou pesquisa de campo. Os indicadores qualitativos corresponderam às medidas construídas pelos elaboradores do projeto para compor os resultados que são esperados após a implantação do projeto (resultados em geral há longo prazo).

3.2. - Os dez “Princípios de *Bellagio*” como ferramenta para orientação na melhoria dos processos de avaliação.

A base para o acompanhamento e formas de avaliação das ações voltadas para o DS foram implantadas a partir da Conferência de *Bellagio* na Itália. Apoiado pela Fundação Rockefeller o grupo de especialistas internacionais trabalhou a partir da revisão dos dados das diferentes iniciativas de avaliação de sustentabilidade conhecidas (VEIGA, 2009).

Desse encontro resultou os dez “Princípios de *Bellagio*” (IISD, 2000), um guia a ser utilizado para avaliação de um processo, desde a escolha de indicadores em projetos, a forma de sua interpretação, até a forma de comunicação de resultados que deve ser definida.

O autor Bellen (2006) esclarece que segundo os autores Hardi e Zdan, os dez “Princípios de *Bellagio*” estão inter-relacionados e deve seguir a forma de aplicabilidade em conjunto, o que resultará na melhoria dos processos de avaliação. No quadro 11 esta representada à composição desses dez princípios que foram desenvolvidos como uma ferramenta a ser utilizada na implementação de projetos e avaliação de iniciativas de desenvolvimento local, regional e global.

Quadro 11

Os dez “Princípios de Bellagio”

<p>1º - GUIA DE REVISÃO DE METAS</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Ser guiado por uma visão clara do que seja desenvolvimento sustentável e das metas que definam esta visão.</p>
<p>2º - PERSPECTIVA HOLÍSTICA</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Incluir uma revisão do sistema todo e de suas partes; Considerar o bem-estar dos subsistemas ecológico, social e econômico, seu estado atual, bem como sua direção e sua taxa de mudança, de seus componentes, e a interação entre as suas partes; Considerar as conseqüências positivas e negativas da atividade humana de um modo a refletir os custos e benefícios para o sistema ecológico e humano, em termos monetários e não monetários.</p>
<p>3º - ELEMENTOS ESSENCIAIS</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Considerar a equidade e a disparidade dentro da população atual e entre as gerações presentes e futuras, lidando com a utilização de recursos, superconsumo e pobreza, direitos humanos e acessos a serviços; Considerar as condições das quais a vida depende; Considerar o desenvolvimento em outros aspectos que não são oferecidos pelo mercado e contribuem para o bem-estar social e humano.</p>
<p>4º - ESCOPO ADEQUADO</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Adotar um horizonte de tempo suficientemente longo para abranger as escalas de tempo humana e dos ecossistemas atendendo as necessidades das futuras gerações, bem como da geração presente em termos de processo de tomada de decisão em curto prazo; Definir o espaço de estudos para abranger não apenas impactos locais, mas, também, impactos de longa distância sobre pessoas e ecossistemas; Construir um histórico das condições presentes e passadas para antecipar futuras condições.</p>
<p>5º - FOCO PRÁTICO</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Um sistema organizado que relacione as visões e metas dos indicadores e os critérios de avaliação; Um número limitado de questões-chave para análise; Um número limitado de indicadores ou combinações de indicadores para fornecer um sinal claro do progresso; Na padronização das medidas quando possível para permitir comparações; Na comparação dos valores dos indicadores com metas, valores de referencia, padrão mínimo e tendências.</p>
<p>6º - ABERTURA/TRANSPARENCIA (OPENNESS)</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Construir os dados e indicadores de modo que sejam acessíveis ao público; Tornar explicitados todos os julgamentos, suposições e incertezas nos dados e nas interpretações.</p>
<p>7º COMUNICAÇÃO EFETIVA</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Ser projetada para atender às necessidades do público e do grupo de usuários; Ser feita de uma forma que os indicadores e as ferramentas estimulem e engajem os tomadores de decisão; Procurar a simplicidade na estrutura do sistema e utilizar linguagem clara e simples.</p>
<p>8º- AMPLA PARTICIPAÇÃO</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Obter ampla representação do público: profissional, técnico e comunitário, incluindo participação de jovens, mulheres e indígenas para garantir o reconhecimento dos valores, que são diversos e dinâmicos; Garantir a participação dos tomadores de decisão para assegurar uma forte ligação na adoção de políticas e nos resultados da ação.</p>
<p>9º- AVALIAÇÃO CONSTANTE</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve: Desenvolver a capacidade de repetidas medidas para determinar tendências; Ser interativa, adaptativa e responsiva às mudanças, porque os sistemas são complexos e se alteram freqüentemente; Ajustar as metas, sistemas e indicadores com os <i>insights</i> decorrentes do processo; Promover o desenvolvimento do aprendizado coletivo e o <i>feedback</i> necessário para a tomada de decisão.</p>
<p>10º- CAPACIDADE INSTITUCIONAL</p> <p>A avaliação do processo rumo à sustentabilidade deve assegurada por: Delegação clara de responsabilidade e provimento de suporte constante no processo de tomada de decisão; Provimento de capacidade institucional para a coleta de dados, sua manutenção e documentação; Apoio ao desenvolvimento da capacidade local de avaliação.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos autores Hardi e Zdan, 1997, *apud* Bellen 2006.

Esses tópicos que fazem parte dos dez “Princípios de *Bellagio*” foram formulados de tal maneira que podem inclusive ser aplicados para realizar a implementação de projetos de avaliação de iniciativas de desenvolvimento, que abrange desde o nível comunitário alcançando as experiências internacionais e passando pelos diversos níveis intermediários. Um ponto importante a ser colocado é que esses dez princípios compostos por seus subitens lidam diretamente com os quatro aspectos principais que compõem o processo de avaliação de sustentabilidade (BELLEN, 2006).

Segundo o autor esses quatro aspectos são principais, por que apresentam a capacidade de transformar o diversificado e polêmico conceito de DS em uma ação prática coletiva, “pois envolvem os processos humanos e naturais que estão relacionados aos problemas ambientais, econômicos e sociais”. Esses aspectos principais são:

O princípio 1- refere-se ao ponto inicial de qualquer processo de avaliação [...] Os princípios 2 até 5 tratam do conteúdo de qualquer avaliação e da necessidade de fundir o sistema por inteiro (global) com o foco prático nas principais questões [...] Os princípios 6 até 8 lidam com a questão chave do processo de avaliação enquanto os princípios 9 e 10 se referem à necessidade de estabelecer uma capacidade contínua de avaliação (BELLEN, *id.* p. 76).

Por último, faz se necessário entender que existe uma questão indispensável para transpor a condição do estado de conceito para um estado prático de DS, que é a condição de compreender e apreender os processos humanos e naturais focando em três pontos que estabelecem o processo de avaliação ou mensuração, que são (BELLEN, *ibid.* p. 76):

1. “as atividades que criam problemas nos ecossistemas locais e no ambiente global, na economia local e nacional, e nas comunidades e indivíduos”;
2. “as mudanças resultantes no ecossistema, na economia e na sociedade e indivíduos em curto e em longo prazo, reversíveis e não reversíveis”.
3. “as respostas do sistema político, sua expansão e seu impacto”.

Neste contexto, o grande desafio está contido na capacidade de formular instrumentos capazes de agregar um número tão variado e diversificado de unidades de mensuração. A solução para transpor este desafio é elaborar uma definição para o modelo conceitual (sistema) contido no projeto de avaliação, “com o objetivo de determinar e clarificar o que vai ser medido e o que se espera da medida. O sistema é a referencia mais direta ao conceito subjacente de desenvolvimento sustentável que define o processo de avaliação” (BELLEN, *op. cit.* p. 6).

Por isso, que o sistema que compõem os IDS no Brasil, deve ser valorizado, “mas, sobretudo como matéria prima (base de dados) para elaboração de indicadores com algum nível de agregação ou de síntese” (VEIGA, 2009B, p. 442).

Ainda segundo, segundo Bellen (*op.cit. id.*), os sistemas apresentam dois tipos de classificação. A primeira é “pelos caminhos e meios pelos quais eles identificam as dimensões mensuráveis e selecionam e agrupam as questões mensuráveis”. A segunda “pelos conceitos que são utilizados para justificar os procedimentos de identificação e seleção dos indicadores”.

A utilização de um modelo conceitual organizado para caracterização do processo de avaliação estabelece uma escolha dos indicadores, mas também tem grande utilidade para “realçar indicadores, que mesmo não refletindo as prioridades atuais, podem ter grande importância no futuro”. Onde inclusive a falta de indicadores constitui um importante elemento de análise, por que “reconhece o que não esta sendo enfatizado é tão importante quanto o que está” (BELLEN, *op. cit.* p. 6).

Nesta perspectiva, quanto ao grupo tipológico, sabe-se que existem vários sistemas classificatórios, conforme já discutidos, mas para aprofundamento da pesquisa foi selecionado um grupo composto por dois critérios: indicadores quantitativos e qualitativos.

Com base nesta discussão faz-se necessário definir uma organização teórica para caracterização do critério para identificar e analisar os indicadores que compõe os projetos aprovados no exercício de 2008 pelo CFDD. Assim, o critério definido tem como base os quatro aspectos principais dos dez “Princípios de *Bellagio*” (IIDS, 2000) que foram apresentados pelo autor Bellen (2006). A justificativa do critério escolhido é a capacidade desses quatro aspectos em transformar o diversificado e polêmico conceito de DS em uma ação prática coletiva.

Entretanto, esta pesquisa estará focada em um desses aspectos, que é sem dúvida o ponto mais importante para caracterização dos quatro aspectos, a saber, o “foco prático”. Com o objetivo de esclarecer se existe ou não, no escopo dos 12 projetos, um conjunto explícito de categorias que liguem perspectivas e metas aos indicadores.

Portanto, no capítulo 4 a análise da proposta contida no escopo dos 12 projetos será focada no quinto critério dos “Princípios de *Bellagio*” por meio da seleção de quatro grupos comparativos: tipologia dos indicadores, classificação temática e ferramentas de implantação das atividades propostas no plano de trabalho.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO ESCOPO DOS PROJETOS APROVADOS NO CFDD.

“O fato de darmos nome a algo não significa que podemos entendê-lo. O fato de entender não significa que podemos atribuir um nome. O que não se vê, não se pode escrever. O que não se pode escrever, não se pode interpretar. Mas, o fato de se descrever algo não significa que se possa interpretá-lo” (Halcolm, apud. Marino, 2003).

Os doze projetos que foram aprovados no CFDD, no exercício de 2008, foram listados em doze quadros, para apresentação descritiva dos dados de identificação; por numeração e apresentados por ordem alfabética dos respectivos títulos. Para cada projeto foi criado um quadro para facilitar na análise dos objetivos específicos e os indicadores propostos.

Para análise espacial em relação à distribuição dos recursos do FDD por meio dos projetos beneficiados e a distribuição dos recursos do FDD foram elaboradas figuras e obtidos dados remotos. A partir da espacialização desses indicadores quantitativos foi possível gerar, com auxílio de um mapa-base⁵³, quatro figuras, com dados da espacialização dos 12 projetos nos estados e municípios brasileiros e 13 figuras com dados remotos. Os dados pesquisados foram introduzidos em um mapa- base, obtido da malha⁵⁴ de setor censitário rural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 2003 (Volume 5-formato SHAPE: projeção geográfica).

A figura 2 apresenta a distribuição espacial dos projetos aprovados no CFDD observando a UF e o município que foram beneficiados por meio dos 12 projetos no exercício de 2008.

⁵³ Para se elaborar um mapa temático é necessário primeiramente escolher um documento cartográfico (mapa-base, mapa-mudo, carta-base) “que contenha informações concernentes à superfície do terreno que está sendo estudado” sobre o qual serão lançadas as informações temáticas (SANTOS, 1989, p. 30).

⁵⁴ A malha retrata a situação em 2000 da divisão político-administrativa do Brasil, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas das grandes regiões, estados, mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, sub-distritos, e setores censitários rurais.



Figura 2- Mapa do Brasil com a localização espacial da UF e os municípios que tiveram projetos aprovados no CFDD no exercício de 2008.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos escopos dos projetos e projeção geográfica mapa-base do volume 5-formato SHAPE do IBGE, 2003.

Quanto à distribuição dos projetos aprovados por macrorregião, observa-se, na figura 2, que ocorreu no exercício de 2008 uma maior concentração dos recursos do FDD na região Nordeste. Nessa região foram aprovados pelo CFDD e financiados com recursos do FDD seis projetos, beneficiando treze municípios no total de cinco estados: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. As macrorregiões Norte, Centro-Oeste e Sul, foram beneficiadas com a aprovação de somente um projeto por região e a região Sudeste com o total de dois projetos.

Portanto, os doze projetos aprovados no CFDD no exercício de 2008 beneficiaram 10 estados. O Estado do Ceará foi beneficiado com a aprovação de dois projetos, contemplando os municípios de Juazeiro do Norte e Quixadá. Entretanto, o estado Pernambuco teve um projeto aprovado, mas esse único projeto beneficiou um maior número de municípios em comparação com a área de abrangência dos outros projetos aprovados, a saber, seis municípios pernambucanos: Barra de Guabiraba, Bonito, Bezerras, Sairé, São Joaquim do Monte e Camocim de São Felix.

Na figura 3, esta representada a distribuição desses projetos por UF especificando o valor total (recursos do FDD e contrapartida⁵⁵) que foi disponibilizado para aplicação nos doze projetos socioambientais em 10 estados brasileiros.



Figura 3- Mapa do Brasil, distribuição espacial os recursos do FDD por UF e os municípios brasileiros que receberam foram beneficiados no exercício de 2008.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos escopos dos projetos e projeção geográfica mapa- base do volume 5-formato SHAPE do IBGE, 2003.

⁵⁵ Contrapartida refere-se, neste contexto, ao valor disponibilizado, somente em recursos financeiros, para execução do projeto pela parte que propõem e é a interessada e executora do projeto. A contrapartida das Cartas-Consulta/Projetos respeita os seguintes limites mínimos e máximos: Municípios: a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) do valor global do projeto para municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) do valor global do projeto para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; c) 8% (oito por cento) e 40% (quarenta por cento) do valor global do projeto para os demais Estados e do Distrito Federal: a) 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor global do projeto para aqueles localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; b) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) do valor global do projeto os demais órgão; Federal 0% e entidades civis sem fins lucrativos (zero por cento). Resolução nº 20, de 28 de fevereiro de 2008. A contrapartida das Cartas-Consulta/Projetos deverá respeitar os limites mínimo e máximo, de acordo com o arts. 40 e 43 da Lei 11.514, de 13 de agosto de 2007.

Outro ponto a ser analisado, figura 3, é a distribuição dos recursos financeiros do FDD em conjunto com o valor da contra-partida dos proponentes, por meio dos 12 projetos pesquisados, por macrorregião, observa-se que ocorreu no exercício de 2008 também uma maior concentração dos recursos na região Nordeste, com o total de investimento no valor total de R\$ 924.882,57 (novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Nessa região, onde se predomina o bioma Cerrado e bioma Caatinga, foram aprovados pelo CFDD e financiados com recursos do FDD seis projetos, beneficiando treze municípios. Os cinco estados do nordeste contemplados foram: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. As macrorregiões Norte (bioma Amazônia), Centro-Oeste (bioma Cerrado) e Sul (bioma Pampa), foram beneficiadas com somente um projeto aprovado por região; e a região Sudeste com o total de dois projetos. Importante lembrar que no exercício de 2008 foram aprovados 16 projetos, dos quais foram 12 doze os escopos analisados nessa pesquisa.

Ao concluir esta análise por macrorregião adquiriu-se uma base de dados para discutir as propostas apresentadas também por microrregião. Observa-se inclusive uma diferença significativa de aplicação espacial dos recursos do FDD nas microrregiões. O estado do Rio de Janeiro recebeu o menor valor de investimento em comparação com os outros nove estados, sendo beneficiado com o valor total de R\$ 28.994,29 (vinte e oito mil reais novecentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos) e o estado de Goiás recebeu o maior valor financeiro em relação aos outros nove estados, o montante foi R\$ 274.629,23 (duzentos e setenta e quatro reais e seiscentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos).

A partir destes dados levantados o objetivo principal, conforme já mencionado, é analisar os dados do escopo correlacionando-os com o quinto critério dos “Princípios de *Bellagio*” por meio da seleção de quatro grupos comparativos: tipologia dos indicadores, classificação temática e ferramentas de implantação das atividades propostas no plano de trabalho. Para realizar essa análise será apresentado um quadro comparativo para cada um dos 12 projetos pesquisados.

O primeiro projeto, localizado no estado do Rio de Janeiro, é referente ao convênio nº014/08. O proponente: Instituto Zoobotânico de Morro Azul (IZMA), nº processo: 8012.005467/2007-01. O objetivo geral da proposta apresentada é desenvolver o projeto denominado “A importância da Serra do Pau-Ferro para a Manutenção das Populações de *Propyrrhura maracanã* (Psittacidae-Psitaciformes)”, visando realizar o levantamento das

populações de *Propyrrhura maracanã*, com o objetivo de criar mecanismos de conservação para a Serra do Pau-Ferro, fragmento da floresta Atlântica, apresentada na figura 4.



Figura 4 - Imagem da região do município Engenheiro Paulo Frontin, estado do Rio de Janeiro, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 1 . Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 1 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD para execução desse projeto foi R\$ 28.122,50 (vinte e oito mil cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos). O valor da contrapartida foi estipulada em R\$ 871,79 (oitocentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos). O valor total para execução desse projeto foi R\$ 28.994,24 (vinte e oito mil reais novecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos). O quadro 12 contém de forma esquematizada os oito objetivos específicos que foram propostos no escopo do projeto e os indicadores descritos que puderam ser classificados. Não foi explicitado no plano de trabalho desse projeto indicador quantitativo e qualitativo para cada um dos oito objetivos específicos.

Quadro 12
Projeto nº 1 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar avaliação ambiental da área estudada de acordo com metodologia específica e estudo da bionomia das espécies florestais envolvidas.	julho de 2008 a abril de 2009.	Área de estudo; estrada RJ 121 e por continuidade a RJ 127 com um eixo central ao longo do qual se distribui as áreas do Morro Azul, Sacra Família, Graminha e Lago Azul; Médio prazo: Beneficiários diretos 500 pessoas e beneficiários indiretos 1.000 pessoas; Longo prazo: Beneficiários diretos e indiretos 20.000 habitantes.	Qualificação e capacitação de pessoas nas áreas de produção agroflorestal, arte e artesanato natural que objetiva geração de renda para a comunidade através da oferta de mão de obra para serviços e empreendimentos; Conscientização e informação dos proprietários de áreas que tem potencial para serem reservas do patrimônio natural para a recuperação de áreas degradadas, conservação da fauna e flora e uso sustentável dos recursos naturais; Utilização da mão de obra capacitada pelo projeto pelos proprietários de áreas particulares; Estímulo à produção de pesquisa científica no ensino superior (graduação e pós-graduação) para a questão do estudo e conservação da biodiversidade de Mata Atlântica na região.
Objetivo específico 2	Realizar levantamento das populações de <i>Propyrrhura maracana</i> e estudo da bionomia de <i>Propyrrhura maracanã</i> .			
Objetivo específico 3	Realizar palestras nas universidades (USS, UFRJ) e no Instituto de Tecnologia (Faetec) de Paracambi.			
Objetivo específico 4	Realizar publicação do trabalho em Congressos ou eventos ou revista indexada.			
Objetivo específico 5	Realizar divulgação do projeto no município através de palestras nos centros comunitários, associações, empresas hotéis com distribuição de folders.			
Objetivo específico 6	Realizar atividade de educação ambiental e arte para alunos de ensino fundamental através de cartilha educacional			
Objetivo específico 7	Cursos de capacitação e qualificação para comunidade.			
Objetivo específico 8	Criar um banco de dados em software de acompanhamento de trabalhos de campo com as informações mais relevantes encontradas nas expedições ao fragmento.			

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O segundo projeto, localizado no estado do Rio Grande do Sul, figura 5, é referente ao convênio nº 001/08. O proponente: Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental- NEMA, nº processo: 08012.004898/2007-42. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado “Área de Preservação Ambiental (APA) da Lagoa Verde: Educação Ambiental e Recuperação da Mata Ciliar”, visando realizar atividades de educação ambiental com a comunidade do entorno da APA da Lagoa Verde, a fim de elaborar uma agenda ambiental e recuperar a mata ciliar de arroios ligados a área.

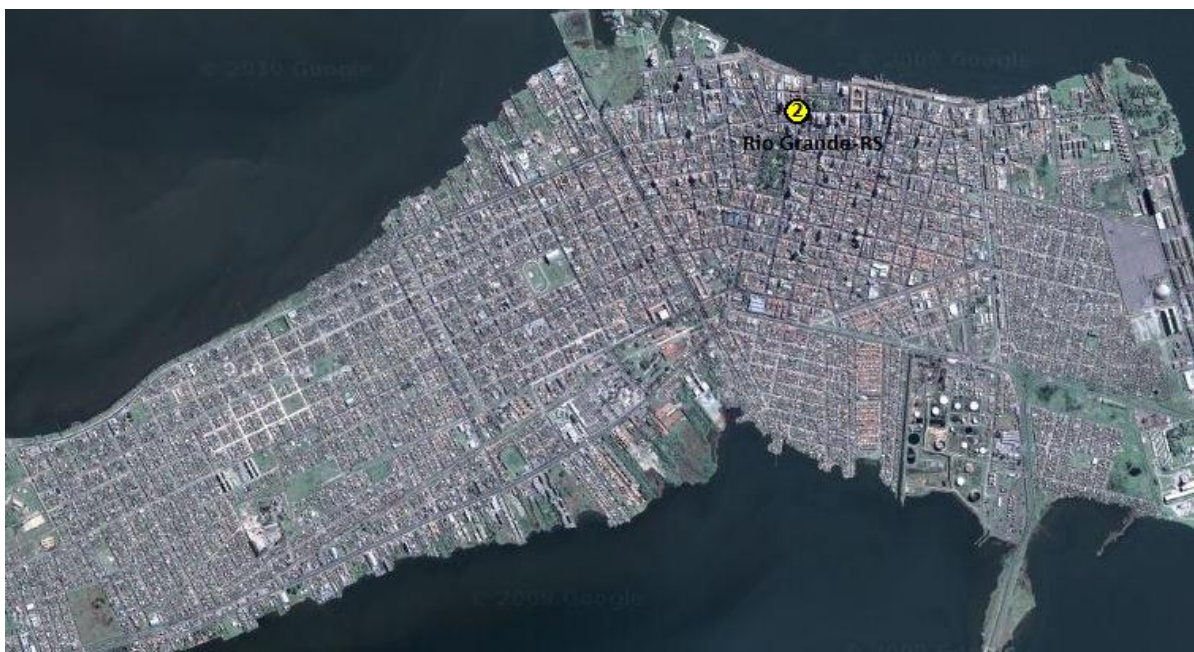


Figura 5 - Imagem da região do município em torno da APA da Lagoa Verde, estado do Rio Grande do Sul, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 2. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 2 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 74.380,00 (setenta e quatro mil trezentos e oitenta reais). O valor da contrapartida é R\$3.020,00 (três mil e vinte reais). Sendo o valor total do projeto R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais). O quadro 13 apresenta os seis objetivos específicos do projeto em ações com seus resultados esperados. Não foi explicitado no plano de trabalho desse projeto indicador quantitativo e qualitativo para cada um dos seis objetivos específicos, apesar dos onze grupos de indicadores quantitativos e os seis grupos de indicadores quantitativos.

Quadro 13
Projeto nº 2 - Objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Sensibilizar e mobilizar a comunidade riograndina para importância de conservação da APA da Lagoa Verde.	Maio/2008 a abril de 2009	-Plantio de 2.000 mudas das espécies nativas;	-Estimulo e sensibilização dos professores, colaborando para formação e informação dos mesmos e ainda para o seu envolvimento e participação nas atividades e objetivos do projeto;
Objetivo específico 2	Recuperar a mata ciliar dos Arroios Senandes, Vieira e Bolaxa.		-Área de 2.000 m ² ;	-Reconhecimento da área como APA valorizado a biodiversidade local potencializando discussões acerca das diretrizes a serem seguidas no Plano de Gestão da APA;
Objetivo específico 3	Promover atividades de educação ambiental com a comunidade escolar do entorno da APA para identificação das potencialidades e conflitos locais e para importância ambiental da APA.		-5 reuniões com o grupo de trabalho para avaliação da pesquisa;	-Catalisar os interesses de valorização e recuperação das identidades naturais e culturais locais;
Objetivo específico 4	Elaborar uma Agenda Ambiental com a comunidade escolar identificando potencialidades e prioridades na área da APA.		-6 acessórias de pesquisa - diagnóstico;	-Envolvimento comunitário oportunizado pelo projeto e a elaboração da Agenda Ambiental;
Objetivo específico 5	Realizar um evento que integre a comunidade escolar e a comunidade riograndina a fim de distribuir livreto informativo-educativo.		-1 curso de educação ambiental com 5 encontros e uma carga horária de 4 h/a para 20 professores;	-Recuperação das áreas de conservação da APA da Lagoa Verde;
Objetivo específico 6	Divulgar a Agenda Ambiental e valorizar o ecossistema local, as características ecológicas da APA DA Lagoa Verde e seu entorno para a comunidade riograndina.		-30 atividades de educação ambiental com 4 horas de duração para cada atividade com a participação total de 350 estudantes, sendo distribuídas em: 6 oficinas; 6 dinâmicas, 6 saídas de campo, 6 oficinas de diretrizes, 6 oficinas de pesquisa;	-Participação de caráter político pelas comunidades escolares as quais serão responsáveis pela discussão da versão previa da Agenda Ambiental.
			-Produção de 10 cartazes em cada atividade, totalizando 60 cartazes;	
			-3 escolas municipais da região que fica entorno da APA da Lagoa Verde;	
			-3 mini-fóruns;	
			-Distribuição de 1.500 livretos;	
			-1 evento final;	
			-Distribuição de 105 cartazes e 500 convites p/ evento final.	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O terceiro projeto está localizado no estado do Ceará, figura 6. O Proponente: Instituto Convivência com o Semi-árido Brasileiro. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Ampliação e Monitoramento de Mata Ciliar na Micro Bacia do rio Sitiá", visando monitoramento e ampliação de áreas de reflorestamento de mata ciliar na micro bacia do rio Sitiá, no município de Queixada –CE, pela aquisição de mudas nativas da caatinga junto a pequenos agricultores rurais da região e pela mobilização de escolas públicas do entorno para realização de aulas de educação ambiental e monitoramento dos parâmetros de desenvolvimento das espécies semeadas e da fauna própria da região.

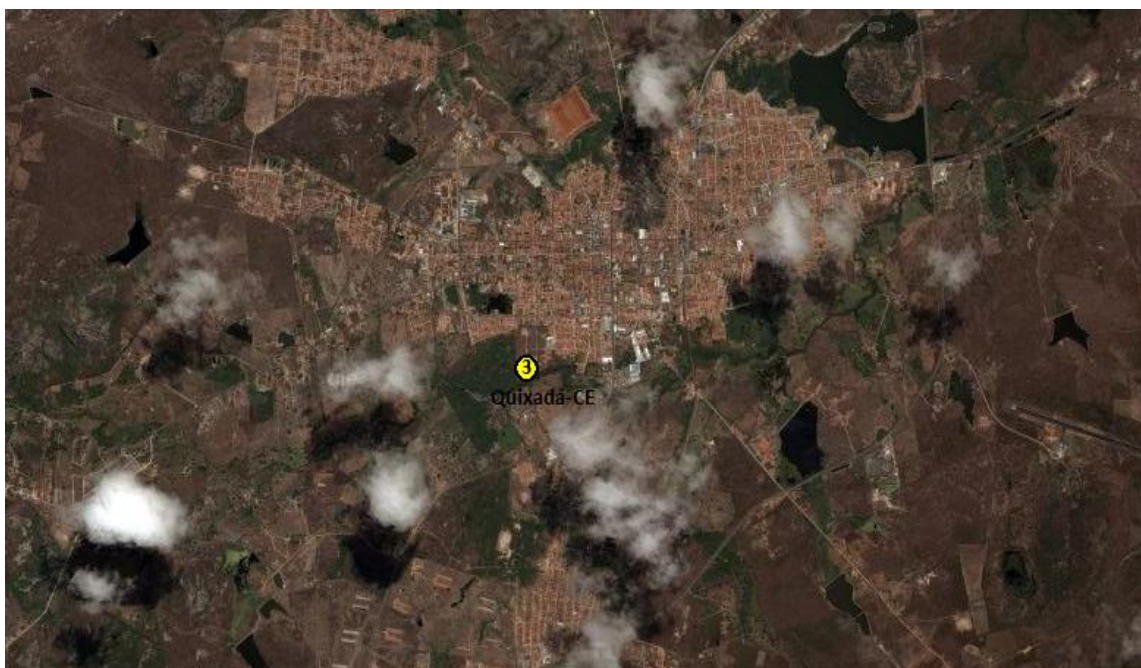


Figura 6 - Imagem da região do município de Queixadá, estado do Ceará, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 3. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 3 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 80.608,80 (oitenta mil seiscentos e oito reais e oitenta centavos). O valor da contrapartida é R\$ 2.415,05 (dois mil quatrocentos e quinze reais e cinco centavos). Sendo o valor total do projeto R\$ 83.023,85 (oitenta e três mil vinte reais e oitenta centavos). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos sete objetivos específicos propostos, quadro 14.

Quadro 14
Projeto nº 3 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar roçada manual do terreno para plantio das mudas de espécie nativa.	Agosto/ 2008 a julho 2009	Não consta no escopo	Controle da erosão
Objetivo específico 2	Realizar a escolha das espécies através do levantamento florístico em áreas de vegetação semelhante a que existia anteriormente na área.		20.000 mudas	Visualização das espécies existentes nesse tipo de formação
Objetivo específico 3	Realizar a distribuição do campo para abertura de covas destinadas ao plantio das mudas de espécie nativa.		Não consta no escopo	Distribuição das mudas no modelo de linhas (uma linha pioneira e outras não pioneiras (secundárias e climáticas) para facilitando a operação de plantio.
Objetivo específico 4	Realizar o plantio das mudas de espécie nativa.		20.000 mudas;	Garantia da sincronia entre os eventos pluviométricos e sua distribuição espacial no plantio
Objetivo específico 5	Realizar o cuidado pós-plantio.		Não consta no escopo	Controle de formigas e manter a roçagem do mato para evitar o sufocamento das mudas e formação da cobertura morta de coroamento.
Objetivo específico 6	Realizar capacitação teórica e prática de pequenos agricultores rurais em técnicas agroflorestais.		10 agricultores; Curso com 16 horas/aula.	Melhoria da qualidade das mudas a serem ofertadas para o projeto.
Objetivo específico 7	Realizar capacitação teórica e prática de alunos de escolas públicas da região.		20 alunos; 40 horas/ aula; 100 alunos; 1 vídeo;15 reuniões conselho pedagógico das escolas;1 herbário.	Formação de alunos multiplicadores, capazes de acompanhar grupos maiores de alunos durante o plantio das mudas aumentando o envolvimento das escolas no desenvolvimento do projeto

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O quarto projeto localizado no Estado do Ceará, figura 7, é referente ao processo nº. processo: 08012.005973/2007-92. O proponente: Instituto de Ecocidadania Juriti. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Campanha Me Dê Seu lixo", visando desenvolvimento de campanha educativa de coleta seletiva na Colina do Horto em Juazeiro do Norte/ CE que recebe anualmente muitos Romeiros, devotos do Padre Cícero, no sentido de minimizar o impacto ambiental causados pela ausência de gerenciamento adequado dos

resíduos produzidos no período das Romarias, aumentar a renda dos catadores e realizar programa de alfabetização ecológica junto aos comerciantes, religiosos, Romeiros e população em geral, que freqüentam o entorno da estatua do Padre Cícero, O Santo Sepulcro e o bairro do Horto, através de uma agenda de alfabetização ecológica, com realização de cursos, oficinas, publicação de cartilha, campanha publicitária e realização de blitz educativas.

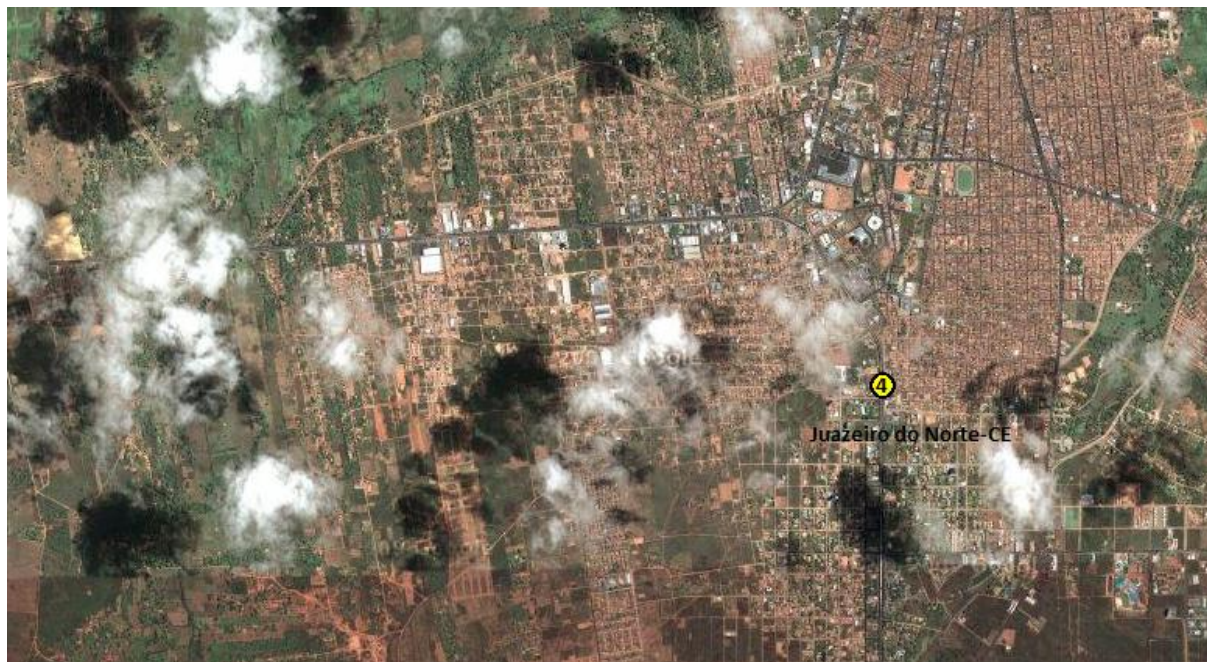


Figura 7 - Imagem da região do município Juazeiro do Norte, estado do Ceará, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 4 . Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 4 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 127.252,40 (cento e vinte sete mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). O valor da contrapartida é R\$ 8.162,00 (oito mil cento e sessenta e dois reais). Sendo o valor total do projeto R\$ 135.404,40 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos para cada um dos seis objetivos específicos propostos. Entretanto, quanto aos indicadores qualitativos são propostos somente para dois dos seis objetivos específicos, quadro 15.

Quadro 15
Projeto nº 4 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Desenvolver uma campanha Educativa de coleta seletiva na Colina do Horto em Juazeiro do Norte/CE.	Meses de fevereiro, setembro e novembro.	249 mil habitantes beneficiados diretamente; Dois milhões de romeiros beneficiados indiretamente; 1 cartilha .	-Mitigar o impacto ambiental causados pela ausência de gerenciamento adequado de resíduos produzidos no período das romarias;
Objetivo específico 2	Realizar programa de alfabetização ecológica junto aos comerciantes, religiosos, romeiros e população em geral, que frequenta o entorno: da estatua Padre Cícero, o Santo Sepulcro e o bairro do Horto.	Agosto/ 2008 a julho de 2009	6 out doors; 372 chamadas longas a serem veiculadas: na TV educativa local e em circuitos alternativos de vídeo localizados na Praça Padre Cícero.	-Mobilizar crianças e adolescentes para desenvolver junto aos romeiros um trabalho de conscientização da Campanha Nacional de Limpeza Urbana; -Aumentar a renda dos catadores;
Objetivo específico 3	Criar depósitos com símbolos diferentes para coleta de: latas, papel, plástico, vidro e restos de comida.	Agosto/ 2008 a julho de 2009	20 kits de coleta seletiva.	-Organização da comunidade no sentido de que possam cobrar políticas públicas para que seja implantado um sistema de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos do Horto.
Objetivo específico 4	Realizar curso de formação de agentes de ecocidadania, voltado para jovens que estão cursando o ensino médio.	10 meses	30 educandos beneficiados; Carga horária: 800 horas; Vivencia pratica do curso carga horária 180 horas.	
Objetivo específico 5	Realizar blits.	Setembro/ 2008 a fevereiro de 2009	Não consta no escopo.	Sensibilização sobre a coleta seletiva e sobre a necessidade de colocar lixo em locais adequados.
Objetivo específico 6	Criação de um núcleo de papel reciclado do Horto.	Agosto/ 2008 a julho de 2009	30 participantes; Reaproveitamento de 100% dos resíduos coletados durante as romarias.	Monitoramento dos resíduos; Doação de resíduos a Associação dos Catadores de Resíduos do Juazeiro do Norte.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O quinto projeto, localizado no Estado de Minas Gerais, figura 8, é referente n.º processo: 08012006720/2007-36. O proponente: Prefeitura Municipal da Chapada Gaucha. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Coleta Seletiva Solidaria", visando diminuir o impacto ambiental gerado pela produção desordenada de resíduos sólidos urbanos, oferecendo melhor qualidade de vida à população chapadense por meio da realização de eventos educativos.



Figura 8 - Imagem da região do município da Chapada Gaúcha, estado de Minas Gerais, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 5 . Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 5 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 45.380,00 (quarenta e cinco mil trezentos e oitenta reais). O valor da contrapartida é R\$ 1.400,00 (um mil quatrocentos reais). Sendo o valor total do projeto R\$ 46.780,00 (quarenta e seis mil setecentos e oitenta reais). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos quatro objetivos específicos propostos, quadro 16.

Quadro 16
Projeto nº 5 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar eventos educativos para melhoria da qualidade de vida da população chapadense	11 meses	2.300 beneficiados diretos; 7.966 beneficiados indiretos. Confecção de 500 camisetas e 500 bonés para os agentes envolvidos nos eventos.	Diminuição do impacto ambiental gerado pela produção desordenada de resíduos urbanos.
Objetivo específico 2	Realizar Campanhas educativas.	Fevereiro de 2008	4 campanhas/ Beneficiados diretos: 40 domésticas, 300 alunos e professores do ensino fundamental e médio, 50 produtores rurais e 50 funcionários de repartições públicas.	Melhoria da qualidade de vida da população chapadense.
Objetivo específico 3	Realizar curso de capacitação de materiais recicláveis.	15 e 16 de janeiro/2008	Beneficiados 25 catadores de materiais recicláveis; Carga horária 16 hora/ aula. Selecionar deste grupo 5 protagonistas p/ campanha.	Disseminação das informações, perfeição da execução desse tipo de trabalho, em consonância com a melhoria da qualidade de vida de todos.
Objetivo específico 4	Realizar curso de confecção de sacolas co material reciclável.	26 a 28 de dezembro/ 2007	Beneficiados diretamente: 25 jovens do projeto "Futuro resgatando valores"; 30 jovens do programa "agente jovem"; 30 bordadeiras de Serra das Araras; 25 voluntários UNIMONTES/UNIUBE.	Diminuir a produção de lixo (sacolas plásticas advindas de compras avulsas).

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O sexto projeto, localizado no Estado de Pernambuco, figura 9, é referente ao convenio nº 023/08. O proponente: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco- FETRAF, nº processo: 08012.007081/2007-31. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Educação Ambiental para Agricultores Familiares e Técnicos Extensionistas nos Municípios de Barra de Guabiraba, Bonito, Bezerros, Sairé, São Joaquim do Monte e Camocim de São Félix", visando contribuir com a diminuição dos impactos negativos ao meio ambiente e saúde do homem do campo da região pernambucana, Agreste Central, por meio de ações sócio-educativas com agricultores familiares e técnicos extensionistas.



Figura 9 - Imagem da macrorregião do estado de Pernambuco onde estão localizados os municípios de Barra da Guabiraba, Bonito, Bezerros, Sairé, São Joaquim do Monte e Camocim de São Félix, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 6. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 6 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 249.809,00 (duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e nove reais). O valor da contrapartida é R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Sendo o valor total do projeto R\$ 257.309,00 (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e nove reais). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos três objetivos específicos propostos, quadro 17.

Quadro 17
Projeto nº 6 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar curso para capacitar agricultores técnicos extensionistas para atuarem como agentes multiplicadores de informação em educação ambiental.	Outubro/2008 a setembro/2009.	1 curso; Formar 20 técnicos extensionistas;	Atuação de agentes multiplicadores junto aos agricultores familiares.
Objetivo específico 2	Realizar curso para capacitar agricultores familiares em educação ambiental.		1 curso; Formar 500 agricultores familiares	Sensibilizar os agricultores familiares para o manuseio e descarte adequado de agrotóxicos, bem como tecnologias e insumos alternativos.
Objetivo específico 3	Realizar campanha informativa sobre a educação ambiental e manuseio de agrotóxicos para comunidades rurais por meio de panfletos, cartazes e spot para veiculação em rádio e carros de som.		1 campanha; 1.200 cartazes e panfletos; 1 spots e 30 anúncios de rádio.	Contribuir com a diminuição dos impactos negativos ao meio ambiente e a saúde do homem do campo da região pernambucana.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O sétimo projeto, localizado no estado do Amapá, figura 10, tem como proponente a Governo do Estado. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental para consumo sustentável", visando discutir e promover a Educação Ambiental, através da formação de multiplicadores na comunidade escolar e local. Este projeto favorece a busca de soluções no âmbito pessoal e coletivo e contribui com o consumo sustentável e o manejo adequado dos resíduos naturais, sensibilizando a população sobre a importância de deduzir, reutilizar e reciclar os resíduos sólidos que causam fortes danos ao meio ambiente, bem como sua coleta e destinação final. Ele, principalmente, minimiza os impactos ambientais, sociais e econômicos, além de contribuir para a erradicação da fome e da miséria, gerando ocupação e renda.



Figura 10 - Imagem da região do município de Macapá, estado do Amapá, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 7 . Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 7 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 69.529,00 (sessenta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais). O valor da contrapartida é R\$ 20.445,00 (vinte mil quatrocentos e quarenta e cinco reais), sendo o valor total do projeto R\$ 89.974,00 (oitenta e nove mil novecentos e setenta e quatro reais), para beneficiar dois municípios: Macapá e Laranjal do Jarí. O plano de trabalho desse projeto não explicita indicadores qualitativos para cada um dos seis objetivos específicos propostos. Entretanto, para três dos objetivos específicos são elaborados indicadores qualitativos, quadro 18.

Quadro 18
Projeto nº 7 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental para docentes, alunos e a comunidade local.	Dezembro de 2007 a setembro de 2009.	10 cursos; 500 beneficiários diretos; 5.000 a 10.000 beneficiários indiretos	-Reconhecimento do conjunto dos problemas que se procura interpretar e aos quais se pretende encontrar soluções; -Compreender a importância de praticas e iniciativas de utilização sustentável dos recursos naturais; -Buscar soluções de âmbito pessoal e comunitário para contribuir com um consumo sustentável e o manejo do lixo; -Compreender as conseqüências dos contaminantes sobre a saúde; -Compreender a relação entre manejo do lixo, a saúde e a qualidade de vida; -Despertar a compreensão de que o consumo sem limites exerce demasiada pressão sobre os recursos naturais, provocando o acúmulo de resíduos e conseqüentemente a poluição; -Disseminar a cultura da responsabilidade ambiental; -Oferecer novas oportunidades de garantia de renda.
Objetivo específico 2	Realizar oficinas de reciclagem e cartonagem de papel.		06 oficinas; 300 beneficiários diretos;	
Objetivo específico 3	Realizar oficinas de reutilização de latas e garrafas descartáveis.		06 oficinas; 300 beneficiários diretos;	
Objetivo específico 4	Realizar campanhas educativas com temáticas: Consumo sustentável, Resíduos sólidos, Recursos hídricos, Acondicionamento do lixo domestico e Arborização.		Não consta no projeto	
Objetivo específico 5	Elaborar cartilha com o conteúdo pedagógico voltado para o tema: Consciência Ambiental e Consumo Sustentável.		Não consta no projeto	
Objetivo específico 6	Realizar feiras de artesanato reciclado	Meses de Junho e Novembro de 2009	02 feiras; 2.000 a 3.000 participantes	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O oitavo projeto, localizado no Estado da Bahia, figura 11, é referente ao convênio nº 009/08. O proponente: Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, nº processo: 08012.005803/2007-16. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado “Modernização do Laboratório de Cultura de Tecidos de Plantas e do Viveiro de Mudas da Universidade do Estado da Bahia para Propagação de Espécies Frutíferas e Nativas, no Semi-Árido Brasileiro”, visando proceder à limpeza clonal de espécies frutíferas, por meio de técnicas de cultura de tecidos de plantas, para suprir demandas de pequenos fruticultores instalados no Vale do Submédio São Francisco, bem como produzir mudas de espécies nativas, destinadas à revitalização de áreas degradadas às margens do Rio São Francisco, são três os municípios beneficiados: Sobradinho, Juazeiro e Curaça.

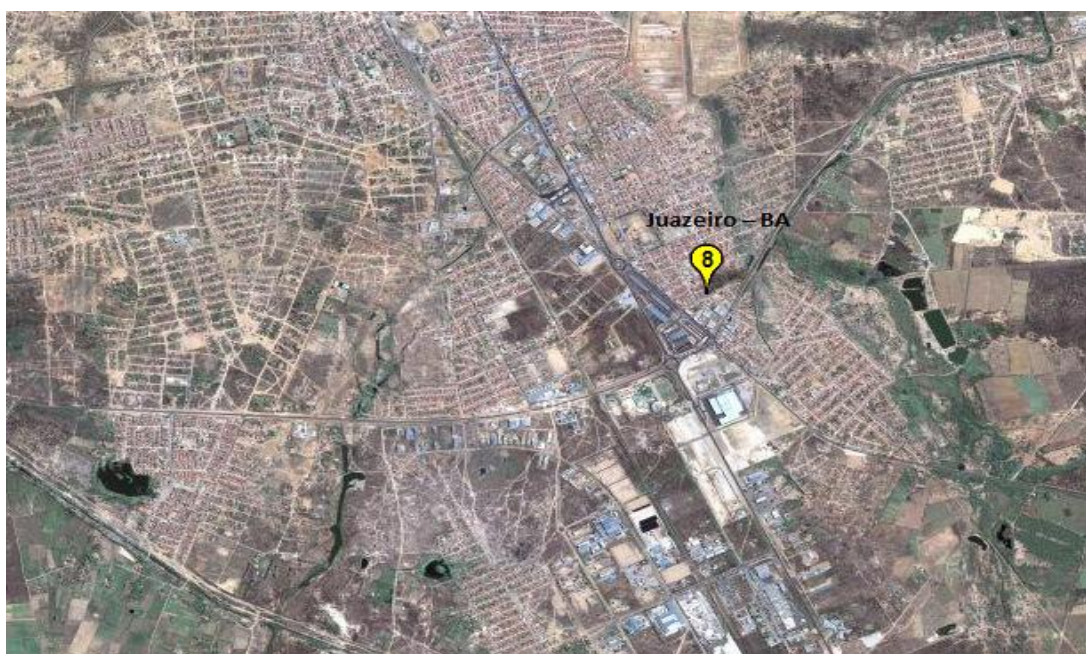


Figura 11 - Imagem da região dos municípios de Juazeiro, estado do Bahia, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 8. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 8 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre *gvSIG*.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 135.921,51 (cento e trinta e cinco mil novecentos e vinte um reais e cinquenta e um centavos). O valor da contrapartida é R\$ 13.593,00 (treze mil quinhentos e noventa e três reais), sendo o valor total do projeto R\$ 149.514,51 (cento e quarenta e nove mil quinhentos e quatorze reais e cinquenta e um centavos).

O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos dois objetivos específicos propostos, quadro 19.

Quadro 19
Projeto nº 8 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Recompôr a mata ciliar à margem do submédio São Francisco.	Junho/2008 a maio/2010.	Distribuição de 190.000 mudas; 10.000 pequenos agricultores beneficiados; Nº da população dos 3 municípios beneficiados = 284.302	Limpeza clonal de espécies frutíferas tropicais.
Objetivo específico 2	Modernizar o laboratório de cultura de tecidos de plantas para propagação de espécies frutíferas e nativas do semi-árido brasileiro.		Área de 40 m ² ; 400 alunos beneficiados; Ampliar viveiro de mudas de 120 m ² existente para 456 m ² ; Limpeza clonal de 5 espécies frutíferas; Taxa de produção mensal de 5.000 mudas.	Restauração da infraestrutura da Universidade para melhorar práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do escopo do projeto.

O nono projeto, localizado no Estado do Pernambuco, figura 12, tem como proponente a Superintendência de administração do Meio Ambiente (SUDEMA/PB). O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado "Projeto de recuperação da barragem e muro Greager do Vale dos Dinossauros", visando recuperar a barragem de nível do Rio do Peixe, para tanto desviou parte do volume hídrico do seu leito natural para o canal de Alívio, e construção do muro Greager, tendo em vista a proteção do Sítio paleontológico localizado no Monumento Natural Vale dos Dinossauros, da ação erosiva das águas fluviais.

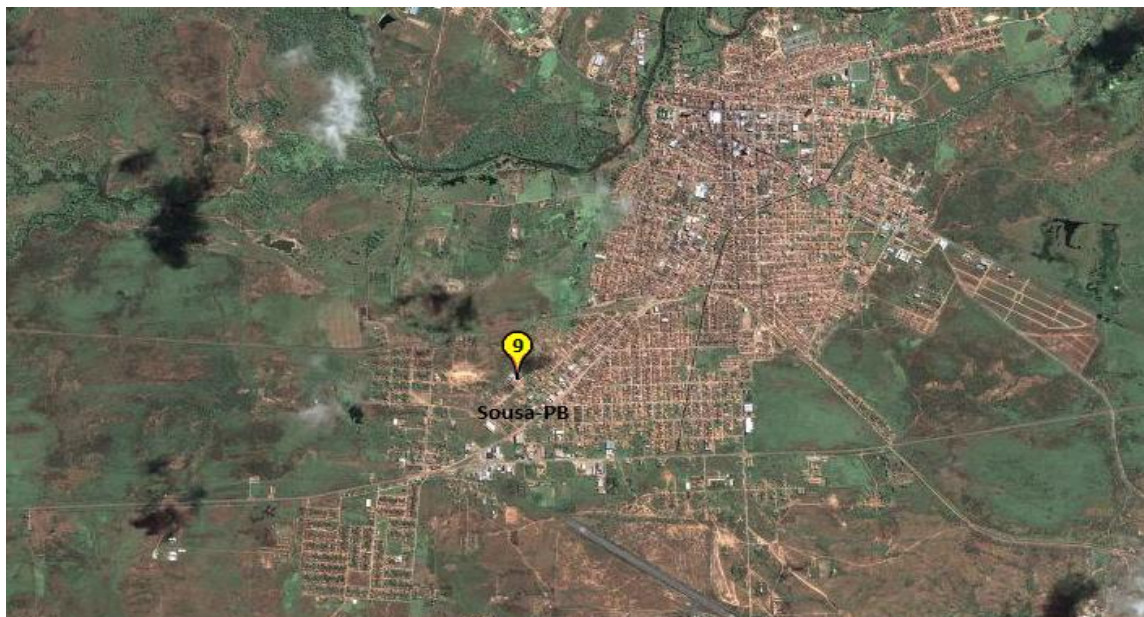


Figura 12- Imagem da região do município de Sousa, estado do Pernambuco, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 9. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 9 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 204.309,83 (duzentos e quatro mil trezentos e nove reais e oitenta e três centavos). O valor da contrapartida é R\$ 20.166,98 (vinte mil cento e sessenta reais e oitenta e oito centavos) e o valor total do projeto R\$ 224.476,81 (duzentos e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos três objetivos específicos propostos, quadro 20.

Quadro 20
Projeto nº 9 - Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Desviar parte do volume hídrico do leito do Rio do Peixe.	maio/2008 a abril/2010	2 municípios beneficiados; Total =67.378,886 habitantes beneficiados;	Recuperação da barragem do Rio do Peixe; Empoderamento da comunidade local diante da recuperação de um bem público.
Objetivo específico 2	Construção do muro greager.		Não consta no escopo do projeto	Proteção do sítio paleontológico localizado no monumento natural “Vale dos Dinossauros” da ação corrosiva das ações fluviais; Gerar novas opções de lazer e demais atividades relacionadas ao ecoturismo; Geração de empregos diretos e indiretos.
Objetivo específico 3	Realizar atividades educativas de educação ambiental sobre a importância do monumento natural “Vale dos Dinossauros”.	Meses de maio, junho, julho e agosto.	5 palestras; 1 oficina; 2.000 cartilhas educativas; 225 crianças e adolescentes beneficiados; Local: 3 escolas municipais e 2 estaduais	Sensibilizar o público em geral para a importância de preservar o sítio paleontológico e arqueológico, assim como a preservação do bioma Caatinga; Incentivar atividades simultâneas de educação ambiental;

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O décimo projeto (Portaria MJ n.1484/08), figura 13, localizado no Estado do Maranhão, é referente à descentralização de créditos para entidades governamentais. O proponente: Escola Agrotécnica Federal de São Luiz (EAFSL/MA). O objetivo geral é implementar o projeto “Recuperação Ambiental do Rio da Prata”.

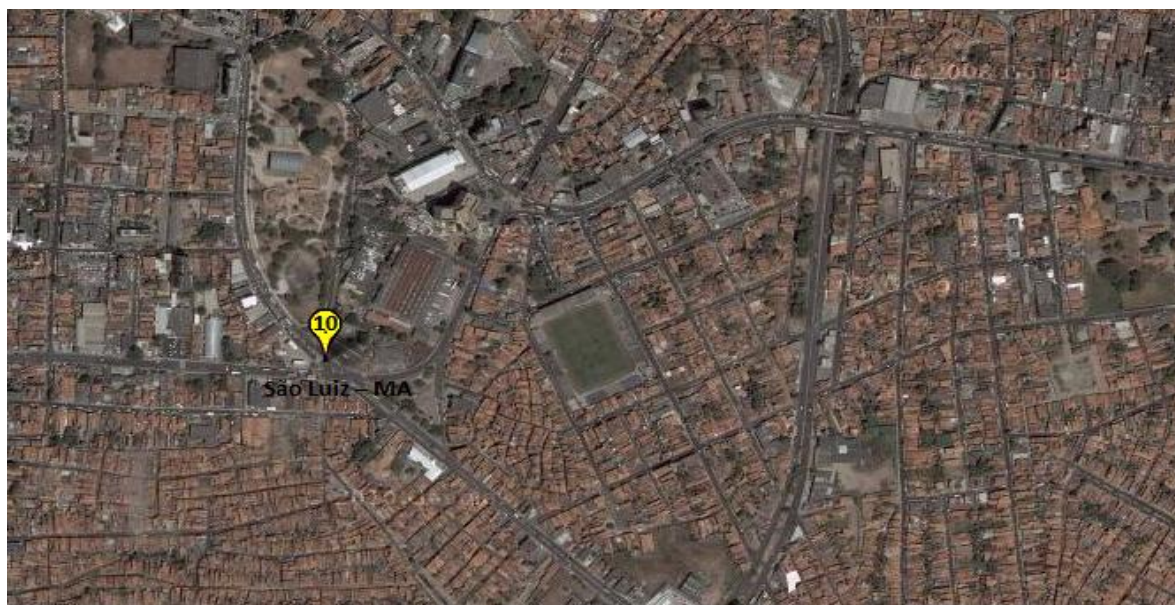


Figura 13- Imagem da região do município de São Luiz, estado do Maranhão, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 10. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 10 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 75.154,00 (setenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais). O valor da contrapartida é foi R\$ 0,00. (zero), sendo o valor total do projeto 100% custeado pelo recurso disponibilizado do FDD. O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos três objetivos específicos propostos, quadro 21.

Quadro 21
Projeto nº 10- Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Recuperação área degradada.	agosto/2008 a julho/2009	Catalogar 100 espécies de fauna e flora; Construir 5 viveiros; Plantar 500 mudas; Adquirir 15 equipamentos; 500 beneficiados diretos e 6.000 beneficiados indiretos.	Reflorestamento das nascentes e das margens afluentes do Rio da Prata; Catalogação das espécies vegetais e animais existentes na área;
Objetivo específico 2	Realizar curso de capacitação da população adjacente à área em educação ambiental		Capacitar 120 pessoas; Produzir 240 cartilhas;	Capacitação das pessoas que moram em torno do Rio da Prata em educação ambiental; Atuação das famílias das comunidades do torno em processos de educação ambiental; Visitação orientada a área do Rio da Prata.
Objetivo específico 3	Monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas.		Gerar 2 relatórios semestrais.	Monitoramento e avaliação das atividades realizadas; Redução das agressões sistemáticas ao meio ambiente da bacia do Rio da Prata.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O décimo primeiro projeto, figura 14, localizado no Estado de Goiás, é referente ao convênio nº 016/08. O proponente: Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Poções, nº processo: 08012.004262/2007-09. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado “Recuperação do Cerrado por meio de Corredores Agroflorestais”, visando recuperar e conservar Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APPs), a partir da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que constituirão micro corredores ecológicos, promovendo o desenvolvimento sustentável.



Figura 14- Imagem da região do município de Rialma, estado de Goiás, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 11. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 11 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 253.629,23 (duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos). O valor da contrapartida é R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), sendo o valor total do projeto R\$ 274.629,23 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos). O plano de trabalho desse projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos seis objetivos específicos propostos, quadro 22.

Quadro 22
Projeto nº 11- Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Realizar de diagnóstico sócio ambiental participativo.	Agosto/2008 a julho/ 2009	67 famílias proprietários do assentamento (240 pessoas).	Melhoria da qualidade de vida dos agricultores envolvidos;
Objetivo específico 2	Realizar curso de capacitação de jovens e adultos.		2 cursos com 3 turmas; 150 participantes; Formar 25 multiplicadores comunitários.	Capacitação técnico - científica dos assentados para implantação SAFs, Corredores Ecológicos, coleta de sementes e Eco-Mapas da propriedade rural;Elevação da consciência ambiental e conservacionista dos agricultores;Aumento da produtividade da propriedade;Continuidade do projeto através do trabalho educativo dos multiplicadores comunitários; Garantir a sustentabilidade e continuidade do trabalho através da capacitação técnica dos assentados e do resultado econômico.
Objetivo específico 3	Recuperação de APPs degradadas com implantação de Sistemas Agroflorestais.- SAFs		Recuperar área de 42,150 m2; Plantio de 119.557 mudas;	Contribuir para preservação de Áreas de Reserva Legal; Agregação de valor com produtos agroecológicos; Aumento da produtividade da propriedade; Manejo do solo de maneira mais sustentável; Garantir a sustentabilidade e continuidade do trabalho através da capacitação técnica dos assentados e do resultado econômico; Melhoria da qualidade de vida dos agricultores envolvidos.
Objetivo específico 4	Instalação de bebedouros para o gado nas propriedades em que serão implantados os SAFs		Beneficiários diretos: 4 famílias;Beneficiários indiretos: 67 famílias; 4 propriedades; Instalar 12 bebedouros	Prevenir o acesso do gado aos córregos e nascentes dos SAFs; Elevação da consciência ambiental e conservacionista dos agricultores de assentamento de reforma agrária;
Objetivo específico 5	Realizar a proteção de APPs com técnicas de conservação do solo.		Área beneficiada 30.000 m2;Beneficiários diretos: 47 famílias (188 pessoas);Beneficiários indiretos: 67 famílias (240 pessoas).	Conservação de Áreas de reserva legal e APPs; Formação de micro corredores ecológicos entre a reserva do Camará e Cachoeira.
Objetivo específico 6	Realizar a divulgação das ações desenvolvidas, metodologia e resultados obtidos.		5 palestras;Distribuição de 250 cartilhas; Beneficiários diretos: 268famílias;Beneficiários indiretos: 8.396 famílias (33.584);	Aplicação das ações com implantação de projetos e mudança no manejo do cerrado; Elevação da consciência ambiental e conservacionista dos agricultores de assentamento de reforma agrária.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

O décimo segundo projeto, figura 15, localizado no Estado de Minas Gerais, é referente ao convênio nº 021/08. O proponente: SOS Falconiformes, CNPJ-08012.005565/2007-31. O objetivo geral é desenvolver o projeto denominado “Reprodução de Rapinantes Brasileiros Ameaçados de Extinção”, visando reunir casais das espécies brasileiras ameaçadas de extinção ou raras para início da reprodução das mesmas.

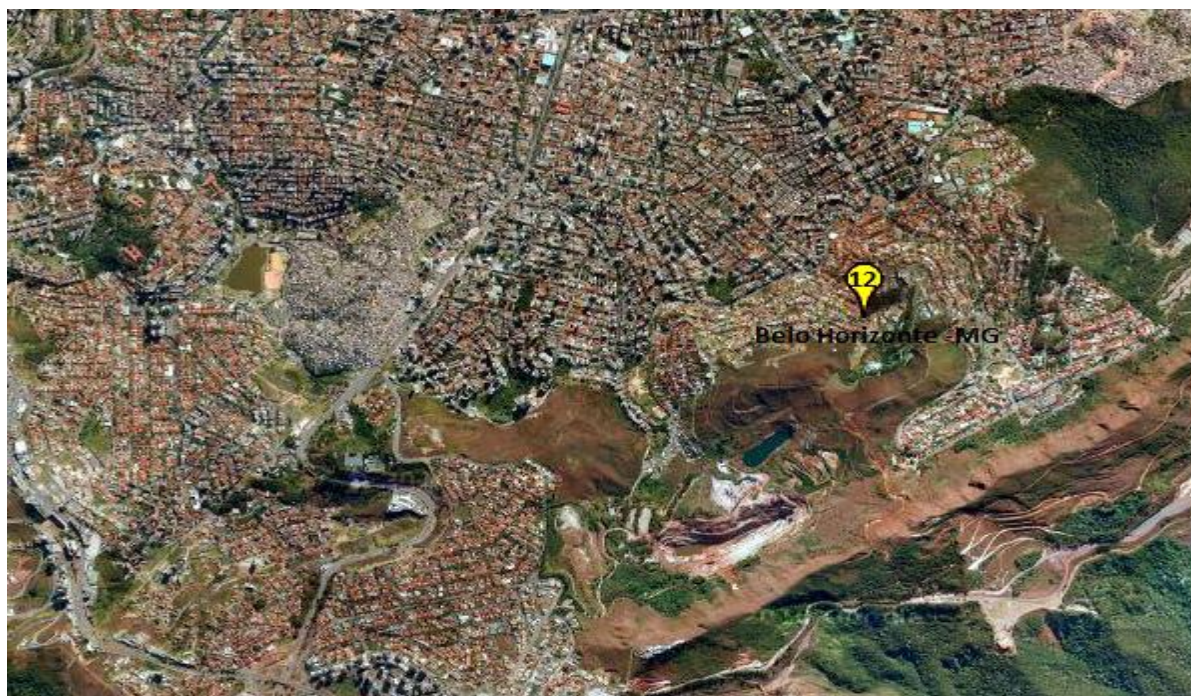


Figura 15- Imagem da região do município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, obtida em agosto de 2010, em que se destaca a localização espacial do projeto 12. Escala 1:1000.000.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto 12 e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

O valor solicitado ao FDD foi R\$ 129. 267,00 (cento e vinte e nove mil duzentos e sessenta e sete reais). O valor da contrapartida é R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), e o valor total do projeto R\$143.267,06 (cento e quarenta e três mil duzentos e sessenta e sete reais e seis centavos). O plano de trabalho do projeto explicita indicadores quantitativos e qualitativos para cada um dos três objetivos específicos propostos, quadro 23.

Quadro 23
Projeto nº 12- Os objetivos específicos e os indicadores propostos:

Objetivo	Ações	Período	Resultados Esperados	
			Quantitativos	Qualitativos
Objetivo específico 1	Procurar matizes de aves de rapina raras e ameaçadas em criadouros registrados no IBAMA, CETAS e IBAMAS e em zoológicos de todo país.	Outubro/2008 a Setembro/2009	Não consta no escopo do projeto	Tirar estas espécies da lista de aves ameaçadas de extinção com o mínimo de perda de espécies e de variedades;
Objetivo específico 2	Recolher os ovos dos criatórios que mantenham aves de rapinantes ameaçados sem sucesso na obtenção de filhotes.		Atingir o número de 5 filhotes por ano a serem incluídos no programa de re-introdução ou revigoramento na natureza;	Contribuir para o equilíbrio natural das regiões tropicais.
Objetivo específico 3	Realizar programas de educação ambiental sobre a importância dos trabalhos de RE-introdução ou Revigoramento.		120 beneficiados mensalmente; Gerar 20 empregos locais; Newsletters trimestral; 1 portal SOS Falconiformes; 1 boletim eletrônico quinzenal; Criar um folder de apresentação do projeto (português e inglês)	Conscientização e geração de renda, com a participação de membros da comunidade; Fomento de informação para pesquisadores e pessoas ligadas ao meio ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do escopo do projeto.

Estes são os dados gerais dos 12 projetos, figura 16, analisados neste capítulo, especificamente, a análise e interpretação desses dados, com o objetivo de possibilitar o processamento dos dados qualitativos e quantitativos distribuídos espacialmente foi realizada a tabulação dos dados, “que consiste basicamente na transferência das informações ou dados para quadros ou tabelas”. Essa técnica também foi utilizada para análise dos relatórios do CFDD, introdução e capítulo 1, e agora será aplicada, no item 4.1, nas informações disponibilizadas no escopo dos projetos, com o objetivo de facilitar a “visualização e aplicação de métodos estatísticos”. “O processamento dos dados permite “trabalhar” as informações, isto é, possibilita interpretá-las e julgá-las” de forma mais assertiva (MARINO, 2003, p. 69).



Figura 16- Imagem da região do território brasileiro, em que se destaca a localização espacial dos 12 projetos aprovados pelo CFDD, no exercício de 2008, obtida em agosto de 2010. Resolução espacial 36.000 Km de altitude.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos escopos dos 12 projetos e a ferramenta do Google Earth 5 utilizando o *software* livre gv SIG.

Antes da apresentação da análise do escopo dos projetos a partir dos quatro grupos comparativos, já descritos, este item apresentou uma análise da distribuição espacial dos projetos, figura 16, e os recursos financiados pelo FDD, figura 3, especificamente no exercício do ano de 2008, com o instrumento da cartografia temática e SR, com o objetivo de responder uma das três questões que foram levantadas no início da dissertação, que é referente à configuração da distribuição espacial dos recursos do FDD. A figura 17 também auxilia na visualização e compreensão da forma de distribuição espacial dos 12 projetos nos 10 estados brasileiros.

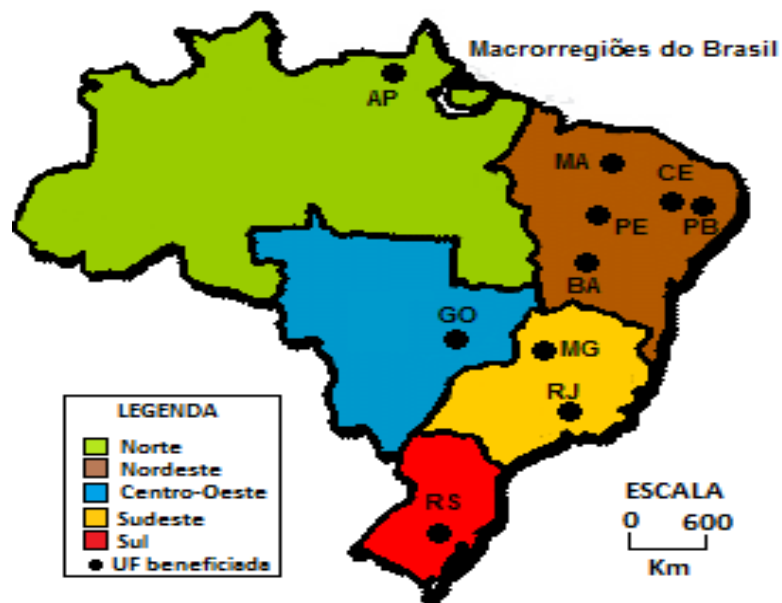


Figura 17- Imagem das macrorregiões do território brasileiro, em que se destaca a localização dos 10 estados beneficiados com projetos aprovados pelo CFDD, no exercício de 2008.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos escopos dos projetos e projeção geográfica mapa-base do volume 5-formato SHAPE do IBGE, 2003.

Portanto, ao distribuir os 12 projetos aprovados no CFDD no exercício 2008, nas cinco macrorregiões brasileiras, conclui-se que não é igualitária a distribuição espacial dos recursos do FDD. Foi observado uma desigualdade significativa em relação à quantidade de projetos aprovados e o valor de recursos oriundos do FDD por macro e microrregiões.

A região Nordeste concentrou uma porcentagem de 50% dos estados beneficiados pela aprovação dos 12 projetos. Entretanto, a região Centro-Oeste (em comparação com as outras quatro macrorregiões) obteve o maior número de recursos disponibilizados pelo FDD, ou seja, obteve 17% dos recursos destinados nesse exercício, analisando o montante de R\$ 1.585,927, 00 (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil novecentos e vinte e sete reais) aplicado nos 12 projetos (recursos do FDD e contrapartida). Apesar de observar que a região Centro-Oeste foi beneficiada, nesse exercício com a aprovação de somente um projeto (projeto número 11).

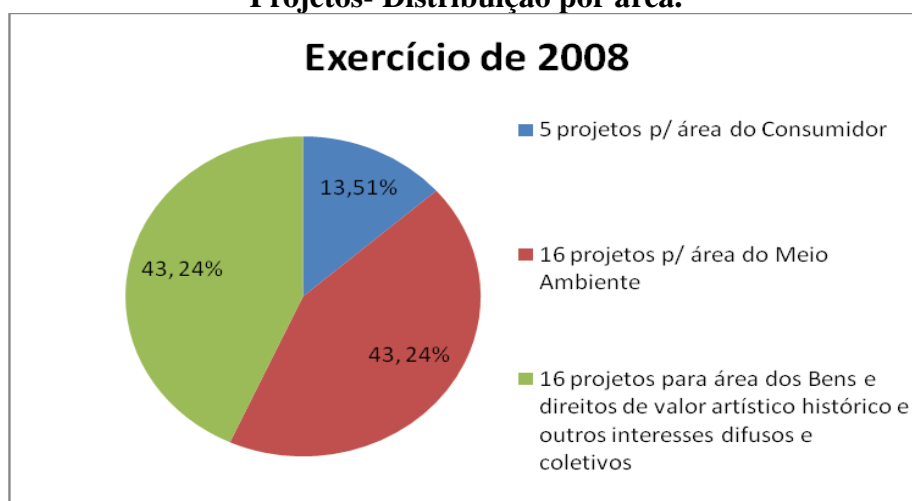
No total geral de municípios beneficiados com a provação dos 12 projetos, obteve-se a quantidade de 19 municípios no exercício de 2008, que foram beneficiados com 55,50% dos recursos aplicados em comparação com o total dos 16 projetos da área do MA (Gráfico 2 e Gráfico 7), distribuídos espacialmente nas cinco macrorregiões regiões, que totalizou R\$ 2.852, 080,49 (dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil oitenta reais e quarenta e nove centavos).

4.1- Identificação e análise dos indicadores qualitativos e quantitativos: Indicadores implícitos e explícitos.

Os números obtidos pela pesquisa e coleta de dados no escopo dos 12 projetos foram voltados para uma abordagem de processamento e interpretação dos indicadores quantitativos e qualitativos. Esses dados numéricos: média e porcentagem foram utilizados para obter clareza em relação aos projetos analisados com base nos 12 quadros que foram elaborados com os dados da proposta dos projetos organizados da seguinte forma: objetivos específicos; ações propostas; período; resultados esperados formulados quantitativamente e qualitativamente.

A análise dos dados apresentados no capítulo 1, na tabela 1, responde às questões norteadoras da pesquisa: Qual é o número de projetos voltados para área do MA que foram aprovados no CFDD no exercício de 2008 e se esse número é representativo em relação às outras áreas, a saber: consumidor; bens e direitos de valor artístico, histórico e outros interesses difusos e coletivos. O gráfico 8 apresenta a distribuição dos projetos por área e sua porcentagem correspondente.

Gráfico 8
Projetos- Distribuição por área.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2008.

Dos 37 projetos, aprovados no exercício de 2008 (Gráfico 7), 16 projetos foram destinados para área do MA, o que representa 43,24% da distribuição quantitativa em relação à efetivação dos convênios com o CFDD para investimento dos recursos do FDD. Esse resultado significa que ocorreu um valor representativo de investimento na área do MA, isso

comparado às outras duas áreas. Inclusive, importante mencionar que ocorreu uma maior ênfase de investimento, dentro da área do MA, nos projetos que visaram à recuperação de APA degradada.

Entretanto, esses valores não devem ser analisados isoladamente dos dados referentes ao montante de recursos arrecadados e o montante dos recursos destinados para área de projetos, referentes ao mesmo período (exercício de 2008), dados estes apresentados no gráfico 1, que se encontra na página 31. Isso, por que, dos R\$ 73.139.111,00 (setenta e três milhões cento e trinta e nove mil e cento e onze reais) que foi a arrecadação do FDD somente 8,06%, destes recursos foram destinados para investimento nas três áreas de projetos. Ao analisar também os dados do ano anterior, exercício de 2007, fazendo uma correlação da porcentagem de recursos arrecadados e investidos do FDD, observa-se que ocorreu uma diminuição significativa de 48,40% (no exercício de 2008) em relação à porcentagem do valor arrecadado anualmente e do valor investido em projeto. No exercício de 2007 a porcentagem de investimento dos recursos do FDD, nas três áreas, em relação ao montante arrecadado foi de 16,65%.

A crítica com relação aos dados analisados sobre a utilização e distribuição dos recursos do FDD, criado pela Lei 9008/95, Lei da Ação Civil Pública (LACP), se encontram resumidamente em três pontos observados. O primeiro ponto diz respeito ao objetivo que levou a criação do FDD, explicitado no art. 13 da LACP⁵⁶, a partir da permissão da introdução do § 3º da Lei 9008/95⁵⁷, pois em nome da compensação ambiental, esses recursos também são destinados para compor verba extra-orçamentária para modernização administrativa, como consta no item 2.1.1 “Objetivos e Competências”, do Relatório de gestão de 2008 do CFDD;

O segundo ponto observado refere-se ao montante da arrecadação em 2008 no valor de R\$ 73.139.111,00 (setenta e três milhões cento e trinta e nove mil e cento e onze reais). Desse montante somente 8,06% destes recursos foram destinados para investimento de projetos voltados para reparação dos danos causados aos DD tutelados pela legislação brasileira (art. 1º do Decreto 1.306). O restante é distribuído em diversas contas que não estão

⁵⁶ Art. 13 da LACP: “Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados”.

⁵⁷ Art. 1 § 3º da Lei 9008/95: “Os recursos arrecadados pelo FDD serão aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos, e na edição de material informativo especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas...”

claramente explicitadas como ocorre no caso da explicitação detalhada dos recursos investidos nos projetos aprovados⁵⁸.

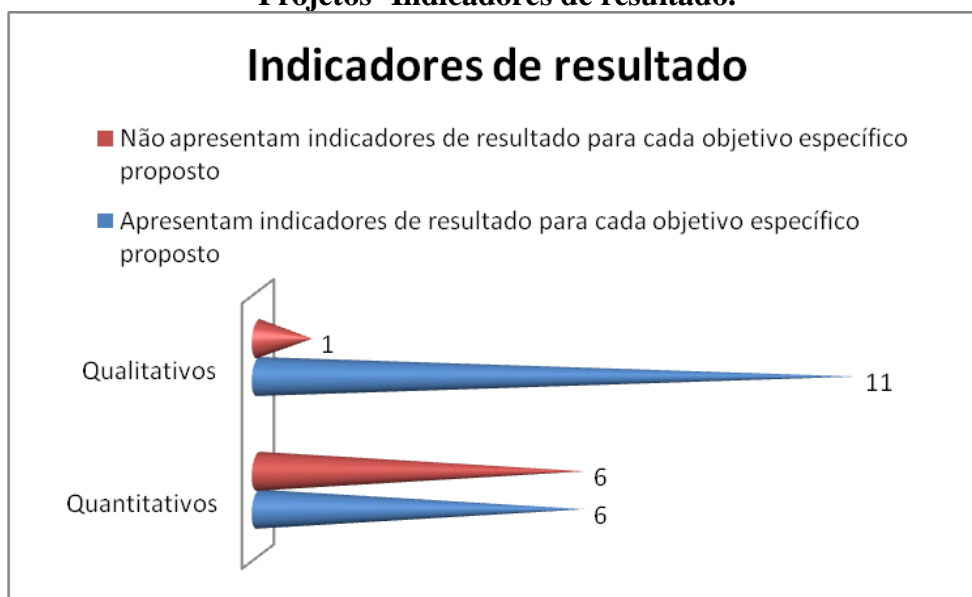
O terceiro e último ponto refere-se à distribuição espacial desses recursos. Ao analisar essa distribuição não foi observado uma previsão legal para determinar a distribuição de recursos do FDD para o território que originou os recursos, que é sem dúvida uma questão importantíssima já que esses recursos foram oriundos de um dano local que necessita de uma ação reparadora por meio desses recursos originados pelo dano (condenações judiciais e extrajudiciais).

Assim, conclui-se que a liberação dos recursos do FDD por meio de projetos aprovados no CFDD propicia informações que permitem avaliar a adequação da aplicabilidade desses recursos conforme os objetivos previstos na Lei n. 9008, de 21 de março de 1995. Entretanto, também ficam evidenciadas por meio da análise do relatório de gestão 2008 e da legislação pertinente, duas questões problema: a primeira é a ausência de uma clara destinação dos demais recursos arrecadados (esse detalhamento da aplicação dos recursos é observado somente no formulário padrão do CFDD para elaboração e encaminhamento dos projetos) e a segunda é a ausência de estratégia legal para distribuição espacial de seus recursos.

Quanto à questão que envolve a investigação do escopo dos projetos em relação à apresentação ou não de indicadores quantitativos e qualitativos, a conclusão é: os 12 projetos apresentam em seus escopos indicadores quantitativos e qualitativos. Entretanto, o gráfico 9, foi elaborado para demonstrar que não foi apresentado nos projetos indicadores para cada resultado pretendido, portanto mesmo que 100% dos projetos apresentem em seu escopo indicadores quantitativos, somente 50% dos projetos apresentam indicadores quantitativos, para cada objetivo específico proposto, viabilizando uma avaliação na forma numérica e pragmática. Isso significa que somente 50% dos projetos apresentam seus objetivos específicos com indicadores de resultado que permitem aferir/ averiguar o processo de cada atividade em relação aos objetivos do projeto. Portanto, podemos inferir que somente 50% dos projetos apresentam, sem comprometimento, a capacidade de monitorar com acuidade as informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos específicos.

⁵⁸ O FDD utiliza um dispositivo de direito financeiro que mesmo sem estar previsto na Lei 9008/95 (Código do Consumidor), encontra-se previsto na Lei 7374/85, que **prevê um ente contábil subdividido, com uma conta-matriz dividida em diversas contas voltadas cada qual para diferentes tutelas.**

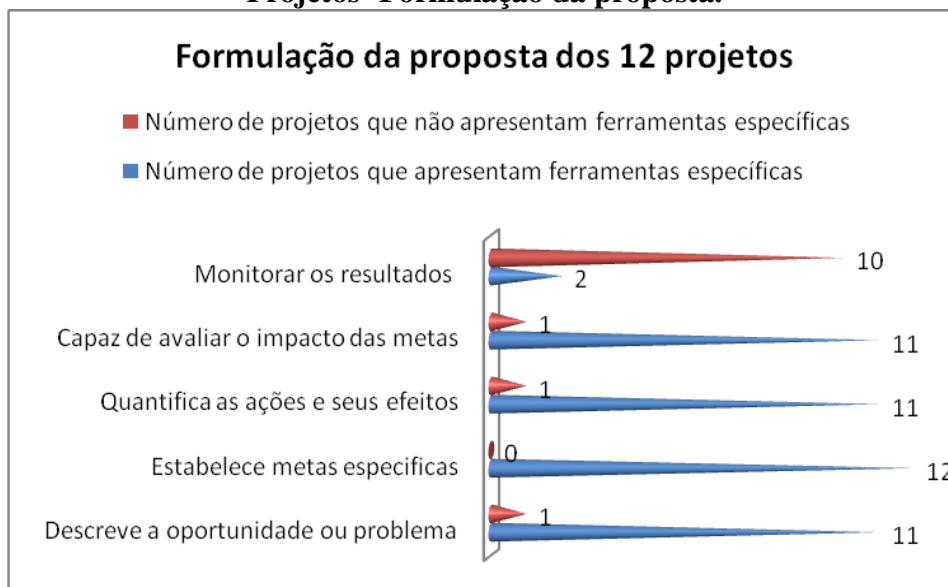
Gráfico 9
Projetos- Indicadores de resultado.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2008.

O gráfico 11 quantifica o número de projetos que apresentam indicadores de resultados. Pode-se observar que na elaboração da proposta contida nos escopos mais de 90% dos projetos apresentam ferramentas específicas para avaliar o impacto das metas; quantificar as ações propostas e seus efeitos e descrever a oportunidade ou problema. Mas, somente dois projetos apresentam ferramentas específicas para os indicadores quantitativos e qualitativos voltadas para o monitoramento dos resultados esperados. Isso, significa que com relação às atividades propostas no escopo desses 11 projetos somente 2 escopos apresentam, sem comprometimento, a capacidade de avaliar se os indicadores estão convergindo para as metas estabelecidas no projeto, ou seja, são capazes de avaliar e monitorar o alcance de cada uma das metas.

Gráfico 10
Projetos- Formulação da proposta.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2008

Como já discutido no capítulo 2, existem vários tipos classificatórios para os indicadores, de acordo com sua natureza ou tipo. Por isso, buscando um aprofundamento na análise do sistema de indicadores propostos nos projetos aprovados no CFDD, o gráfico 11 apresenta uma seleção da tipologia dos indicadores identificados no escopo dos projetos aprovados, no exercício de 2008, quanto a sua classificação das seguintes formas: área temática, indicadores insumo, processo e resultado.

Gráfico 11
Projetos- Tipologia dos indicadores.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2008.

Foi também discutida, no capítulo 3, a etapa de elaboração do diagnóstico, para elaboração de um projeto, na qual foi pontuado que são necessários indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, que sejam capazes de cobrir diversas temáticas da realidade socioeconômica e espacial, com o objetivo de evidenciar a caracterização empírica dos problemas e demandas a serem sanadas ou mitigadas pelas ações propostas nos projetos. O gráfico 10 apresenta que o número de indicadores preliminares voltados para área temática (censo, IDH, PIB, IPH) não são expressivos no escopo dos 12 projetos analisados. Resultado no comprometimento da definição do ponto (marco zero⁵⁹) a partir do qual se poderá avaliar se o projeto estará provocando as mudanças e os objetivos propostos.

Mas, lembrando que os aspectos de qualidade dos indicadores não devem estar restritos apenas ao item confiabilidade dos dados, mas também à metodologia que será empregada para elaboração e definição dos indicadores, como por exemplo, a quantidade de informação usada para a definição dos indicadores simples ou compostos, o que não foi possível analisar nesta pesquisa, por que esses dados não foram descritos no escopo dos projetos analisados.

Entretanto, também foi observado que, na etapa de formulação dos projetos, mesmo não contendo ferramentas específicas para o monitoramento dos resultados, mais de 90% dos projetos apresentaram algum tipo de indicador de insumo, processo e resultado. Esses indicadores são relevantes para: formulação, execução, monitoramento e avaliação mais assertiva das ações propostas nos projetos, uma vez que os indicadores de monitoramento têm a capacidade de apresentar uma diferenciação quanto à natureza operacional da medida a ser utilizada.

Portanto, conclui-se que, apesar dos indicadores dos projetos serem trabalhados em grupos a partir de suas características básicas de informação, o que dificulta uma análise precisa dos indicadores propostos, a abordagem quantitativa dos indicadores propostos no escopo dos 12 projetos é menor que a qualitativa empregada, sendo estas apresentadas de forma descritiva (frases, sentenças, parágrafos ou narrativas) no escopo dos projetos, dificultando assim uma análise assertiva devido ao grande volume desses dados. Por isso, foi necessário sistematizar, em 12 quadros (APÊNDICE 8 a 19), os dados contidos no modelo oficial do escopo dos projetos encaminhados para o CFDD.

⁵⁹ “O marco zero é uma avaliação preliminar, que poderia ter outras denominações, como diagnóstico, indicadores preliminares, avaliação ex-ante, de contexto ou outras”. Sendo que as informações obtidas a partir do marco zero “vão orientar o planejamento das ações futuras e servir de parâmetro para as outras fases da avaliação” (MARINO, 2003, p. 24).

O próprio modelo oficial do escopo do CFDD para pleitear recursos do FDD favorece a apresentação da proposta dos projetos de forma descritiva (pendendo para informações qualitativas). Após esta crítica, para contribuir com a melhoria do formato do escopo oficial encaminhado para o CFDD, foi elaborado o quadro 24.

Quadro 24
Proposta para escopo dos projetos do CFDD:

OBJETIVO ESPECÍFICO	ATIVIDADES	INDICADORES		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO
		QUANTITATIVOS	QUALITATIVOS		

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 24 apresenta uma proposta da autora para se trabalhar um novo formato de apresentação dos objetivos específicos, a ser introduzido no formulário padrão do CFDD, com o objetivo de favorecer a formulação e explicitação de um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos, e as ferramentas a serem utilizadas para verificação dos resultados obtidos. Essa proposta foi apresentada, por que os indicadores são dotados de propriedade e classificação distinta, sendo necessário ter uma clara diferenciação entre um sistema de monitoramento e um sistema de informação. Explicitação essa fundamental para uma análise e avaliação assertiva das propostas apresentadas ao CFDD para financiamento do FDD.

CONCLUSÃO

O mundo globalizado vive um momento de crise ambiental e de crise na autonomia dos Estados-nacionais, colocando-nos diante do “eterno retorno”, *oroboros*, pois como Pinsky *et al.* (2008, p. 46) pontua, estamos diante de uma situação de problemas “análoga aos enfrentados pelas cidades-estado quando incorporadas ao poder de um único e grande império”. Pois uma das questões essenciais do século XXI é: como fomentar e viabilizar a “possibilidade de uma ação coletiva num mundo em que as comunidades políticas perdem, progressivamente, sua capacidade de ação e não conseguem atender às demandas mínimas de seus concidadãos”.

Como já discutido, no capítulo 1, com a formação da sociedade civil criou-se a propriedade civil e a noção de individualismo, desde então, podemos observar que a propriedade privada é protegida e resguardada, mas o que é público “de todos” é descuidado. No entanto, o descuido sobre o que é público também prejudica o que é privado. O resultado do descuido quanto à preservação e conservação do MA, culminou no momento de crise ambiental em que vivemos. Por isso, o individualismo foi refreado para dar lugar à necessidade de cuidar também do que é privado “de todos” para que não seja prejudicado “o que é meu”. Foi nesse contexto, que surgiu os interesses difusos e coletivos com o objetivo específico de proteger e restaurar o que é “de todos” os cidadãos.

Outro assunto de grande relevância, conforme capítulo 2, é que quando se discute ou escreve sobre as questões que envolvem o tema da cidadania, jamais se pode olvidar que este tema faz parte de um lento e contínuo processo de construção, que não cessa até o tempo presente, onde a organização espontânea dos conselhos pode ser observada em todas as revoluções. E como não existe dúvida de que esse processo de construção é coletivo, ou seja, “corresponde à condição humana de pluralidade”, existe uma interminável necessidade da pluralidade humana, nesse espaço público, de sobreviver, conviver e compartilhar a terra numa liberdade mutuamente garantida. A par disso, não se pode deixar de considerar, com base na tradição do pensamento ocidental político, que o sistema de CD surge como base (fundamentação) para iniciar a construção de uma nova forma de governo.

Neste sentido, uma questão fundamental para a discussão do tema cidadania nessa dissertação é a importância da proposta de repensar os conceitos culturais para o entendimento do meio natural brasileiro introjetados no cotidiano. Isso, por que a noção de cidadania é “indissociável de uma contextualização social e cultural, em qualquer plano,

perspectiva ou sistema de relações”. Por isso, foi adotado nesta pesquisa o conceito de cidadania ambiental, pela sua capacidade de “universalizar direitos específicos e especificar direitos universais”, solicitando uma demanda de novos paradigmas para apreensão do MA na configuração do cotidiano como um direito difuso (PINSKY, 2008, p. 546).

Nesse movimento de repensar os conceitos culturais introjetados, surge o conceito arendtiano, onde o sistema de CD constituiria, assim, uma alternativa para a fundamentação de repúblicas baseadas na participação política direta em territórios: extensos e globalizados. Entretanto, para a autora, a “verdadeira” república foi destruída pela burocracia do Estado e pelas máquinas dos partidos. O que gerou uma crise política, que se manifesta na incapacidade do sistema de partidos ou da democracia representativa de abrir espaço aos cidadãos, garantindo-lhes, assim, o direito de participação nas decisões dos assuntos públicos de interesse comum. Essa crise poderia ser mitigada com a construção de um “Estado-Conselho” “para o qual o princípio da soberania fosse totalmente discrepante, seria admiravelmente ajustado às mais diversas espécies de federações, em particular, porque nele o poder seria constituído horizontalmente e não verticalmente” (ARENDDT, 1999, p. 201 e 233).

No entanto é inegável, que apesar dessa crise do funcionamento político contemporâneo, que os CD permanecem com capacidade legal, política e econômica para desempenhar um papel regulador para uma reflexão crítica em torno das falhas do sistema representativo, da política de partidos, em fim, do funcionamento atual da democracia. No território extenso brasileiro, onde esta focada a pesquisa do tema desta dissertação, a CF de 1988 possibilitou o desencadeamento do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte estabeleceu-se uma nova ordem social, com a possibilidade da instauração do novo no âmbito do funcionamento da política contemporânea, que resultou em dois princípios que fundamentaram o processo de descentralização: a democratização e a participação. O que alterou significativamente a relação Estado/sociedade na medida em que os CD instauraram-se como novos canais para se viabilizar a participação popular, podendo atuar inclusive na co-gestão dos recursos públicos.

Por isso, para promover essas estratégias, como discutido no capítulo 3, o CFDD é um importante instrumento legal de representação e participação popular capaz de interferir significativamente na definição de ações e investimentos propostos por meio dos projetos aprovados, que são na casa dos milhões, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal). Isso, por que os conselhos de direitos institucionalizam a participação e

fiscalização da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação das PP. Mas, não foi observado nos relatórios e documentos oficiais do CFDD uma articulação substantiva nas ações dos conselhos de DD por meio da aprovação de projetos que considere a interseção de ações nos três níveis de governo. Isso pode, portanto levantar a uma forte suspeita, que requer uma nova pesquisa, de que existe uma fragmentação e desarticulação das ações que são desenvolvidas pelos conselhos municipais, estaduais e o federal.

Entretanto, é imprescindível a formulação de PP que possam favorecer a construção de caminhos assertivos para alcançar o progresso em direção do DS. O que é claramente uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos. Isso, por que a operacionalização do DS, que é o grande desafio civilizatório do nosso século, ocorre a partir da existência, reconhecimento e interação dos agentes da sociedade, que são compostos, por indivíduos, organizações e Estado. Essa realidade envolve diversas escolhas dentro de um contexto multifatorial, multidimensional e intersetorial, a mudança só é possível por meio de um maior envolvimento da sociedade, com maior número de cidadãos, para viabilizar o fomento e a implantação de projetos e programas com ações democráticas e descentralizadas, mas com interseção nos três níveis de governo.

Uma solução viável para mensuração do DS, um conceito que, conforme abordado, ainda está em formação, é o desenvolvimento de projetos que contenham um sistema de indicadores com ferramentas de gestão capazes de monitorar as características indicativas do consenso técnico e científico em relação à sustentabilidade, como por exemplo, o IDS do Brasil, sendo indispensável à presença das ferramentas de desempenho estruturado com o objetivo de “agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique aparente” (BELLEN, 2007, p. 42).

No entanto, por mais que sejam importantes a construção e utilização de sistemas de indicadores, *dashboards*, “isoladamente eles terão pequena influência na governança socioambiental” (VEIGA, 2009B, p. 442). Isso, por que irão comprometer a interligação, discutida na dissertação no capítulo 3, entre os quatro aspectos principais dos “Princípios de *Bellagio*”, que envolve: o princípio 1; os princípios 2 até 5; os princípios 6 até 8 e os princípios 9 e 10 (BELLEN, 2007).

Por isso, não resta dúvida de que indicadores são instrumentos úteis para quem precisa planejar um projeto, implantar um programa, para execuções de ações e constituem-se, além disso, subsídios imprescindíveis para o planejamento e implementação de PP.

Como o Estado desenvolve as PP por intermédio de ações executadas por organizações ou sistemas organizacionais, ou seja, os arranjos organizacionais são múltiplos e intersetoriais. Outro aspecto a considerar é a eficácia do monitoramento dessas ações aprovadas, por meio de projetos, que dependem da elaboração de indicadores e ferramentas específicas dentro do escopo. Pois só é possível monitorar algo que é previamente conhecido e definido, por meio de indicadores (quantitativos e qualitativos) específicos para os elementos que compõem: os objetivos gerais e específicos, os recursos, o processo, o tempo, o produto e resultado esperado. O que, apesar das excelentes propostas apresentadas, não foi observado na análise dos 12 projetos aprovados pelo CFDD.

O que foi observado após esta pesquisa é que o sistema de indicadores propostos nos 12 projetos fere pelo menos dois dos “Princípios de *Bellagio*”, por não apresentarem: um “conjunto explícito de categorias que liguem perspectivas e metas a indicadores” e “visão clara das metas”. E quanto à análise crítica sobre a gestão dos recursos do FDD foi observado três pontos que merecem pesquisas a nível *stricto sensu*: exceto em relação aos 12 projetos aprovados não foi observado uma clara destinação, com detalhamento, do restante dos recursos arrecadados (por causa da subdivisão da conta matriz do FDD); não foi observada uma estratégia legal para distribuição espacial de seus recursos e critérios fundamentais para auxiliar na escolha e aplicabilidade adequada do sistema de indicadores, com categorias que liguem as metas aos indicadores.

Portanto, apesar de todos os avanços, como a formulação do IDS no Brasil, ainda se faz necessário priorizar ações que fomentem a pesquisa para auxiliar na elaboração e definição de critérios fundamentais para escolha e aplicabilidade adequada do sistema de indicador explícito de categorias que liguem perspectivas e metas a indicadores, a serem utilizados no processo de formulação, aprovação, execução, monitoramento e avaliação dos projetos voltados para DS, principalmente nos espaços de deliberação de PP direcionadas ao MA, pois a aderência dos indicadores a um conjunto de propriedades desejáveis é o que justifica e legítima sua produção e sua utilização.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo Brasileiro: um novo ramo do direito processual (princípios, regras interpretativas e problemática da sua interpretação e aplicação)*. São Paulo: Saraiva, 2003.

ARISTÓTELES. *A política*. Livro 1. São Paulo: Hemus, 1966.

ARENDDT, Hannah. *Crise da República*. Tradução José Volkmann. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *A vida do espírito*. Tradução Antônio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida; Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993b.

_____. *Da revolução*. Tradução Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *A condição humana; tradução de Roberto Raposo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *“O que é Liberdade?”* In: Entre o passado e o futuro. Perspectiva, São Paulo, 1997.

_____. *A promessa da política*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. 5. Ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BARKER, S. E. *Teoria política grega*. Trad. Sérgio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

BECKER, Bertha *et al.* *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamont, 2007.

BERNARDES, W. L. M. *Da nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL, Decreto-lei 1306, de 9 de novembro de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 de novembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={82250E82-0269-469D-8A45-678D544544FE}>>.

BRASIL. Resolução nº 7, de 25 de junho de 1999. Diário Oficial da União, de 06 de julho, nº7 207-E, seção 1, ISSN 1415-1537, pág.1. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={82250E82-0269-469D-8A45-678D544544FE}>>.

BRASIL. Resolução nº 20, de 28 de fevereiro de 2008. Diário Oficial da União, de 29 de fevereiro, seção 1, pag.114. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={82250E82-0269-469D-8A45-678D544544FE}>>.

BRASIL. Resolução nº 3, de 29 de setembro de 1995. Diário Oficial da União, de 5 de outubro, seção 1, pag.15638. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={82250E82-0269-469D-8A45-678D544544FE}>>.

BRASIL. Lei 9.008. Promulgada em 21 de março de 1995. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103267/lei-9008-95>.

BRASIL. Lei 7.374. Promulgada em 30 de setembro de 1985. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111015/lei-7374-95>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 390, de 23 de março de 2005. Institui o selo comemorativo do vigésimo, décimo quinto e décimo aniversários de promulgação das Leis 7.347 de 24 de julho de 1985, 8.078 de 11 de setembro de 1990 e 9.008 de 21 de março de 1995, respectivamente e constitui a Comissão Executiva encarregada de organizar o calendário de eventos comemorativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 58, 28 de mar. de 2005. Seção 1, pag. 20.

BRASIL. Subsecretária de Gestão e Recursos Humanos. Programa de Desenvolvimento Gerencial-Educação Continua. *Indicadores para Monitoramento de Programas e Projetos*. São Paulo: EgapFundap, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de out. 1988. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASÍLIA. Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos- CFDD/ Secretaria de Direitos Econômicos/ Ministério da Justiça. *Relatório de Gestão de 2008*. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/cfdd>>. Capturado em 01 de abril de 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUARQUE, Cristovam. *Avaliação econômica de projetos*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CARVALHO, C.K. *Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição & Direito Constitucional Positivo*. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CASTRO, Anna Maria; DIAS, Edmundo F. *Sociologia - Durkheim, Weber, Marx, Parsons: Introdução ao Pensamento Sociológico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1985.

CASTRO, H. C. O. *Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático*. 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=102>>. Capturado em: 13 de Maio de 2010.

CAMPOS, F. Itami. *Ciência Política-Introdução à Teoria de Estado*. Goiânia: Vieira, 2009.

COPANS, J. *et. al. Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* 70. ed..Lisboa/Portugal: Perspectiva do homem,1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A cidade –Estado antiga*. São Paulo Ática, 1985.

CARNEIRO, C. B. L. *Programa Integrado de Inclusão Social*. In: 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Marta Ferreira Santos Farah; Helio Batista Barbosa (Orgs). São Paulo: Fundação Getulio Vargas Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001. Disponível em: <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/2000/relatorio%20completo%202000.pdf>. Capturado em: 16 de março de 2009.

CARVALHO, Alysson *et. al. Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex UFMG, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, Governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 41-62, jun.2006.

CHAUÍ, Marilena. *et al. Primeira filosofia: lições introdutórias*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1982.

CHIANCA, Thomaz; Marino, Eduardo e Schiesari, Laura. *Desenvolvendo a cultura da avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Instituto Fonte, 2001.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CURY, T. C. H.; CARVALHO, M. C. B.; SOUZA, M. R.; ÁVILA, Célia M. de (coord.). *Gestão de Projetos Sociais*. 3ª ed. ver. São Paulo: AAPCS, 2001. (Coleção Gestores Sociais).

DALLARI, D. A. *Direitos humanos e cidadania*. 1.Ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, G. F. *Iniciação à temática ambiental*. São Paulo: Gaia, 2002.

_____. *Participação é conquista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público – o terceiro setor na América Latina*, Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Autoridade e Liberdade em Kant. *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 5-9, jul./dez. 1989.

SÈVE, L. (1994). *Pour une critique de la raison bioéthique*. Paris: Éditions Odile Jacob.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões a pratica de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. n. 2, 212-259, junho 2000.

FLORENZANO, Tereza Galloti. *Iniciação em sensoriamento Remoto*. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. *Revista Sociologia e Política*, n.21, p. 125-145. 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GOHN, M. G. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GHON, M. G. *Os sem terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

HEGEL, Georg W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1976.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e métodos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

IBGE (2004) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2004 Brasil*. IBGE- Diretoria de Geografias. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

IISD (2000) – International Institute for Sustainable Development, Bellagio Principles, Winnipeg, IISD net, 2000. Disponível em: <<http://usd1.iisd.ca/measure/bellagio1.htm>>. Capturado em: 7 de agosto de 2009.

INDICATORS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT: GUIDELINES AND METHODOLOGIES. New York: United Nations, Department of Economics and Social Affairs, 2001. Disponível em: <www.un.org/esa/sustdev/publicatins/indisd-mg2001.pdf>. Capturado em: 13 de julho de 2009.

JUNQUEIRA, Luciano e Perez, Clotilde (Org.). *Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

KISIL, Rosana. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. São Paulo: Editora Global, 2001.

KRADER, Laurence. *A formação do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

JACOBI, P. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, n.8, p.31-48. 1999.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 51-72. Jan/fev. 2002. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_ed=14>. Capturado em: 30 de maio de 2009.

LANDIN, Leilah. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro, Nau, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução? 2. Ed.*, São Paulo: Globo, 1990.

LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogia ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 16, pag. 11 – 19/ jul./dez.2007. Editora UFG.

LOURENÇO, Marcus Santos. *Questões técnicas na elaboração de indicadores de sustentabilidade*, 2009. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/palf/sustentabilidade/marcus_lourenco.pdf>. Capturado em: 30 de maio de 2009.

LOPES, I.V. et al. *Gestão Ambiental no Brasil: experiências e sucesso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCHMANN, L. H. H. Os sentidos e desafios da participação. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, n. 1, 2006, Belo Horizonte. *Os desafios da participação*. Santa Catarina: Ciências Sociais UNISINOS, 2006. p. 19-26.

MACHADO, J. A. C.; FENZL, N. A sustentabilidade do desenvolvimento e a demanda material da economia: o caso do Brasil comparado ao de países industrializados. 2001. Disponível em: <www.ufpa.br/amazonia21/publicacoes/MFA-Brasil/Artigo-tese-Machado-MFA-Brasil.htm>. Capturado em: 30 de maio de 2002.

- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARCUSE, Herbert, Estudos sobre a autoridade e a família. In: _____. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 56-159.
- MARINO, Eduardo. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2. ed., São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.
- MARX, Karl. *Os manuscritos de 1844*. Buenos Aires: Estúdio, 1972.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política* In: Os pensadores, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultura, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos*. 12. Ed. rev.atual.ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.
- MENDONÇA, Gilson Martins. *Meio ambiente cultural: aspectos jurídicos da salvaguarda ao patrimônio cultural imaterial brasileiro*. 2006. 190f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- MERQUIOR, José Guilherme. Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1970.
- OECD (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT). *Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environment*. Paris: OECD, 1993.
- OLIVEIRA, Admardo Serafim *et al* . *Introdução ao pensamento filosófico*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.
- PAULISTA, Geralda; VARVAKIS, Gregório; MONTIBELLER, F. G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XI, n.1, p. 207 – 218, jan.-jun. 2008.
- PINSKY, Jaime *et. al*. História da Cidadania. Pinsky, Jaime, Pinsky, Carla Bassanezi (orgs). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PORT, Otávio Henrique Martins. *Os direitos sociais e econômicos e a discricionariedade da administração pública*. São Paulo: RCS, 2005.
- QUITÃO, S. M. L. Teoria do Estado. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1958.

SACHS, I. *O caminho para o desenvolvimento sustentável*. STROH, Paula Yone (org.), 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. In: Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, São Paulo: MARE, 1998.

SANTOS, Maria do Carmo S. Rodrigues dos. *Manual de Fundamentos Cartográficos e Diretrizes Gerais para Elaboração de Mapas Geológicos, Geomorfológicos e Geotécnicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1989.

_____. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobel/ Fundap, 1993.

SERPA, José Hermílio Ribeiro. *A Política, o Estado, a Constituição e os direitos fundamentais*. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2002.

SILVA, Ana Célia Bahia. *Projeto pedagógico: instrumento de gestão mudança; limites e possibilidades*. Belém: UNAMA, 2000.

SILVA, Antonio Luiz de Paula e. *Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem*. São Paulo: Editora Global, 2001.

SOUTO MAIOR, A. *História Geral*. 18. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul-dez. 2006.

SOUZA, A. G.; CRUZ, A. F.; RIBEIRO, F. L. *Aplicação do Dashboard of sustainability na avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento rural local*, 2006. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/5/511.pdf>>. Capturado em 30 de maio de 2009.

STEPHANOU, Luis; Müller, Lúcia; Carvalho, Isabel C. M. *Guia para elaboração de projetos Sociais*. São Leopoldo, Sinodal, 2003.

SHERER-WARRER, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola & Centro João XXIII, 1993.

SZAZI, Eduardo. *Terceiro Setor – Regulação no Brasil*, Peirópolis, 2001.

TÁVORA JR, José Lamarte. *Uma tentativa de incorporação de externalidades na análise da localização de projetos*, Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

TENORIO, Fernando Guilherme (coord.). *Avaliação de projetos comunitários: abordagem prática*. São Paulo: Loyola, 2000.

TRES, Lairton. A resistência como práxis dos movimentos ambientais e ecológicos. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v.1, n.1, p. 67-76, jan. –jun. 2006.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <www.csa.com/discoveryguides/ern/05aug/chart.ptp>.

VIEIRA, Jane Eyre G.; MORAIS, Roberto Prado. A interdisciplinariedade na abordagem das questões ambientais. *Comunicação e Informação*, v. 6, n. 2, pag. 31 – 47, jul./dez. 2003.

VEIGA, J. E. D. *Meio Ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

VEIGA, José Eli. *Trindade para monitorar o desenvolvimento sustentável*- a proposta da comissão Stiglitz-Sem- Fitoussi (Cmeps), 2009. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/marcus_lorenco.pdf>. Capturado em 30 de maio de 2009.

_____. *Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas*. Revista de Economia Política, vol. 29, n4 (116), p. 421-435, outubro-dezembro/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n4/07.pdf>>. Capturado em 30 de maio 2009.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.

WEBLIOGRAFIA

<<http://www.ibama.gov.br>>

<<http://www.wwf.org.br>>

<<http://www.mma.gov.br>>

<<http://www.mj.gov.br>>

<<http://www.global-vision.org/city/footprint.html>>

<<http://www.ciesin.columbia.edu/indicators/esi>>

<<http://www.un.org/esa/agenda21/natlinfo/countr/brasil/index.htm>>

<<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/>>

<<http://www.ibge.gov.br>>

<<http://www.zeeli.pro.br>>

<<http://www.oecd.org/env/>>

<<http://www.pnud.org.br>>

<<http://www.csa.com/discoveryguides/ern/05aug/chat.ptp>>

<<http://www.scielo.br>>

<<http://www.iisd.org>>

<<http://www.iucn.org>>

<<http://www.footprintnetwork.org>>

<<http://www.sei.se/pubs/dpubs.html>>

APÊNDICE 1

Quadro 1
Número de projetos e recursos por exercício:

Exercício	2007	2008
Número de Projetos	42	37
Recursos aprovados	R\$ 5.003.974,00 (cinco milhões três mil e novecentos e setenta e quatro reais)	R\$ 5.902.206,00 (cinco milhões novecentos e dois mil e duzentos reais)

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

APÊNDICE 2

Quadro 2
Distribuição dos projetos por área e número de estados:

Área	2005/2006	2007/2008
Consumidor	11	29
Meio Ambiente	25	32
Bens e direitos de valor artístico histórico e outros interesses difusos e coletivos	18	28
Estados contemplados	20	23

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2006 e 2008.

APÊNDICE 3

Quadro 3

Distribuição quantitativa dos projetos por estados contemplados ano 2008 e 2009:

Estados	2007	2008
Acre	1	0
Alagoas	2	2
Amapá	2	0
Bahia	4	2
Ceará	1	4
Distrito Federal	1	4
Espírito Santo	2	0
Goiás	1	2
Maranhão	2	1
Mato Grosso	3	0
Mato Grosso do Sul	2	1
Minas Gerais	3	1
Pará	1	1
Pernambuco	0	4
Paraíba	5	2
Piauí	3	0
Rio de Janeiro	0	3
Rio Grande do Norte	3	0
Rio Grande do Sul	0	1
Rondônia	2	0
Santa Catarina	0	2
São Paulo	1	4
Sergipe	1	0
Tocantins	2	3

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

APÊNDICE 4

Quadro 4
Número dos projetos encaminhados, julgados e aprovados e os recursos arrecadados e aplicados em projetos por biênio:

Biênio	2005/2006	2007/2008
Número de projetos encaminhados ao CFDD	3056	5538
Número de projetos julgados no CFDD	85	96
Números de projetos aprovados	54	79
Recursos aplicados em projetos	7,5 milhões	12 milhões
Recursos arrecadados	16.216,913,00	103.177,332,00

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2005 a 2008.

APÊNDICE 5

Quadro 5
Número dos projetos encaminhados, julgados, indeferidos, aprovados e desistentes:

Projetos	2007	2008
Projetos encaminhados ao CFDD	3654	1884
Projetos julgados no CFDD	45	51
Projetos aprovados pelo CFDD	42	37
Projetos indeferidos	3	8
Projetos desistentes	10	20

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2008.

APÊNDICE 6

Quadro 6
Dados de identificação dos 12 projetos analisados:

Projeto	Título	Proponente	UF	Nº Município beneficiado	Período de execução	Valor total
Nº 1	A importância da Serra do Pau-Ferro para a manutenção das populações de <i>Propyrrhura maracanã</i> (<i>Psitiacidae-psitaciformes</i>)	Instituto Zoobotânico de Morro Azul – IZMA	RJ	1	julho /2008 a abril/ 2009	R\$ 28.994,29
Nº2	APA da Lagoa Verde: educação ambiental e recuperação de mata ciliar.	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental- NEMA	RS	1	maio/2008 a abril/2009	R\$ 77.400,00
Nº3	Ampliação e Monitoramento de Mata Ciliar na Micro Bacia do rio Sitiá.	Instituto Convivência com o semi-árido brasileiro	CE	1	agosto/2008 a julho/2009	R\$ 83.023,85
Nº4	Campanha Me Dê Seu Lixo	Instituto de Ecocidadania Juriti	CE	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 135.404,40
Nº5	Coleta Seletiva Solidária	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha	MG	1	dezembro/ 2007 a outubro/2008	R\$46.780,00
Nº6	Educação Ambiental para agricultores familiares e técnicos extensionistas nos municípios de Barra de Guabiraba, Bonito, Bezerras, Sairé, São Joaquim do Monte Camocim de São Félix.	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadas na Agricultura Familiar do Estado do Pernambuco/ FETRAF	PE	6	outubro/ 2008 a setembro/2009	R\$ 257.309,00
Nº7	Formação de multiplicadores em educação ambiental para o consumo sustentável	Governo do Estado do Amapá	AP	2	dezembro/ 2007 a setembro/2009	R\$ 89.974,00
Nº8	Modernização do laboratório de cultura de tecidos de plantas e do viveiro de mudas da universidade do Estado da Bahia, para propagação de espécies frutíferas e nativas no semi-árido brasileiro.	Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – UNEB/CTCS	BA	3	julho/ 2008 a maio/2010	R\$ 149.514,51
Nº9	Projeto de recuperação da barragem e muro Greager do monumento natural Vale dos Dinossauros	Superintendência de administração do meio ambiente-SUDEMA/PB	PB	1	maio/ 2008 a abril/2010	R\$ 224.476,81
Nº10	Recuperação ambiental do rio da Prata	Agrotécnica Federal de São Luiz/ EAFSL	MA	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 75.154,00
Nº11	Recuperação do Cerrado por meio de corredores agroflorestais	Cooperativa dos agricultores do Assentamento Poções	GO	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 274.629,23
Nº12	Reprodução de rapinantes brasileiros ameaçados de extinção	SOS Falconiformes – Centro de Pesquisa para Conservação de aves de rapina neotropicias	MG	1	outubro/ 2008 a setembro/2009	R\$ 143.267,06

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos escopos dos projetos.

APÊNDICE 7

Quadro 7
Apresentação da contrapartida dos 12 projetos:

Projeto	UF	Nº Município beneficiado	Período de execução	Valor do Projeto		
				Contra partida	Recurso do FDD	Valor total
Nº 1	RJ	1	julho /2008 a abril/2009	R\$ 871,79	R\$ 28.122,50	R\$ 28.994,29
Nº2	RS	1	maio/2008 a abril/2009	R\$ 3.020,00	R\$ 74.380,00	R\$ 77.400,00
Nº3	CE	1	agosto/2008 a julho/2009	R\$ 2.415,05	R\$ 80.608,80	R\$ 83.023,85
Nº4	CE	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 8.162,00	R\$127.242,40	R\$ 135.404,40
Nº5	MG	1	dezembro/ 2007 a outubro/2008	R\$ 1.400,00	R\$ 45.380,00	R\$46.780,00
Nº6	PE	6	outubro/ 2008 a setembro/2009	R\$ 7.500,00	R\$ 249.809,00	R\$ 257.309,00
Nº7	AP	2	dezembro/ 2007 a setembro/2009	R\$ 20.445,00	R\$ 69.529,00	R\$ 89.974,00
Nº8	BA	3	julho/ 2008 a maio/2010	R\$ 13.593,00	R\$ 135.921,51	R\$ 149.514,51
Nº9	PB	1	maio/ 2008 a abril/2010	R\$ 20.166,98	R\$ 204.309,83	R\$ 224.476,81
Nº10	MA	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 0,00	R\$ 75.154,00	R\$ 75.154,00
Nº11	GO	1	agosto/ 2008 a julho/2009	R\$ 21.000,00	R\$253.629,23	R\$ 274.629,23
Nº12	MG	1	outubro/ 2008 a setembro/2009	R\$ 14.000,00	R\$ 129.267,06	R\$ 143.267,06

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Executiva do CFDD, 2009.

ANEXO 1- Modelo do escopo para elaboração do projeto
(Formulário padrão do CFDD para instituições governamentais)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título:	N. ° do Convênio Anterior:	Processo N. °
Localização: UF:	Área do projeto: <input type="checkbox"/> Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Consumidor <input type="checkbox"/> Defesa da Concorrência Bens e Direitos: <input type="checkbox"/> Artístico <input type="checkbox"/> Estético <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/> Turístico <input type="checkbox"/> Paisagístico	
Duração:	Indicação da origem dos recursos pleiteados	

2. OBJETO DO PROJETO

3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

4. DESCRIÇÃO DO BEM LESADO QUE SE PRETENDE RECUPERAR, SUA LOCALIZAÇÃO E FORMA DE RECONSTITUIÇÃO DOS DANOS.

5. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS EDUCATIVOS OU CIENTÍFICOS, DO MATERIAL INFORMATIVO QUE SE PRETENDE EDITAR, OU DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PRETENDIDA. SUGESTÃO: DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

7. INDICAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS PLEITEADOS.

8. EFEITOS POSITIVOS MENSURÁVEIS ESPERADOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO, VOLTADOS ESPECIFICAMENTE PARA A CONCEPÇÃO DOS OBJETIVOS. INDICAR TAMBÉM BENEFICIÁRIOS (DIRETOS E INDIRETOS)

12. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Proponente:		CNPJ:	
Endereço:		CEP:	DDD:
		Tel.:	Fax:
Município:	UF:	E-mail:	
Homepage:			
Regime jurídico e esfera administrativa: <input type="checkbox"/> Direito Público <input type="checkbox"/> Direito Privado		População do Município:	
<input type="checkbox"/> Federal	<input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal		
<input type="checkbox"/> Administração Direta			
<input type="checkbox"/> Administração Indireta			
Representante Legal:		CPF:	
Cargo:	Função:	CI/Órgão Expedidor:	
Endereço residencial:		CEP:	DDD: Telef one:
Data:	Assinatura:		

13. COORDENAÇÃO DO PROJETO/ INDICAÇÃO FORMAL DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

Nome do Coordenador (a):		CPF:	
DDD:	Telefone:	Fax:	
E-mail:	Assinatura:		

14. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES/ ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DO PROJETO.

Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base	E-mail:	Fax:	
Endereço: Município:		UF:	
Natureza da Participação			
Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base	E-mail:	Fax:	
Endereço: Município:		UF:	
Natureza da Participação			
Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base	E-mail:	Fax:	
Endereço: Município:		UF:	
Natureza da Participação			
16. CARACTERIZAÇÃO DO PROPONENTE/ COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE (ADMINISTRATIVAS, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIRA) PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO			
* DETALHAR, ITEM A ITEM			

ANEXO 2- Modelo do escopo que compõem o plano de trabalho
(Formulário padrão do CFDD para instituições governamentais)

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS

Órgão/ Entidade Proponente				CNPJ	
UG				Gestão	
Endereço					
Município	UF	CEP	DDD/Telefone	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
Nome do Responsável				CPF	
CI/Órgão Exp.	Cargo		Função	Matrícula	
Endereço				CEP	

2- OUTROS PARTICIPES

Instituição		CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço		CEP	
Instituição		CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço		CEP	
Instituição		CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço		CEP	

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição		

ANEXO 3- Modelo do escopo para elaboração do projeto
(Formulário padrão do CFDD para instituições do terceiro setor)

RESUMO DO PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título:	N. ° do Convênio Anterior:	Processo N. °
Localização: UF:	Área do projeto: <input type="checkbox"/> Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Consumidor <input type="checkbox"/> Defesa da Concorrência Bens e Direitos: <input type="checkbox"/> Artístico <input type="checkbox"/> Estético <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/> Turístico <input type="checkbox"/> Paisagístico	
Duração:	Indicação da origem dos recursos pleiteados	

2.OBJETO DO PROJETO

3.JUSTIFICATIVA DO PROJETO

4. DESCRIÇÃO DO BEM LESADO QUE SE PRETENDE RECUPERAR, SUA LOCALIZAÇÃO E FORMA DE RECONSTITUIÇÃO DOS DANOS.

5. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS EDUCATIVOS OU CIENTÍFICOS, DO MATERIAL INFORMATIVO QUE SE PRETENDE EDITAR, OU DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PRETENDIDA. SUGESTÃO: DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

7. INDICAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS PLEITEADOS.

8. EFEITOS POSITIVOS MENSURÁVEIS ESPERADOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO, VOLTADOS ESPECIFICAMENTE PARA A CONCEPÇÃO DOS OBJETIVOS. INDICAR TAMBÉM BENEFICIÁRIOS (DIRETOS E INDIRETOS)

(obs.: os itens numéricos que faltam fazem parte da planilha do cronograma físico-financeiro também padronizado pela CFDD).

Acesso:<<http://portal.mj.gov.br/cfdd/data/Pages/MJ2148E3F3ITEMID1A2E3AD3E7B5451082C0D44C45D7E674PTBRN N.htm>>

12. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Proponente:		CNPJ:	
Endereço:		CEP:	DDD:
		Tel.:	Fax:
Município:	UF:	E-mail:	
		Homepage:	
Regime jurídico (Direito Privado): <input type="checkbox"/> Organização de Base <input type="checkbox"/> Organização Ambientalista <input type="checkbox"/> Outras entidades civis		População do Município:	
Representante Legal:		CPF:	
Cargo:	Função:	CI/Órgão Expedidor:	
Endereço residencial:		CEP:	DDD: Telefone:
Data:	Assinatura:		

13. COORDENAÇÃO DO PROJETO/ INDICAÇÃO FORMAL DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

Nome do Coordenador (a):		CPF:	
DDD:	Telefone:	Fax:	
E-mail:	Assinatura:		

14. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES/ ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DO PROJETO.

Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base		E-mail:	Fax:
Endereço:		UF:	
Município:			
Natureza da Participação			
Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base		E-mail:	Fax:
Endereço:		UF:	
Município:			
Natureza da Participação			
Instituição:		CNPJ:	DDD: Tel.:
<input type="checkbox"/> Fed. <input type="checkbox"/> Est. <input type="checkbox"/> Mun. <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Org. Base		E-mail:	Fax:
Endereço:		UF:	
Município:			
Natureza da Participação			
16. CARACTERIZAÇÃO DO PROPONENTE/ COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE (ADMINISTRATIVAS, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIRA) PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.			
* DETALHAR, ITEM A ITEM			

ANEXO 4- Modelo do escopo que compõem o plano de trabalho
(Formulário padrão do CFDD para instituições do terceiro setor)

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS

Órgão/ Entidade Proponente			CNPJ
Endereço			
Município	UF	CEP	DDD/Telefone
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
Nome do Responsável			CPF
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula
Endereço			CEP

2- OUTROS PARTICIPES

Instituição	CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço	CEP	
Instituição	CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço	CEP	
Instituição	CNPJ	EA (Esfera Administrativa) <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal
Endereço	CEP	

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição		
<p>OBS: os itens numéricos que faltam fazem parte da planilha do cronograma físico- financeiro - padronizada pelo CFDD) Acesso:<http://portal.mj.gov.br/cfdd/data/Pages/MJ2148E3F3ITEMID1A2E3AD3E7B5451082C0D44C45D7E674PTBRNN.htm>.</p>		

7 – Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para os efeitos e sob as penas de lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeçam a transferência de recursos oriundos da dotação consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de atendimento.

Pede deferimento

Local e Data

Proponente

8 – Aprovação pelo concedente

Aprovado

Local e Data

Concedente